

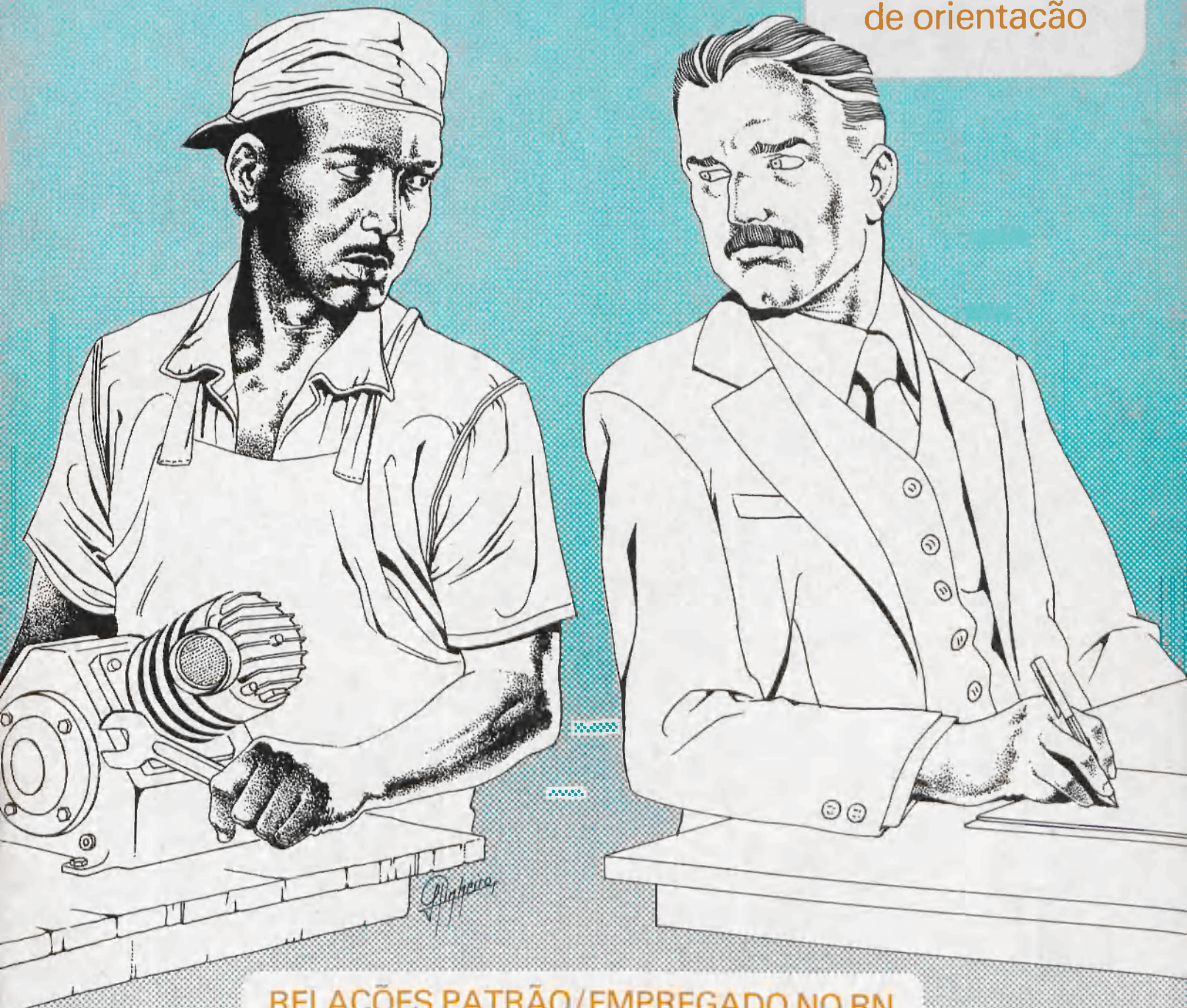
RN ECONÔMICO

Revista mensal para homens de negócios

ANO X — Nº 111 — ABRIL/80 — Cr\$ 60,00

Empregadores
explicam as
dispensas de
empregados

Bancários mudam
de orientação



RELAÇÕES PATRÃO/EMPREGADO NO RN

**APESAR DOS PROBLEMAS
NÃO HÁ ATRITOS**

411

CONSÓRCIO GRANORTE

— SÉRIE "A" PONDERADO —



* 36 meses sem entrada, sem juros ou correção monetária

* Mensalmente, um carro por sorteio e outro por lance.

* Seu carro é entregue sem avalista e não exigimos seguro

* Carro usado de qualquer marca vale como lance.

* O veículo é entregue pelo preço de fábrica

* Liberamos os carros de reserva de domínio



Você pode optar por qualquer carro da linha Ford.

CORCEL COUPÊ

CORCEL LDO

FORD F-75

CORCEL SEDAN

BELINA

FORD F-100

CORCEL GT

GALAXIE

FORD F-4000

Granorte

ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S/C LTDA

Rua Presidente Bandeira, 656-A - Alecrim - Fones (084) 222-6788 - 231-4586 - 59.000 - Natal-RN.

RN/ECONÔMICO

Revista Mensal para Homens de Negócios

Diretores-Editores

Marcos Aurélio de Sá
Marcelo Fernandes de Oliveira

Diretor-Adjunto

Pedro Simões Neto

Gerente Administrativo

Maurício Fernandes

Redatores

Aderson França
José Ari
Paulo de Souza Lima
Petit das Virgens

Correspondente em Mossoró

Emery Costa

Diagramação e Paginação

Fernando Fernandes

Fotografias

João Garcia de Lucena

Fotocomposição e Montagem

Fortunato Gonçalves
Gonçalo Henrique de Lima

Departamento de Assinaturas

Vanda Fernandes

Capa

Luiz Pinheiro

Consultores

Alcir Veras da Silva, Alvarado Furtado, Dom Antônio Costa, Cortez Pereira, Dalton Melo, Dantas Guedes, Diógenes da Cunha Lima, Fernando Paiva, Genário Fonseca, Hélio Araújo, Jayme Santa Rosa, Janilson de Paula Rêgo, João Frederico Abbot Galvão Jr., João Wilson Mendes Melo, Jorge Ivan Cascudo Rodrigues, Manoel Leão Filho, Marco Antônio Rocha, Moacyr Duarte, Nelson Hermógenes Freire, Ney Lopes de Souza, Dom Nivaldo Monte, Otomar Lopes Cardoso, Otto de Brito Guerra, Paulo Gonçalves, Severino Ramos de Brito, Túlio Fernandes Filho, Ubiratan Galvão.

RN/ECONÔMICO — Revista Mensal especializada em assuntos econômicos-financeiros do Rio Grande do Norte, é de propriedade de RN/ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA. — CGC nº 08288320/0001-61 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687 — Natal-RN — Telefone: 231-1873. Composição e impressão: EDITORA RN/ECONOMICO LTDA. — CGC nº 08423279/0001-28 — Insc. Est. 20012932-5 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687 — Natal-RN — Telefone: 231-1873. É proibida a reprodução total ou parcial de matérias, salvo quando seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 60,00. Preço da assinatura anual: Cr\$ 400,00. Preço de número atrasado: Cr\$ 80,00.

DA MESA DO EDITOR

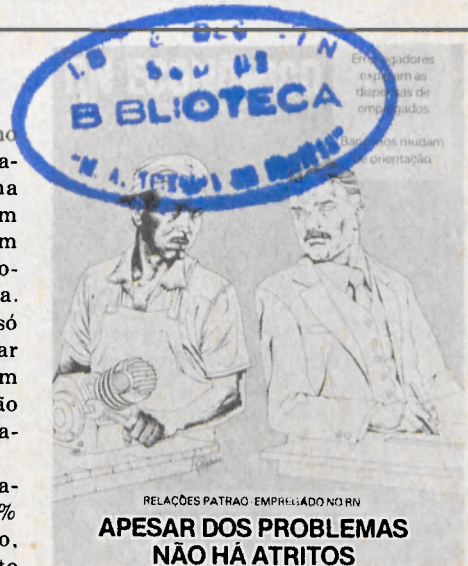
Caro leitor

As relações empregado/empregador no Rio Grande do Norte se mantêm num plano de equilíbrio. Discute-se o problema salarial mas as discussões não fazem emergir problemas de fundo que afetem as relações no trabalho, de molde a provocar convulsões como a do ABC Paulista. A Junta de Conciliação e Julgamento só precisa de mais funcionários para agilizar as reclamações. Os bancários elegeram uma nova diretoria e dão nova orientação à política sindical. Os contabilistas brasileiros se reunirão em Natal.

À exceção do congelamento das aplicações - que não deverão ultrapassar 45% do valor dos empréstimos do ano passado, houve poucas mudanças no crédito bancário.

O governo quer acabar com o êxodo rural e os municípios se ressentem de uma maior autonomia, para poderem realizar obras de interesse da comunidade. Os políticos estão esperando...

O algodão é viável e não tem, na atual conjuntura, um substituto eficaz considerando-se o seu valor quantitativo no quadro das exportações northeriograndonenses. O Projeto Camarão ajudará famílias de pescadores, transferindo tecnologia e ajustando projetos de financiamento.



Natal possui a melhor frota de ônibus do Norte/Nordeste.

Olho Vivo está explosivo.

Paulo Pereira dos Santos analisa o problema do desemprego, sob o ângulo da recessão. Roosevelt Garcia encerra sua análise do setor industrial, propondo diretrizes objetivas para o incremento do setor. Pedro Simões Neto inicia uma abordagem sobre o Nordeste. Ney Lopes de Souza reinicia suas colocações sobre Direito Econômico.

Ao referendo do leitor.

POLÍTICA E GOVERNO

- Políticos em fase de acomodação e expectativa..... 7
- Os municípios na conjuntura socio-econômica nacional..... 30
- Governo estadual quer acabar com o êxodo rural..... 50

RELAÇÕES NO TRABALHO

- Empregadores explicam as dispensas de empregados..... 11
- Contabilistas brasileiros reunidos em Natal..... 15
- Junta de Conciliação e Julgamento só precisa de mais funcionários..... 18
- Bancários mudam de orientação.. 21

SERVIÇOS

- Natal possui a melhor frota de ônibus do Norte/Nordeste..... 23

PESCA

- Projeto Camarão ajudará famílias de pescadores..... 26

AGRICULTURA

- Algodão: apesar da conjuntura ainda é uma cultura viável..... 34

CONJUNTURA

- Poucas mudanças no crédito bancário..... 42

SEÇÕES

- Homens & Empresas..... 4
- Olho Vivo..... 28
- Informação econômica..... 38
- Oeste Econômico..... 52
- Direito Econômico..... 53
- RN/Consumo..... 54

ARTIGOS

- O país dos nordestinos (Pedro Simões Neto)..... 46
- Redução dos Investimentos terá reflexos no desemprego (Paulo Pereira dos Santos)..... 49

DEPOIMENTO

- Setor Industrial do RN(3) Roosevelt Garcia..... 40

WANDICK LOPES RECEBE HOMENAGEM DA VALMET

Mais uma vez o empresário Wandick Lopes, principal dirigente da Comercial Wandick Lopes S/A, recebe homenagens da Valmet do Brasil, indústria de tratores que ele representa no Rio Grande do Norte há duas décadas. Desta feita, ele mereceu uma reportagem de duas páginas, com fotos coloridas, na revista "Notícias Valmet", de circulação mundial, sendo saudado como um dos mais antigos e eficientes revendedores desta empresa em nosso país. A longa matéria conta a história da Comercial Wandick Lopes, empresa que já colocou no mercado potiguar mais de 2 mil tratores. Anos atrás, Wandick foi campeão de vendas no Brasil e recebeu da Valmet, como prêmio, uma viagem à Finlândia, onde pôde conhecer a matriz desta importante indústria.

CICOL: QUATRO EDIFÍCIOS EM RECIFE

A CICOL — Companhia de Investimento e Construções Ltda. — já concluiu um e está construindo mais três grandes edifícios de apartamentos na cidade de Recife. O primeiro, o Edifício Beethoven, com 21 andares, já está posto à venda, com excelente resultado, graças ao alto nível e à sua localização no centro, próximo à avenida Conde da Boa Vista. Os demais prédios (Edifícios Mozart, Carlos Gomes e Villa Lobos) são vizinhos ao Beethoven, sendo dois com 18 andares e outro com 21.

SIDERNOR INICIA EM JUNHO AS OBRAS DE CONSTRUÇÃO

Até meados deste ano serão iniciadas as obras civis da SIDERNOR, indústria siderúrgica que o grupo JOSSAN implantará no Estado, com apoio da SUDENE. Abelário de Vasconcelos Rocha, diretor-presidente da empresa, informa que já estão em andamento as licitações para aquisição no mercado interno dos equipamentos necessários à indústria. O projeto da SIDERNOR levará 6 anos para ser concluído, mas já no segundo ano da sua implantação a indústria estará produzindo em larga escala diversos produtos semi-acabados, principalmente tarugos de aço, utilizando a sucata como matéria-prima. No futuro, a SIDERNOR lançará no mercado vergalhões para uso na construção civil, barras de aço para aplicação na indústria mecânica, vergalhões fio-máquina para fabricação de arames, cordoalhas e cabos de aço.



NEVALDO ROCHA

OUTRA VEZ A EMPRESA DO ANO?

Pelo excelente desempenho obtido no exercício de 1979, é muito provável que a Confecções Guararapes S/A venha a ser de novo escolhida "a empresa do ano" do Brasil pelas publicações econômicas do Sul do país. Com quatro fábricas em operação (Natal, São Paulo, Fortaleza e Mossoró) e com cinco cadeias de lojas espalhadas por todo o território nacional (Lojas Seta, Lojas Wolens, Lojas Riachuelo, Lojas Super G e CIC), a Guararapes alcançou um faturamento de Cr\$ 2,7 bilhões, e teve um lucro líquido de Cr\$ 508 milhões.

MAIS LOJAS E MAIS FÁBRICAS

Em 1980, Confecções Guararapes estará inaugurando mais duas grandes fábricas de roupas masculinas (uma em Natal e outra em Fortaleza), além de algumas dezenas de lojas em diversos pontos do país. Em maio, será iniciada a construção em Natal de uma filial das Lojas Riachuelo, que ocupará um edifício de 3 andares com 2.700 metros quadrados de área verde, em pleno centro da cidade (rua João Pessoa, esquina com a Felipe Camarão). A fábrica Natal-2 da Guararapes, por seu turno, já está recrutando cerca de 1.200 empregados e começará a produzir dentro dos próximos trinta dias.

NATAL VEÍCULOS TEM NOVA DIREÇÃO

Natal Veículos e Peças S/A, concessionária Chevrolet, possui nova diretoria: Dão Silveira - diretor-presidente; Tomaz Silveira Guimarães - diretor-comercial; e Teodoro Lemos - diretor-administrativo e financeiro. Dão Silveira, tradicional revendedor da Chevrolet em Campina Grande, embora sendo o sócio majoritário de Natal Veículos, permanece naquela cidade. Os demais diretores já estão residindo em Natal desde o começo de abril.

AUTOMOVEIS: MERCADO EM CRISE

Praticamente está zerado o estoque de veículos novos nas diversas revendas autorizadas em Natal, por conta da prolongada greve dos metalúrgicos no ABC paulista. Forçadas a manter toda a sua estrutura de venda, administração e de assistência, sem no entanto disporem de carros para comercializar, praticamente todos os revendedores sofreram prejuízos elevados no mês de abril.



SIDNEY GURGEL

INTERMÉDICA VAI CONSTRUIR HOSPITAL

A Intermédica S/C Ltda., sociedade prestadora de serviços de assistência médica a empregados de empresas, hoje plenamente consolidada e atendendo a milhares de famílias em Natal, parte agora para concretizar um dos seus projetos mais importantes: a construção do seu hospital geral. Sidney Gurgel, diretor da Intermédica, informa que as obras serão iniciadas ainda este ano. Um terreno, medindo 50 por 150 metros, situado na avenida Bernardo Vieira, já foi adquirido. O hospital disporá de 100 leitos.

HOMENS & EMPRESAS

RN-ECONÔMICO ADOTA PROVIDÊNCIAS PARA IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS

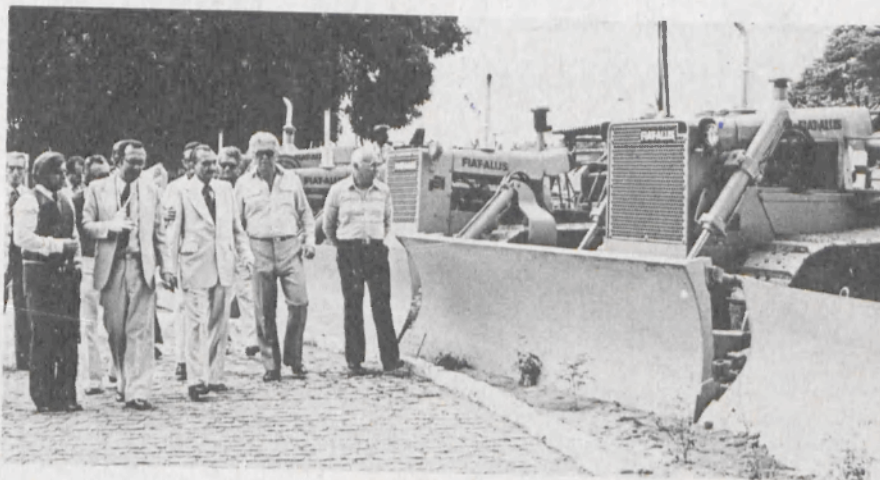
Os diretores da **Editora RN/ECONÔMICO Ltda.**, **Marcos Aurélio de Sá** e **Marcelo Fernandes de Oliveira**, viajam no início do mês de maio a São Paulo, para ultimar providências visando à importação de máquinas impressoras rotativas dos Estados Unidos, com as quais será possível lançar brevemente no Rio Grande do Norte o **RN/Jornal**.

RN ATRASADO NO PROGRAMA DO ÁLCOOL

No momento em que a indústria automobilística nacional passa a produzir regularmente carros movidos a álcool, os quais vêm sendo comercializados livremente por autorização do governo federal, observa-se o Rio Grande do Norte está bastante atrasado quanto ao sistema de abastecimento do novo combustível. Basta ver que, por exemplo, a Paraíba já possui 14 postos distribuindo regularmente o álcool hidratado, e que Pernambuco possui 18. Em nosso Estado existe um único posto, em Natal, com uma única bomba funcionando. E a cada dia cresce o número de veículos a álcool em circulação, o que sugere para breve uma crise, se não for recuperado o tempo perdido.

ONDE ESTÁ A VOCAÇÃO TÊXTIL?

A propaganda oficial continua dizendo que o Rio Grande do Norte possui vocação natural para a indústria têxtil. Essa tese chega mesmo a ser defendida com entusiasmo pelos ocupantes de alguns cargos públicos vinculados à economia. Mas, enquanto propalam essa "vocação", tentando atrair, com conversa, investimentos para o setor, essas mesmas autoridades se esquecem de traçar uma política realista de incentivos fiscais, alegando desculpas como "inconstitucionalidade", etc. Acontece que, em verdade, o setor têxtil atravessa uma grande crise. Por exemplo: todas as indústrias de confecções, à exceção da **Guararapes**, encerraram o exercício de 1979 apresentando pesados prejuízos; algumas delas se encontram na iminência de não resistir à concorrência com o Centro-Sul, onde se produz mais barato por conta da proximidade dos grandes mercados abastecedores e consumidores. Se o governo estadual não alterar seu ponto de vista sobre política fiscal e continuar se negando a conceder incentivo, logo começará a haver desemprego em massa no setor de confecções. Nisso tudo uma lição: toda vocação precisa de estímulo, e não de "tratamento a pão e água".



WANDICK ENTREGA À CIDA Cr\$ 80 MILHÕES DE MÁQUINAS

A **Comercial Wandick Lopes S/A** concluiu a entrega à **CIDA**, empresa de economia mista estadual encarregada da implantação de projetos agrícolas, de 42 tratores de esteira da marca **Fiat**. Na foto acima, aparecem o governador do Estado, **Lavoisier Maia**, o secretário de agricultura, **Ronaldo Fernandes**, o presidente da **CIDA**, **Mauro Medeiros**, além de outras autoridades, recebendo a última remessa de máquinas, em meados de abril. Os 42 tratores representam para a **CIDA** um in-

vestimento de Cr\$ 80 milhões, que recebeu financiamento do **Banco do Brasil**. Este foi o maior contrato já assinado pelo **BB** no Rio Grande do Norte, visando compra de tratores e implementos agrícolas.

Por outro lado, **Wandick Lopes** também vendeu recentemente e já entregou, 7 máquinas motoniveladoras **Dresser-HWE** ao **Departamento Estadual de Estradas de Rodagens - DER-RN**, operação da ordem de Cr\$ 18 milhões.



EDUARDO PORTELLA VISITA A ETRN

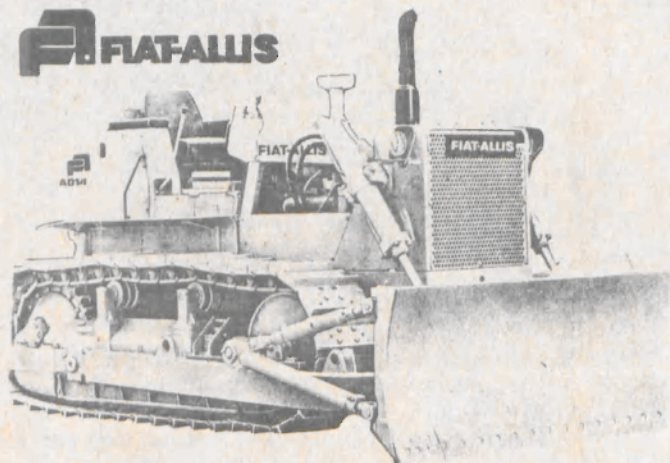
Quando de sua recente visita a Natal, o Ministro da Educação, **Eduardo Portella**, visitou a **Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte**. Nessa oportunidade, o diretor da **ETFRN**, **Marcondes Mundim Guimarães** fez um relato do desempenho da Escola, em sua administração, ocasião em que agrade-

ceu o apoio recebido da Professora **Zilma Parente Gomes de Barros**, secretária de ensino do 1º. e 2º. Graus do **MEC** quanto ao reaparelhamento didático-pedagógico da **ETFRN**. (Na foto, da esquerda para a direita, a Profa. **Zilma Barros**, o Ministro **Eduardo Portella** e o diretor da **ETFRN**, **Marcondes Guimarães**).

A Turma da Pesada

(e a mais completa linha de implementos)

FIAT-ALLIS

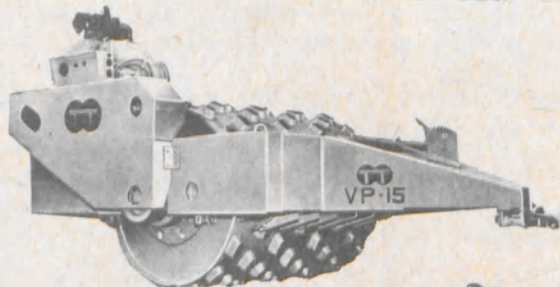


TRATORES DE ESTEIRA "FIAT-ALL IS"

VALMET



TRATORES DE PNEUS
E EMPILHADEIRAS "VALMET"



COMPACTADOR VIBRATÓRIO
REBOCÁVEL



MOTONIVELADORAS "DRESSER-HWB"

DRESSER
Galion



GUINDASTES "GALION"
ATÉ 14 TONELADAS



PÁS CARREGADEIRAS DE RODA E ES-
TEIRA "FIAT-ALLIS"

TUDO ISTO COM A MELHOR ASSISTÊNCIA TÉCNICA

COMERCIAL WANDICK LOPES S/A

R. TEOTÔNIO FREIRE, 218 - FONES: 222.1525 - 222.3778 - 222.4180 e 222.1554 - NATAL-RN

RUA ALFREDO FERNANDES, 5 - FONE: 321.5186 - Mossoró-RN.

POLÍTICOS EM FASE DE ACOMODAÇÃO E EXPECTATIVA

Quem, atingido pela conjuntura bipartidária e pela contingência de dizer "sim" ou "não" ao poder central, havia se ligado a uma ARENA desfibrada ou a um MDB niilista, está podendo agora de libertar das posições incômodas e procurar um caminho novo, graças à extinção do AI-5. Em tese, isto era o que deveria estar acontecendo, diante da oportunidade de reopção política. Porém, passada a lua-de-mel da abertura, serenados os ímpetus "democráticos" de algumas figuras tão conhecidas do povo, tudo está voltando ao que era antes, com uma ligeira diferença: a oposição ficou mais fraca e desnordeada;

e o partido do governo mais vulnerável à cizânia, por abrigar em seu seio os mesmos inimigos de antigamente, somados a uns poucos recém-aderidos.

Apenas dois fatos novos, já de longe aguardados, passam a se concretizar: 1º) o rompimento do ex-governador Aluizio Alves com a família Maia; 2º.) a inapelável reaproximação do governador Lavoisier Maia com o senador Dinarte Mariz e com a família Rosado. Isto poderá muito em breve provocar uma mudança nos rumos políticos e administrativos do Estado, esvasiando por completo as pretensões de mando abso-

luto do chamado "grupo palaciano", que nos últimos 5 anos se respaldava no prestígio junto ao general Golbery e na aliança espúria com a oposição do Estado, personificada no aluizismo, para fazer do governo um reino, com dinastia e tudo.

OS QUADROS PARTIDÁRIOS — Extraoficialmente, já existem no Rio Grande do Norte quatro partidos políticos: o PDS (do governo), o PP (da "oposição") e mais o PMDB e o PTB (estes da oposição sem aspas).

O Partido Democrático Social sucede à extinta ARENA e congrega os mesmos personagens do passado: os senadores Dinarte Mariz e Jessé Freire, a família Maia (ex-governador Tarcício, governador Lavoisier, prefeito de Natal José Agripino), deputados federais Vingt Rosado, Djalma Marinho, Wanderley Mariz, João Faustino e Florêncio de Queiroz, além de 140 dos 149 prefeitos do interior do Estado, da maioria dos deputados estaduais, e tudo o que é de aspirantes a funções na administração pública, aí se incluindo um bom número de ex-aluizistas que já não querem largar a convivência com o poder.

O Partido Popular reedita a antiga "Cruzada da Esperança", corrente política que no passado tinha em Aluizio Alves sua figura central e comandante supremo. Como no plano federal, este partido força também aqui algum tipo de convivência com o governo, evitando a crítica contundente. Muitos elementos que hoje ajudam a compor o próprio secretariado de Lavoisier Maia são adeptos camuflados, ou simpatizantes públicos e notórios do PP, convivendo na intimidade do Palácio Potengi e até influenciando as ações do governador pedessista. Acontece que dentro do PDS, tanto em âmbito local quanto nacional, está se formando uma onda insustentável de protesto a esta situação e o governador Lavoisier Maia já não tem alternativa senão expurgar os auxilia-



Lavoisier Maia tem 3 anos para construir uma nova imagem



A convenção do PDS mostrou que apesar dos ressentimentos o que importa mesmo é a unidade partidária.

res aluizistas, o que acontecerá a qualquer momento. É provável - mas ainda assim não é tão iminente - um rompimento completo do aluizismo com a família Maia, o que de fato levaria, pelo menos em termos de Rio Grande do Norte, o Partido Popular para uma linha oposicionista de verdade.

OS RADICAIS DE SEMPRE — O Partido do Movimento Democrático Brasileiro, ao que parece, sonhava - a nível de país - capitalizar o prestígio popular do ex-MDB, que antes de ser extinto já estava forte a ponto de se confrontar no Congresso com o partido do governo. Mas as dissidências internas colocaram por terra esse sonho. Surgiram várias oposições, e cada uma levou uma fatia do bolo emedebista, revelando perante a opinião pública brasileira a inconsistência do velho partido. No Rio Grande do Norte o PMDB só conseguiu reunir uma meia dúzia de líderes de pequena e média den-

sidade eleitoral. Seu membro mais expressivo, o senador Agenor Maria, dificilmente conseguiria se eleger hoje deputado estadual. O nome de maior representatividade no PMDB potiguar é o deputado Roberto Furtado, um crítico consciente do sistema e do governo, embora sua força eleitoral seja modesta.

O Partido Trabalhista Brasileiro também tem pouca importância no quadro político do Estado, por reunir um número restrito de ativistas e por não ter (a exemplo do PMDB) nenhuma estrutura de comunicação social. A estrela do PTB no Brasil é Leonel Brizola, um líder deslocado no tempo e no espaço, que já não é capaz de entusiasmar a massa como às vésperas de 1964. No Rio Grande do Norte, o expoente do PTB chama-se Carlos Alberto da Silva, deputado federal de pouco mais de 30 anos, cuja grande arma política tem sido o uso do rádio para difundir mensagens à população pobre. Na qualidade de *disc-jockey* de sucesso em Natal

desde os anos 60, ele liderou campanhas de utilidade pública que sempre foram bem aceitas pelas classes menos favorecidas da sociedade. Assim, se elegeu vereador, deputado estadual e a seguir deputado federal, sendo que nesta última empreitada logrou atrair uma fatia dos votos da classe média, graças ao seu rompimento com Aluizio Alves. Mas hoje, ao seu lado, Carlos Alberto não tem ninguém que some com ele e que o ajude a ampliar o poderio partidário. Pelo contrário: os demais filiados ao PTB local precisam de mais apoio do que podem dar. E falta o mínimo de assessoria e de preparo ao jovem líder Carlos Alberto, a ponto de se registrar o absurdo do seu auto-lançamento como candidato a governador do Rio Grande do Norte em 1982.

Diante disso tudo, o que resta do velho MDB neste Estado é a desagregação. A oposição está esfacelada em pequenos comitês que não conseguem transmitir nenhuma mensagem inteligível ao povo.

CALDEIRÃO DA DISCÓRDIA —

Unidade mesmo não está existindo nem mesmo dentro do partido do governo. O PDS ajuntou grupos de tendências diferentes, cada um ansioso pelo comando político-partidário e pela maior fatia de prestígio dentro do governo estadual. A recente convenção do partido, quando o mesmo foi instalado no RN e designada a sua comissão executiva, é um exemplo marcante da discórdia existente. Até o último instante, o "grupo palaciano", representado pela família Maia, tentou alijar da secretaria do partido o deputado federal Vingt Rosado, depois de haver tentado sem sucesso impedir a participação na comissão de pessoas diretamente ligadas ao senador Dinarte Mariz e ao próprio Vingt Rosado, no caso os deputados Wanderley Mariz (federal) e Carlos Augusto (estadual).



O domínio da comunicação, adquirido do tempo em que era disc-jockey, é a grande arma de **Carlos Alberto (PTB)**.

Fracassados nas suas diversas tentativas de montar um esquema eleitoral próprio, os Maia, ao perderem a aliança com o aluizismo, se viram de repente ameaçados de - embora com o governo nas mãos -, não terem mais poder de controle sobre a política estadual. Assim, tiveram de ceder às investidas do dinartismo e do rosadismo, aceitando calados uma convivência imposta, que não está longe de se transformar numa nova aliança, a partir da hora em que se consubstancializar a reforma do secretariado, com a escalada dos dinartistas e rosadistas aos postos-chaves da administração.

O governo Lavoisier Maia, perante a opinião pública, está absolutamente desgastado por conta das abundantes demonstrações de incompetência política e administrativa, muito embora ainda tenha três anos pela frente para se recuperar e conquistar uma boa imagem. E a estas alturas dos acontecimentos, só a união e a colaboração sincera do PDS pode ajudar a mudar os rumos atuais.

ECONOMIA SEM RUMO — Os problemas sociais e econômicos do

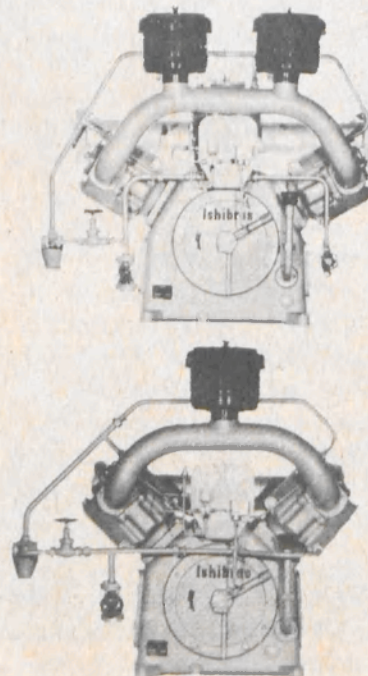
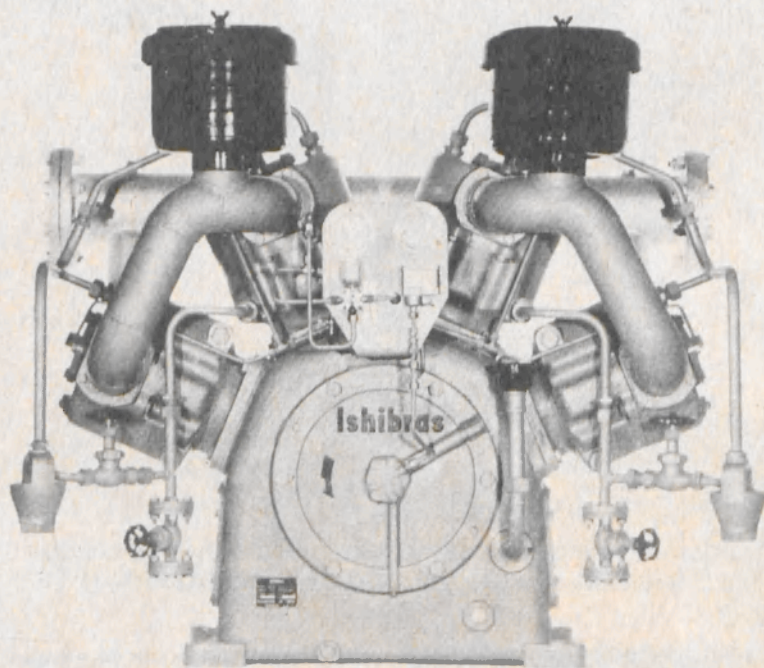


Os Maia tentaram alijar **Vingt Rosado**, mas o líder oestano se impôs como solução de equilíbrio do próprio PDS.

Rio Grande do Norte se ampliam geometricamente, se transformando num desafio quase insuperável. Por isto mesmo, ninguém procura resolvê-los e quase todos os políticos (até os da oposição) os abordam apenas em caráter demagógico, às vezes até sem conhecimento de causa.

A seca, pelo segundo ano consecutivo, destrói qualquer esperança de recuperação para a agricultura e a pecuária do Estado, prendendo o homem do campo à situação de extrema penúria. Nas cidades, campeia o desemprego por falta de indústrias novas, que o governo não teve capacidade de estimular ou atrair. Em Natal, mais de 20 por cento da população habita em favelas; faltam escolas, hospitais e segurança. E nem este quadro dramático sensibiliza o governo, que já em seu segundo ano ainda não traçou diretrizes claras no campo sócio-econômico, preferindo destinar todo o seu tempo às querelas partidárias e a uma guerra de bastidores para manter um prestígio político que de há muito está comprometido.

COMPRESSORES DE AR ISHIBRAS



A SOLUÇÃO IDEAL EM AR COMPRIMIDO

Os compressores de ar Ishibras são refrigerados à água, simples efeito, sistema de um estágio, são projetados para operarem a uma pressão de descarga até 7 Kg/cm².

Leves e Compactos

O funcionamento a média rotação possibilita a redução do espaço da base em aproximadamente 2/3 das bases dos compressores convencionais. Sua instalação é fácil e simples.

Alto Rendimento

A redução de resistência na passagem das válvulas e o uso de rolamentos auto-compensadores de rolo nos mancais principais resultam em alta eficiência, e o rendimento é garantido pela tecnologia mecânica de alta precisão da Ishibras.

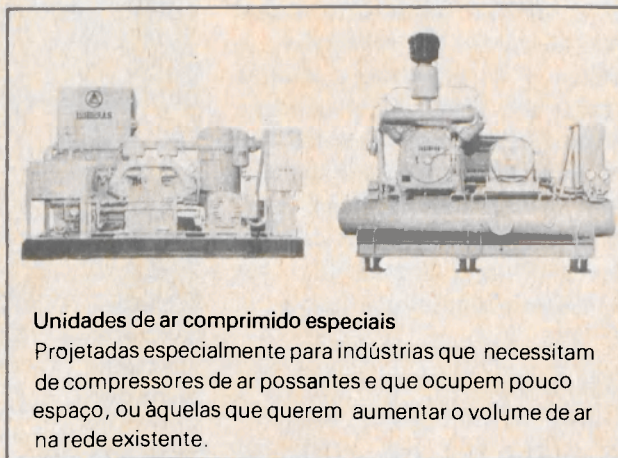
Funcionamento Suave e Silencioso

O peso de pistões e bielas foi reduzido tanto quanto possível. Além disso os cilindros estão acoplados numa disposição muito apropriada para diminuir a vibração.

Manutenção Fácil

“Os compressores de ar Ishibras” necessitam de poucas peças. Estas são projetadas para resistir a longo uso e peças sobressalentes são preparadas unicamente para substituições em manutenção; portanto, estas máquinas são de funcionamento simples e de manutenção pouco dispendiosa.

A excelente tecnologia de fabricação da Ishibras e o completo serviço de assistência técnica após a entrega garantem longa vida útil aos compressores e funcionamento seguro e preciso.



Unidades de ar comprimido especiais

Projetadas especialmente para indústrias que necessitam de compressores de ar potentes e que ocupem pouco espaço, ou àquelas que querem aumentar o volume de ar na rede existente.



COBRAZ

MECÂNICA INDUSTRIAL LTDA.

AV. SALGADO FILHO, 2860 — FONES: 231-1549 — 231-2725

59.000 — NATAL-RN.

EMPREGADORES EXPLICAM AS DISPENSAS DE EMPREGADOS

Faltas constantes ao trabalho, impontualidade, incapacidade profissional, abuso de atestado médico e indisciplina, são as principais causas apontadas pelos empregadores para o alto índice de dispensas registrado na indústria e no comércio do Estado. Entretanto, na Junta de Conciliação e Julgamento de Natal, a dispensa sem justa causa é tese predominante na maioria dos processos julgados.

DISPENSAS — Os motivos mais diversos possíveis dão causa às constantes dispensas que vêm sendo constatadas nos setores da iniciativa privada natalense. Na indústria, no Comércio, e até nas repartições públicas, as dispensas de trabalhadores são em número elevado. Os índices são realmente alarmante, variando de 12% na indústria têxtil, até 40% na Construção Civil. As Juntas de Conciliação vivem trabalhando constantemente com uma média de 20 casos por dia para atendimento às reclamações trabalhistas oferecidas, geralmente, por empregados dispensados dos seus trabalhos.

CAUSAS — Dentre as causas mais frequentes para dispensa de empregados estão: faltas ao serviço, irresponsabilidade, incapacidade, abuso do atestado médico para justificar ausências ao trabalho, impontualidade e indisciplina. Nos serviços públicos a dispensa é relativamente pequena. Motivos políticos, disciplina menos rígida no trabalho, a falta de uma maior fiscalização direta ao empregado, são fatores que facilitam a permanência por longo tempo de empregados.

Francisca Azevedo França, chefe do Serviço de Pessoal da CAERN, define bem a questão: "Aqui quase que não há dispensa de servidores.

A não ser por falta muito grave no serviço ou por indisciplina em grau maior, praticamente ninguém é dispensado de suas funções".

Em Marpas S/A, uma das principais revendedoras de automóveis de Natal, segundo seu Diretor-Administrativo Rômulo da Fonseca Miranda, as constantes faltas ao serviço, sem motivo justificado, o abuso da licença médica e a incapacidade profissional, são os principais motivos que levam aquela firma a atingir um índice de dispensa de empregados de cerca de 37% por ano.

No comércio, os mesmos motivos são revelados: faltas ao serviço, indisciplina, impontualidade, tudo ocorrendo em larga escala. Para o Gerente da LOBRÁS, João Januário de Arruda, atualmente a dificuldade em se encontrar bons empregados é grande; para ele, "a maioria que aparece pedindo emprego, dura pouco tempo. A indisciplina e o desleixo para com seus afazeres fazem com que tenhamos que dispensar frequentemente; entretanto, essas dispensas atingem uma margem de 20% durante o ano".

Na Construção Civil a situação se agrava. O índice de dispensas chega a uma proporção anual de 40 a 50%, com firmas que chegam a dispensar até 10 empregados num só dia. Na opinião de Eduardo Ma-



Em MARPAS, o índice de dispensas chega a 37% ao ano, segundo depoimento de **Rômulo Miranda**, diretor da empresa.



Francisca França, Chefe de Pessoal da CAERN: "aqui praticamente ninguém é dispensado".

noel Cavalcanti, da secção de pessoal da firma CICOL, na área administrativa praticamente não existe dispensas; entretanto, no setor de obras, principalmente entre serventes, pedreiros e carpinteiros, diárialmente ocorrem dispensas: *"A falta de pessoal qualificado é que gera a maioria das dispensas. Na maioria das vezes, a qualificação existente na carteira não diz verdadeiramente da capacidade profissional do qualificado. Daí a justificativa de empregar alguém assim qualificado, hoje, e amanhã, por não ter competência para exercer a profissão, ter que ser dispensado"*.

Na indústria têxtil, as dispensas também alcançam grandes índices. Guararapes, Seridó, T. Barreto, Reis Magos e outras indústrias congêneres, dispensam uma média de 12 a 38% de empregados durante o ano, sem contar com as dispensas tradicionais, isto é, nos períodos críticos, quando o Estado ingressa na entressafra e a procura fica menor que a oferta.

Talvez por se constituir na empresa mais sólida do Estado, a Confecções Guararapes S/A apresenta um índice baixo de dispensas. Segundo os dados apresentados por Aluizio Machado, Chefe do Setor de Pessoal, as causas mais frequentes de demissão de empregados devem-se a fatores externos como casamento, viagem para o Sul, e um problema não focalizado ainda, e que vem sendo apontado como a cada dia mais frequente: a demissão a pedido, por parte de mulheres, para cuidar dos seus filhos, pois a insuficiência de domésticas no mercado de trabalho da capital é notório, uma vez que, aquelas que poderiam servir para tal tipo de trabalho, logicamente preferem a opção natural pelo vínculo fabril, com mais garantias e direitos. Nas causas internas, as dispensas ocorrem mais por motivos relacionados com a improdutividade e indisciplina, notadamente no relacionamento chefe-subordinado.

CONDIÇÕES DE TRABALHO —

O motivo dos altos índices de dispensas poderia ser também ocasionados pelas condições oferecidas ao



A incapacidade profissional da maioria dos empregados é que gera a dispensa, explica **Eduardo Cavalcanti**, Chefe de pessoal da CICOL.

empregado: entretanto, fica fora de dúvidas que a maioria das empresas oferece ou procura oferecer aos seus empregados, motivos suficientes para que estes continuem em seus empregos. A esse propósito, Aluizio Machado comenta: *"A Confecções Guararapes, por exemplo, oferece aos seus empregados, além de um salário que supera o mínimo estabelecido pelo governo numa faixa*

de 32 a 43%, escola gratuita, para empregados e dependentes, clube recreativo, co-participação nas despesas com alimentação no trabalho, assistência médica durante todo o expediente e prêmios por produtividade".

Nas empresas públicas, as condições de trabalho são boas, e além do mais não se exige do empregado o mesmo que é exigido em empresas privadas. Pagamento em dia, assistência médica (INPS) e outros benefícios, são oferecidos ao empregado e toda sua família.

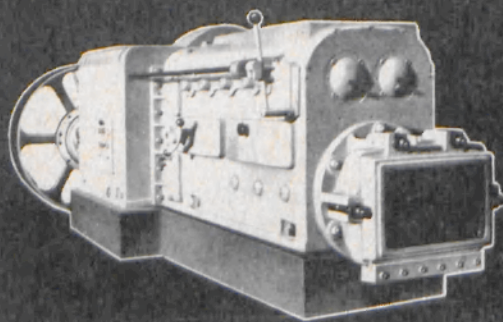
Rômulo da Fonseca Miranda, Diretor Administrativo de Marpas S/A, é outro que não compreende a instabilidade da maioria dos empregados: *"Aqui nós oferecemos, além do salário, comissões sobre produtividade, curso de especialização, equipamento próprio, proteção ao empregado e ainda medicamentos essenciais; ainda assim, eles não correspondem a esses benefícios com o desempenho quantitativo de suas funções"*.

"O empregador procura oferecer sempre o melhor que pode ao empregado - afirma Eduardo Manoel Cavalcanti, da CICOL - até seguro é feito para ele; infelizmente, não se sabe porque, a grande maioria dos empregados não compreende os benefícios que lhes são oferecidos e

**MÁQUINAS PARA CERÂMICA
M.V.P. 5 Super
MORANDO**

CÉSAR Comércio e Representações Ltda.

RUA DR. BARATA, 209 — CX. POSTAL, 71 — FONES: 222-8490 E 222-8491 — NATAL-RN



EIXOS EM AÇO ESPECIAL TRATADO

POLIA DE COMANDO COM FRIÇÃO PNEUMÁTICA

LUBRIFICAÇÃO FORÇADA

TODAS AS PARTES DESGASTÁVEIS SÃO RECAMBIAVEIS

sacrificam a si e sua família, irremediavelmente”.

Já o Gerente da LOBRÁS, João Januário de Arruda, mostra-se perplexo com relação ao problema: “Não sabemos a razão de tanta falta de senso profissional da maioria dos empregados. Eles não ligam para a ascensão profissional a curto prazo, bolsas de estudos que oferecemos, bom ambiente de trabalho, assistência à saúde para ele e seus dependentes, fardamento gratuito e cursos profissionalizantes. Parece que querem viver só o momento e o dia de amanhã nada importa”.

PROBLEMAS — Na Guararapes, afirma Aluizio Machado, “o problema que vem se agravando e preocupando o setor de pessoal da empresa é sem dúvida o absentismo e o da rotação de pessoal. Os índices desses dois fatores, anos atrás, eram inexpressivos. Hoje, com a ampliação do parque fabril e das oportunidades de emprego, esses valores já



Na Guararapes é maior o índice de demissionários que de dispensados informa Aluizio Machado.

apresentam índices elevados, custos altos e a constante necessidade de mão-de-obra de reposição. O setor de produção é o mais prejudicado e aquele que vem sendo motivo de elevado índice de demissões” - conclui Machado.

A falta de capacidade funcional, facilidade de conseguir atestados médicos para justificar faltas, indisciplina e impontualidade, são problemas sérios com que se defrontam os setores ligados ao pessoal das empresas, de um modo em geral. Eduardo Manoel Cavalcanti, da CICOL, dimensiona o assunto: “Na crise atual, onde emprego é realmente difícil, não se tem explicação para o fato de tantas demissões. Até parece que os empregados não precisam de seus empregos, dada a facilidade com que se demitem ou dão razão para serem demitidos”.

O QUE FALTA — Segundo se pode deduzir pelo que as empresas oferecem aos seus empregados e

**COMPANHIA
DISTRIBUIDORA
DE FERRAGENS**

SKF
Rolamentos.POP
- Rebites e
Rebitadores
SCHULZ - Co
- mpressores.
ELETELE - Re
ostatos e Resistên
cias. RIGID - Ferra
mentas Pré-testadas
que Reduzem o Trabalho.
Brasil S. A. - A mão de Aço para quem não é de Ferro.
TELEVOLT - Estabilizadores Automáticos de Tensão.
INVICTA - Tudo para Madeira. WEG - O Motor Elétrico.
OSRAM - Lâmpadas. SIEMENS - Material Elétrico Industrial. HARTMANN & BRAUN DO BRASIL
Transformadores de Corrente. OK - Eletrodos.
BACHERT - Tecnologia em Ferramentas.



CODIF TEM:

ELIANE - Azulejos e Pisos. COBEL
Equipamentos para Lubrificação.
ADELCO - Transformadores.
ELETROMAR - Chaves Magnéticas. STARRETT - Serras de Aço. BURNDY DO BRASIL
Conectores e Válvulas. — Etc.

3M
Emendas das Terminações.
PIRELLI - Fios e Cabos Elétricos. 3M
PETERCO - Iluminação Comercial. STANLEY - Trenas de Aço. BELZER
-ITMA - Ferramentas do

CODIF
Matriz: Recife-PE
Filial: Natal-RN, R. Dr. Barata, 190
Tels.: 222.3571 - 222.8210
222.8033 — Natal-RN

pelo que estes retribuem, falta muito para que a recíproca seja verdadeira. Na opinião de Aluizio Machado, chefe do Setor de Pessoal da Confeccões Guararapes, *"infelizmente a maioria dos administradores se preocupa somente com os resultados finais da empresa - o que não ocorre conosco - esquecendo, quase sempre, o principal fator do seu sucesso que é a força de trabalho. Esta por sua vez necessita daquele algo mais que é a motivação. E preciso motivar o trabalhador para se conseguir alcançar um objetivo fundamental para empresa: a produtividade"*.

Rômulo da Fonseca (Marpas) e Eduardo Manoel (CICOL) estão de comum acordo com relação ao que falta ao trabalhador natalense para conseguir maior estabilidade em seu trabalho: capacitação profissional, responsabilidade e um trabalho de aperfeiçoamento e conscientização do trabalhador.

A justificativa da maioria dos empregados de que o baixo salário ocasiona o maior problema, é contestada por João Januário (LOBRAS), quando declara: *"As firmas pagam o que é determinado pelo Governo, e geralmente um pouco mais. Além disso, existe para aqueles que cumprem o seu papel, a gratificação por produtividade, que compensa um possível salário incompatível. Quem trabalha mais, ganha mais"*.

Com esse ponto de vista, discorda Francisca Azevedo, chefe de Serviço de Pessoal da CAERN. Para ela *"o negócio são números. Com um bom salário os empregados trabalham à vontade, sem muitas preocupações, e seu rendimento é sempre muito bom. Sem um bom salário, o trabalhador se sente frustrado, fica preocupado por não poder dar a assistência que seus familiares merecem e, com isto, seu rendimento no trabalho é muito baixo"*.

JUSTIÇA — Nas Juntas de Conciliação e Julgamento de nossa Capital, segundo informações do Juiz Aluizio Rodrigues, são julgadas em média por dia 20 causas trabalhistas, segundo as fontes empregadoras, as causas mais frequentes de dispensas acontecem por justa causa. En-



Na LOBRÁS, as dispensas atingem um percentual de 20% ao ano, segundo o gerente **João Arruda**

Na indústria têxtil os índices anuais de dispensa variam de 12 a 38%; na construção civil ocorre o maior índice de dispensas anuais: 50%

tretanto, essas informações não correspondem à verdade, uma vez que, conforme relata o Juiz Aluizio Rodrigues, de acordo com os processos julgados, a incidência maior é de dispensas sem justa causa. *"A falta de pagamento dos direitos trabalhistas, por parte dos empregadores, principalmente férias, 13º e liberação do FGTS, vêm ocasionando as constantes questões trabalhistas"*.

Para o Juiz Aluizio Rodrigues, uma solução ideal para evitar um maior número de dispensas seria a compatibilização dos regimes do FGTS e da Estabilidade do Emprego, com o fim de evitar que ao empregado, na maioria das vezes, interesse mais a dispensa, para a movimentação do seu FGTS.

**PEPSI-COLA, BRAHMA,
BANCO DO BRASIL, UFRN,
SPERB DO NORDESTE,
ALPARGATAS, BANCO ITAÚ,
DUCAL PALACE, ALCANORTE,
BANDERN, A SERTANEJA,
UNIVERSIDADE DE SERGIPE,
MORADA RIOMAR,
FIAÇÃO MOCÓ**

Os construtores destas grandes empresas tiveram a feliz idéia de preferir esquadrias de alumínio da ÚNICA MENTAL.

Faça como eles: valorize seu investimento preferindo também a melhor qualidade e o mais fino acabamento.



ÚNICA METAL
INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.



F. BEZERRIL
IMÓVEIS

CRECI 163 - 17ª. REGIÃO

**PROJETOS,
ADMINISTRAÇÃO,
LOTEAMENTOS,
COMPRA E VENDA DE
IMOVEIS EM GERAL**

Rua do Saneamento, 232 - Ribeira
(Ladeira de Marpas, por trás do Riomar)
Fones: (084) 222-3004, 222-0200, 222-7957
Telex: (084) 2279 - Natal-RN

**ORGANIZAÇÕES
FERNANDO BEZERRIL**

CONTABILISTAS BRASILEIROS REUNIDOS EM NATAL



Fabiano Cristo, o encontro é da maior validade para a classe

Nos dias 16 e 17 de maio, Natal será palco do VI Encontro Nacional de Entidades Representativas de Contabilistas, ENERCON. O Conclave será realizado no América Futebol Club, em regime de tempo integral, e, na oportunidade, técnicos de alto nível, representantes de entidades de classe, debaterão os reais problemas da profissão, no momento em que apresentarão seus trabalhos, como também sugestões.

Em virtude das constantes e bruscas modificações na política de correção monetária, e sobretudo, na legislação do campo sócio-econômico do País, cada vez mais os Contabilistas sentem a necessidade de periodicamente se reunirem, sob forma de Assembléia, onde discutam, analisem, procurando assim equacionar a avalanche tributária que incide sobre os Estados da Federação. O ENERCON é realizado duas vezes por ano, e o último Encontro verificou-se em outubro de 1979 em Brasília.

O ENERCON — Conforme explica o Presidente do Sindicato dos Contabilistas do Rio Grande do Nor-

te, Fabiano de Cristo, o ENERCON é um Encontro da maior validade para a classe, já que congrega técnicos de reconhecida competência profissional, quando discutem reais problemas enfrentados pelos Contabilistas brasileiros. *“Todos os dias existem mudanças na política tributária do Governo. As modificações da legislação do campo sócio-econômico muitas vezes contribuem para que Empresas que anteriormente apresentavam resultados econômicos positivos passem a dar prejuízo inflacionário. Frente ao problema precisamos, no mínimo duas vezes por ano, estar reunidos para analisar as agruras que enfrentam a classe Contabilista”* - disse Fabiano.

Esperando congregarem mais de 300 profissionais filiados ou representantes de quase 150 Entidades Sindicais, o ENERCON será realizado sob a forma de apresentação de trabalhos, como explica Fabiano: *“Vários técnicos do Encontro apresentarão seu trabalho levando-se à apreciação, emendas e críticas dos demais componentes do Conclave. Esses trabalhos abordarão justamente problemas enfrentados pela*

classe. Na oportunidade os profissionais, embasados nos trabalhos apresentados, através das Entidades de Classe, reivindicarão do Governo uma solução para cada problema”.

O Presidente do Sindicato dos Contabilistas do Rio Grande do Norte, por sua vez, apresentará um trabalho sobre a legislação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS. Conforme adiantou, sua manifestação enfocará a incoerência do sistema em não liberar o Fundo de Garantia para empregados que deixem a atividade vinculada para se tornarem profissionais liberais. No seu entender essa é uma aberração, pois se o trabalhador deseja se tornar um profissional liberal, necessitará de dinheiro para, no mínimo, se instalar. Esse dinheiro, nada mais justo deva ser que seu fundo de garantia.

A exemplo do último ENERCON em Brasília, todos os 25 trabalhos apresentados pelos técnicos foram aprovados em plenário e posteriormente levados aos Ministérios do Trabalho e da Fazenda para apreciação das devidas reivindicações. O Governo sensibilizou-se diante das justas solicitações da classe e alterou, em alguns pontos, posicionamentos anteriormente estabelecidos.

POR QUE NATAL? — Como o ENERCON sempre se realiza em bases de Federação de Contabilistas, e Fortaleza é uma delas representando assim o Nordeste, Natal nessa oportunidade foi escolhida palco do Encontro.

O Encontro conta com total apoio do Presidente da Federação dos Contabilistas de Fortaleza, Hírcio Barbosa, do Presidente do Conselho Regional, Severino Lopes, como também da Academia Norte-Riograndense de Ciências Contábeis, tendo como Presidente Francisco Neris. Desta forma, procurando dar total brilhantismo ao Evento, Fabiano de Cristo lança convite a todos os Contabilistas e particularmente aos nordestinos e potiguares, para que eles se façam presente no IV ENERCON, não só pessoalmente como também trazendo sua colaboração em forma de trabalho ou debates.



guararapes

CONFEÇÕES GUARARAPES S.A.
SOCIEDADE DE CAPITAL ABERTO - GEMEC/NCA - 200-76/97 - CGC 08.082.943/0001-53

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:
Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. o Relatório das Atividades Sociais no exercício encerrado em 31 de dezembro, acompanhado do balanço geral, da demonstração do resultado e demais demonstrativos financeiros, já aprovados pelo Conselho de Administração, com parecer favorável dos Auditores Independentes.

Faturamento e Resultados
Obtivemos crescimento de faturamento ao nível do aumento inflacionário do ano, com incremento percentual de 71,5% em relação ao exercício anterior e não obstante a contenção de nossos preços nos seus limites recombinadamente populares, alcançamos uma rentabilidade de 18,7% no lucro líquido sobre as vendas em 1978 (16,2%). O lucro líquido de Cr\$ 508.886 mil foi superior 98,7% ao do balanço anterior, proporcionando um lucro por ação de Cr\$ 0,82, calculado sobre 619.650.000 ações em circulação.

O patrimônio líquido aumentou em 82,2%, elevando o valor patrimonial da ação de Cr\$ 1,96 para Cr\$ 3,58. Convm lembrar que, por deliberação da AGE de 23/04/79, o capital social foi aumentado para Cr\$ 1.000.000.000,00, pela correção monetária do capital e pela incorporação de reservas sem emissão de novas ações, face à transformação realizada, na mesma ocasião, das 619.650.000 ações em circulação em ações sem valor nominal.

Investimentos e Expansão
Dedicamos especial empenho, no decorrer do exercício, aos programas de investimentos, visando expandir a produção, garantir a longo prazo o sistema de comercialização e, conjunta e oportunamente, preservar o patrimônio da empresa da corrosão inflacionária. Observamos as aplicações feitas em imobilizações e em participações societárias constantes do Quadro IV, das demonstrações financeiras.

Decorrente de maior utilização da capacidade instalada, apresentamos um incremento de 15% no número de peças produzidas.

No exercício de 1980 entrámos em funcionamento duas novas unidades de produção que elevarão em 25%, progressivamente, a nossa atual capacidade produtiva. Está previsto para maio o início das atividades da Fábrica II, de Natal (RN), que produzirá 12.000 camisas; da Fábrica III, de Fortaleza (CE), planejada para 10.000 calças diárias, entrará em funcionamento em agosto.

Estes novos estabelecimentos serão beneficiados com isenção total do imposto sobre a renda.

No exercício de 1979, a empresa firmou, de definitivamente no varejo, com as aquisições de Loja Riachuelo S.A. (10 lojas); Riachuelo S.A. (Promoia de Vendas) e Confeções Wolens S.A. (11 lojas) e a expansão da rede de Loja Sete S.A. (30 lojas).

Apesar dos resultados positivos já apresentados, consideramos que o período em que as novas subsidiárias estiverem sob nosso controle foi exiguo

para possibilitar o desenvolvimento de suas atividades ao nível pretendido e a obtenção dos resultados que delas contamos receber a partir do exercício de 1980.

Dentro das perspectivas oferecidas pelos negócios já encaminhados, devemos terminar o próximo exercício com 130 lojas nas subsidiárias varejistas.

PROPOSTAS
O lucro líquido de Cr\$ 508.886 mil foi distribuído, conforme consta na demonstração das mutações do patrimônio líquido, da seguinte forma:

- Reservas compulsórias p/ investimentos, de reduções e isenções do imposto de renda: 138.589 mil
- Reserva legal: 18.609 mil
- Dividendos propostos: 92.948 mil
- Lucros acumulados: 246.968 mil

Cr\$ 508.886 mil

Estamos propondo uma distribuição de dividendos de Cr\$ 0,15 por ação, que excede o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido diminuído das reservas compulsórias e legal.

Propomos, igualmente, que o saldo remanescente de Cr\$ 246.868 mil seja mantido na conta de lucros acumulados, para saldar compromissos e assumidos, referentes a obras em andamento, e possibilitar novos planos de investimentos da companhia.

Finalmente propomos a elevação do capital social para 2.000.000.000,00 com incorporação da correção monetária do exercício e de outras reservas.

Considerações Finais
Aos funcionários, hoje cerca de 8.000 nas unidades fabris e de 2.600 nas empresas controladas, continuamos a oferecer condições de desenvolvimento pessoal e profissional. Os programas de treinamento para maior capacitação profissional, de segurança no trabalho, de atualização de seu e de fazer, vêm contribuindo para permanente melhoria das relações empregado-empresa.

Aos clientes, proporcionamos neste exercício o aperfeiçoamento de nossa estrutura de vendas, com instalação e ampliação de escritórios regionais, oferecendo maior suporte à atuação de nossos representantes.

A esses, e aos demais colaboradores, enfim, o reconhecimento de que compartilhamos com sua dedicação os resultados obtidos no exercício.

Natal (RN), 26 de março de 1980
A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1979 (NOTA 1) (EXPRESSO EM MILHARES DE CRUZEIROS)

ATIVO	31 de dezembro		PASSIVO	31 de dezembro	
	1979	1978		1979	1978
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e bancos	133.130	75.451	Fornecedores	80.805	3.252
Títulos mobiliários	60.408	10.123	Instituições financeiras	80.833	56.200
Contas a receber	183.538	85.580	Impostos a recolher	38.568	42.149
De clientes	803.115	588.464	Imposto de renda	108.665	29.538
De empresas controladas	199.841	18.741	Encargos sociais	38.607	15.392
Menos:			Dividendos a pagar	121.395	49.572
Duplicatas descontadas	208.783	84.896	Empresas controladas	29.857	-
Provisão para devedores duvidosos	30.058	12.144	Contas a pagar e despesas provisionadas	91.366	45.074
Outras contas a receber	15.885	30.594		600.166	31.717
Depósitos vinculados	26.655	17.795	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Depósitos compulsórios	4.722	22.408	Capital	1.000.000	619.650
Depósitos para investimentos	492.594	277.287	Reservas de capital	687.317	257.777
Despesas do exercício seguinte	6.317	223	Reservas de lucros	86.684	45.572
	1.512.622	868.261	Lucros acumulados	464.253	194.053
				2.217.264	1.217.057
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Empréstimos compulsórios e depósitos vinculados	4.667	2.472			
PERMANENTE					
Investimentos	322.757	39.194			
Empresas controladas	1.113	568			
Outras empresas	264.419	63.484			
Imóveis para venda	588.288	103.246			
Imobilizado	711.100	383.136			
Diferido (menos amortização acumulada de Cr\$ 137 mil - 1978 Cr\$ 47 mil)	548	419			
	2.110.138	1.261.931			
	2.110.138	1.261.931			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Expressa em milhares de cruzeiros)

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	1979	1978
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.723.435	1.568.171
Menos:		
Devoluções de vendas	29.281	8.947
Imposto sobre circulação de mercadorias	290.619	166.788
Programa de integração social	20.818	12.380
Receta operacional líquida	2.382.017	1.398.046
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	1.212.465	791.588
Lucro operacional bruto	1.171.552	606.458
DESPESAS OPERACIONAIS		
Financeiras, líquido	54.130	38.308
Descontos concedidos	49.484	37.517
Juros e outros encargos		
Menos:		
Receitas financeiras	64.246	26.003
Com vendas	168.851	94.577
Honorários da diretoria	16.700	9.945
Administrativas e gerais	123.504	69.975
Deprec. e amort. (menos Cr\$ 22.216 mil - 1978 Cr\$ 12.319 mil - incluídos no custo de produção)	7.700	3.717
	384.527	277.954
PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS		
Equivalência patrimonial	18.618	-
Amortização de deságio	37.873	-
Lucro operacional	875.526	449.806
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS LÍQUIDO	4.505	2.473
Lucro antes da correção monetária do balanço e do imp. renda	880.031	452.079
CORREÇÃO MONETÁRIA DO BALANÇO	285.480	186.436
Lucro antes do imposto de renda	617.551	265.643
IMPOSTO DE RENDA	108.665	29.538
Lucro líquido do exercício	508.886	246.968
Lucro por ação de capital no fim do exercício	0,82	0,40

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Expressa em milhares de cruzeiros)

	RESERVAS DE CAPITAL						RESERVAS DE LUCROS			
	CAPITAL	CORREÇÃO MONETÁRIA			REDUÇÃO, ISENÇÃO E REINVESTIMENTOS DO IMPOSTO DE RENDA	REDUÇÃO DE ICM	OUTRAS	TOTAL	LEGAL	LUCROS ACUMULADOS
		DO CAPITAL	DO IMOBILIZADO	DO CAPITAL GIRO						
Em 31 de dezembro de 1977	287.281	-	-	-	-	-	231.636	26.677	96.210	
Capacitação de reservas e lucros acumulados	232.398	73.989	85.297	119.425	(8.550)	10.538	(268.259)	-	24.070	
Ações bonificadas	-	(73.989)	(85.297)	-	-	6.798	6.798	-	-	
Doação para investimento	-	-	-	-	-	567	567	-	-	
Reinvestimento - 1977 (Le 5509)	-	-	-	-	-	11.227	11.227	-	(11.227)	
Resultado do lucro líquido	-	224.524	-	-	6.407	-	233.741	9.867	258.105	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	508.886	
Aprovação e dest. do lucro líquido de 1978	-	-	-	-	74.837	7.290	82.127	9.233	(91.366)	
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(49.572)	
Em 31 de dezembro de 1978	619.680	224.524	-	-	117.689	7.04	3.950	357.777	45.577	
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	194.053	
Capacitação de reservas e lucros acumulados	380.350	124.524	-	-	380.530	(15.984)	(8.273)	(329.262)	4.852	
Correção monetária do patrimônio líquido	-	430.701	-	-	17.526	-	112	468.328	21.508	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	508.886	
Aprovação e dest. do lucro líquido de 1979:										
Reservas	-	-	-	-	138.589	11.877	150.461	18.820	(189.070)	
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(92.948)	
Em 31 de dezembro de 1979	1.000.000	478.701	-	-	193.255	3.012	348	667.317	86.253	

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Expressa em milhares de cruzeiros)

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	1979	1978
ORIGENS DE RECURSOS		
Lucro líquido do exercício	508.886	258.105
Encargos (Recargas) que não afetam o cap. circ. líquido	-	-
Depreciação e amortização	29.416	16.036
Correção monetária do balanço	285.480	186.436
Prejuízo na liquidação de investimentos	285.480	186.436
Valor residual de bens barreados	248	-
Resultado de participação em empresas controladas	(57.487)	1.231
Total dos recursos provenientes das operações	743.917	438.807
Valor realizado na liquidação de investimentos	4.852	-
Ajustes de exercícios anteriores	(28.901)	-
Total dos recursos	743.917	438.807
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Imobilizado	226.681	70.362
Investimentos	252.252	67.330
Dividendos propostos	92.948	49.572
Emprestimos compulsórios e depósitos vinculados	2.136	-
Total das aplicações	574.017	187.264
ACRÉSCIMO NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	169.900	251.543
Demonstrado por:		
Acréscimo no ativo circulante	543.664	308.370
Acréscimo no passivo circulante	58.999	57.253
	184.875	251.117

Os resultados da companhia são apurados após a dedução dos efeitos da variação líquida da correção monetária das contas do patrimônio líquido e do ano permanentes efetuadas mensalmente com base em índices oficiais.

b) Circulante
Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis no prazo de até um ano são demonstrados como circulante.

c) Títulos e debêntures
Demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos.

d) Provisão para devedores duvidosos
Constituída por montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização das contas a receber.

e) Estoques
Demonstrados ao custo médio de compra ou de produção, que não excede o custo de reposição ou o valor de realização. Materiais em trânsito são demonstrados ao custo identificado.

f) Investimentos
Os investimentos em sociedades controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Até o exercício anterior, esses investimentos eram demonstrados pelo custo corrigido monetariamente.
O desajuste na aquisição de investimentos foi totalmente amortizado em 1979.
Os investimentos em outras empresas são demonstrados pelo custo corrigido monetariamente.
Os ativos para a venda estão demonstrados pelo custo corrigido monetariamente.

g) Depreciação
Demonstrado ao custo menos depreciação, corrigidos monetariamente. A depreciação é computada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais que consideram o prazo estimado de utilização dos bens.

Instalações
Móveis e utensílios

h) Imposto de Renda
A companhia goza até 1982, inclusive, de redução de 50% do imposto de renda sobre os lucros gerados pelas unidades fabris localizadas no Nordeste, sendo que os lucros gerados pela ampliação das unidades fabris de Fortaleza e Mossoró estão isentos desse tributo até 1987. Toda via, deve ser constituída uma reserva pelo valor equivalente ao da redução e isenção destinada ao aumento de capital. As transações não comtempladas pela redução e isenção estão sujeitas à tributação normal.
A provisão para o imposto de renda e reconhecida como encargo do exercício, reduzida pelo valor correspondente à redução, isenção e renúncia impenhorável, o qual é apropriado dos lucros acumulados para contas específicas de reservas de capital.

NOTA 2 — ESTOQUES

	31 de dezembro de	
	1978	1979
Produtos acabados	36.519	41.008
Produtos em elaboração	94.146	67.954
Materiais primas	221.824	107.018
Materiais diversos	77.667	42.662
Estoques em poder de terceiros	19.718	7.711
Materiais em trânsito e outros estoques	62.790	11.537
	692.584	277.287

estoques no valor de aproximadamente Cr\$ 30.298 mil em 1978 — Cr\$ 136.000 mil acham-se penhorados em garantia de empréstimos obtidos.

NOTA 3 — INVESTIMENTOS — EMPRESAS CONTROLADAS

	Lojas Riachuelo S.A.	Confecções Wolens S.A.	Lojas Sela S.A.	CIC-Centro Industrial Coel. Ltda.	Riachuelo S.A. Promotora de Vendas	Comercial Guararapes Ltda.	Total
(Milhares de cruzeiros)							
Saldo em 31 de dezembro de 1978			27.193	1.335		10.666	39.194
Equivalência patrimonial de abertura creditada a lucros acumulados			3.560	902			4.462
Saldo inicial ajustado			31.143	2.237		10.666	44.046
Aquisições no exercício					4.000		206.134
Valor do patrimônio líquido	99.145	102.989					(37.939)
Desajuste na aquisição	(20.519)	(17.360)					(10.696)
Baixa por liquidação						(10.666)	
Correção monetária	36.745	9.585	14.757	1.056	1.482		63.625
Equivalência patrimonial de 1979	6.143	7.935	5.917	2.571	2.948		19.618
Amortização de desajuste	20.519	17.360					37.879
	142.033	120.509	51.817	5.964	2.534		322.757
Informações sobre as empresas controladas:							
Capital social (Cr\$ mil)							
1978			20.000	1.000			
1979	81.662	90.000	30.000	2.000	29.882	10.000	
Quantidade de ações ordinárias ou cotas do capital social (mil)							
1978			20.000	1.000			
1979	81.662	44.000	20.000	2.000	29.882	10.000	
Quantidades de ações ordinárias ou cotas possuídas (mil)							
1978			20.000	980		9.900	
1979	81.662	44.000	20.000	1.990	29.882		
Patrimônio líquido (Cr\$ mil)							
1978			31.143	2.283		10.666	
1979	142.033	120.509	51.817	5.984	2.534		
Lucro (prejuízo) líquido (Cr\$ mil)							
1978	(5.991)	1.365	1.806	800			
1979			5.708	2.624	(3.655)		
Cédulas de companhia - Duplicatas (Cr\$ mil)							
1978			6.299	8.476		3.966	18.741
1979	138.537	17.255	31.147	12.902			199.841
Débitos da companhia (Cr\$ mil)							
1978		29.857					29.857
1979							
Vendas às empresas controladas (Cr\$ mil)							
1978			69.052	30.289		16.000	115.341
1979	180.975	17.255	119.696	57.438			375.364
Rendidas de imóveis alugados às empresas controladas (Cr\$ mil)							
1978			266	1.339			
1979	983		520	1.345	6		

As aquisições no exercício ocorreram nas seguintes datas: Lojas Riachuelo S.A. 15.04.79; Confecções Wolens S.A. 31.10.79 e Riachuelo Promotora de Vendas 15.04.79.
As demonstrações financeiras de Lojas Riachuelo S.A. e Confecções Wolens S.A. foram submetidas a revisões específicas, destinadas a avaliação da adequação dos valores dos investimentos, por nossos auditores independentes.
Não há cotações de mercado para as ações ou cotas das empresas controladas.

NOTA 4 — IMOBILIZADO

	31 de dezembro	
	1978	1979
Máquinas e instalações	360.085	252.610
Móveis e utensílios	43.398	24.119
Veículos	4.880	3.087
Marcas e patentes	214	78
Depreciação acumulada	408.577	230.904
	36.636	38.536
	241.842	141.466
	217.842	232.154
Imóveis	151.316	7.119
Obras em andamento	311.306	28.847

NOTA 5 — CAPITAL
O capital é composto de 223.634.476 ações ordinárias nominativas e 386.015.524 ações ordinárias ao portador, em 1979 sem valor nominal (em 1978 no valor nominal de Cr\$ 1 cada).

De conformidade com o estatuto social as dividendos mínimos obrigatórios anuais são de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos de lei. Os dividendos propostos pela administração em 1979 correspondem a Cr\$ 0,15 (1978 — 0,08) por ação do capital comum do exercício e são superiores ao mínimo assegurado pelo estatuto.

NOTA 6 — CORREÇÃO MONETÁRIA DE BALANÇO

O resultado da correção monetária de balanço pode ser assim resumido:

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	1978	1979
Correção monetária das contas do patrimônio líquido	579.417	267.319
Correção monetária das contas do ativo permanente		
Empresas controladas	63.625	7.231
Outras empresas	370	133
Imóveis para venda	58.083	2.623
Imobilizado	194.617	90.029
Diferido	187	124
	116.591	100.340
	262.826	278.452

Débito ao resultado do exercício

NEVALDO ROCHA Presidente
FRANCISCO NÉLIO FERREIRA DO MONTE Diretor Comercial
HELIO DE ALBUQUERQUE ARAGAO Vice-Presidente
RAIMUNDO NONATO DA COSTA Diretor Administrativo
NILSON ROCHA DE OLIVEIRA Vice-Presidente
PAULO FERREIRA MACHADO Diretor Financeiro
BENEDITO CLAYTON VERAS ALCANTARA Vice-Presidente
NILZA PONTES MONTENEGRO Tec. Cont. — CRC 873/RN

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Estivemos reunidos para examinar o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício ao qual encerrado em 31 de dezembro último, da Confecções Guararapes S.A.

O Relatório da Diretoria, como as Notas Explicativas que acompanham toda a documentação do exercício, retrata com exatidão os fatos que detêm o nosso resultado líquido.

Somos acordos em que toda a matéria, observada como foi a legislação aplicável, deve merecer a aprovação da assembleia geral ordinária a ser convocada para deliberar a respeito.

Natal, 13 de março de 1980

NEVALDO ROCHA Presidente
NELSON ROCHA DE OLIVEIRA Vice-Presidente
FLAVIO GURBEL ROCHA Conselheiro

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Amos, Srs. Administradores e Acionistas
Confecções Guararapes S.A.

Examinamos os balanços patrimoniais de Confecções Guararapes S.A. em 31 de dezembro de 1979 e de 1978 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas mesmas datas. Efetuamos nossos exames consoante padrões reconhecidos de auditoria, incluindo revisões parciais dos livros e documentos de contabilidade, bem como aplicando outros processos técnicos de auditoria na extensão que julgamos necessária segundo as circunstâncias.

Somos do parecer que as referidas demonstrações financeiras são fidedignas demonstrações da posição financeira de Confecções Guararapes S.A. em 31 de dezembro de 1979 e de 1978, do resultado das operações, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos dos exercícios, de conformidade com princípios contábeis geralmente aceitos e aplicados de maneira consistente.

São Paulo, 13 de março de 1980

CARLOS DE SOUZA CARVALHO Contador
CRC-RS 9314 "S" SP-181
CRC-RS 9314 "S" RN

PRICE WATERHOUSE AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-SP-180 "S" RN

A JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO SÓ PRECISA DE MAIS FUNCIONÁRIOS

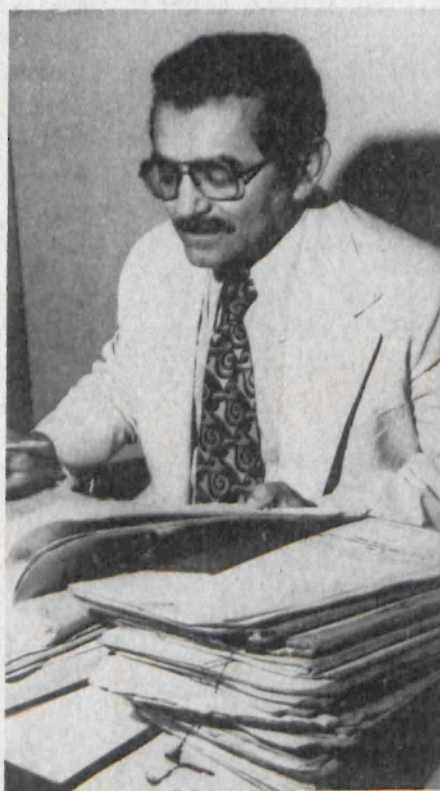
O Juiz do Trabalho da JCJ de Natal, admite a morosidade nos processos apenas nas instâncias superiores. As juntas precisam mesmo é de funcionários para agilizar os processos.

As reclamações procedem tanto de empregados quanto de empregadores: os processos em tramitação na Justiça do Trabalho sofrem de uma morosidade crônica. E vão mais além, uma parte atribuindo à outras vantagens especiais. Os reclamantes (empregados) acham que os acordos beneficiam os reclamados (empregadores); estes, atribuem às decisões da Justiça do Trabalho, um protencionismo exagerado aos trabalhadores.

Os problemas das Juntas de Conciliação e Julgamento de Natal, entretanto, são outros. Embora bem instalados, os juízes reclamam da falta de funcionários para atendimento e processamento de cerca de 1.400 reclamações anuais, atendidas por cada Junta (são duas). Quanto à morosidade processual, acatam-na apenas na fase em que a decisão depende de instância superior.

MOROSIDADE — Uma reclamação constante que vem sendo feita tanto na parte do empregado como do empregador é a morosidade que impera nos casos entregues à Justiça do Trabalho de nossa Capital. Para ambas as partes, casos rotineiros que em circunstâncias normais poderiam ser resolvidos no máximo em 20 dias, estão sendo resolvidos em, no mínimo, 60 dias, com prejuízos para as partes litigantes que, na maioria dos casos, têm que comparecer inúmeras vezes à Junta de Conciliação e Julgamento, para saber do andamento do processo.

Dispensa sem justa causa e falta de assessoramento são os principais motivos de sucumbência do empregador na JCJ



Aluizio Rodrigues, juiz da JCJ.
"A Junta nada mais faz do que aplicar o direito"

O Juiz do Trabalho, Aluizio Rodrigues, não concorda integralmente com as alegações das partes e tem uma explicação detalhada para o fato:

"O processo de trabalho é dividido em duas fases, sendo a primeira aquela que vai do ajuizamento da reclamação até a decisão que resolve o mérito da questão; e a segunda fase tem início com a execução da sentença e termina com o cumprimento da condenação. Na primeira fase do processo - afirma com convicção o Juiz Aluizio Rodrigues - as Juntas de Conciliação e Julgamento de Natal atuam com denôdo e resolvem o processo no menor prazo estabelecido, isto é, dentro de 30 a 60 dias a causa estará totalmente resolvida. O que acontece - frisa bem o Juiz Aluizio Rodrigues - é que na segunda fase processual realmente existe demora, mas por motivos que fogem da alçada da Junta. Nesta fase, quase sempre há recursos para o Tribunal Regional do Trabalho, em Recife, ou para o Tribunal do Superior do Trabalho, em Brasília, aí os prazos são mais longos, e pode acontecer da sentença não ter quantidade certa, sendo preciso então a apuração do valor da condenação, através de uma longa fase de atos e termos processuais".

Do exposto, uma conclusão a que se chega, após o depoimento do Juiz Aluizio Rodrigues, é a de que os processos que são cumpridos ou conciliados até a primeira fase, são efetivados o mais rapidamente possível, não havendo demora excessiva, e até mesmo se conclui antes do pra-

zo fixado. Entretanto, os processos que seguem para a segunda fase da Justiça do Trabalho - que segundo dados da própria Junta de Conciliação são em número muito pequeno - têm solução demorada em virtude do próprio sistema de execução dos mesmos.

EMPREGADOR — Para o empregador, a Justiça do Trabalho sempre beneficia aos trabalhadores. Muitos empresários chegam mesmo a se convencer de que as decisões trabalhistas em Natal, favorecem sempre aos empregados, mesmo em desacordo com as provas dos autos.

“Esta acusação não procede - afirma o Juiz Aluizio Rodrigues - pois a Justiça do Trabalho aplica um direito que foi criado para proteger o empregado, considerado a parte economicamente fraca do Contrato de Trabalho, mas nunca fugindo às provas dos autos. E se as decisões em sua maioria são favoráveis aos empregados é porque as provas dos autos também são favoráveis a estes, e a Junta nada mais faz do que aplicar o direito”.

A propósito do assunto, o próprio Juiz vai mais além em suas explicações, enumerando as razões pelas quais a maioria das empresas perdem suas causas na Justiça do Trabalho: *“Primeiro, porque cometem erros contra o empregado, sem que exista qualquer causa aparente que se possa alegar em sua defesa; e o segundo fator contrário às empresas, é a falta de um assessoramento que possibilite uma defesa eficaz da causa, junto à Justiça do Trabalho”.*

ACORDO — Do lado do empregado, as reclamações mais constantes são de que as conciliações feitas na Junta sempre dão margem de vantagens para o empregador, pois a maioria dos acordos feitos atualmente giram em torno de 50% do valor da reclamação.

Para o fato, as explicações são as mais diversas. O juiz Aluizio Rodrigues prefere razões mais objetivas: *“A Junta não obriga o empregado a aceitar o acordo proposto pelo empregador, nem estabelece percen-*

tuais a serem pagos; apenas homologa o acordo, depois de feito pelas partes litigantes, encerrando aí a sua atuação, após cumprido este acordo. O que acontece na maioria das vezes, é a pressa que tem o empregado em receber sua indenização, e a pressa às vezes do próprio advogado em terminar logo a causa, propondo ao seu cliente que aceite as bases propostas, alegando muitas vezes, que o processo poderá ser demorado e por esta razão é melhor acordar no momento”.

A verdade é que, segundo os dados fornecidos pelas Juntas de Conciliação e Julgamento, 70% dos processos ajuizados encontram a solução através do acordo entre as partes, o que de certa forma demonstra também a atuação constante dos Vogais, como representantes dos empregados e empregadores, na tentativa de promover a harmonia entre as partes em desacordo.

ORGANIZAÇÃO — Até o mês de janeiro de 1979, Natal contava apenas com uma Junta de Conciliação e Julgamento. A partir desta data, depois de muito esforço dos dirigentes da Justiça Trabalhista em nossa cidade, era inaugurada a Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Natal. Conforme explica o Juiz Aluizio Rodrigues, *“a criação*

de uma Junta é difícil e o processo é lento. Legalmente, é preciso que durante 3 anos consecutivos, cada Junta receba, no mínimo, 1.500 reclamações trabalhistas por ano. Somente a partir daí é que tem início o processo de criação de outra ou de outras Juntas, de conformidade com o volume de serviço”.

Em Natal, pelas estatísticas existentes, cada uma das duas Juntas deverá receber este ano, em torno de 1.400 reclamações trabalhistas, indicando assim que não será criada uma outra Junta, pelo menos em breve espaço de tempo, a vigorar o critério atualmente mantido.

Atualmente, as duas Juntas existentes em Natal estão fisicamente muito bem instaladas, apenas vivendo um problema reclamado pelos que atuam ali: a carência de funcionários. O Juiz Aluizio Rodrigues reconhece o problema e acredita que a Justiça do Trabalho deverá ter seu número de funcionários aumentado, no dobro, pelo menos, para atender as necessidades do serviço e vê também como outro problema para entrave do trabalho das Juntas, a legislação que rege o processo de execução, que não acompanha a dinâmica constante da fase de conhecimento do mesmo, sendo esta rápida e aquela muito lenta.

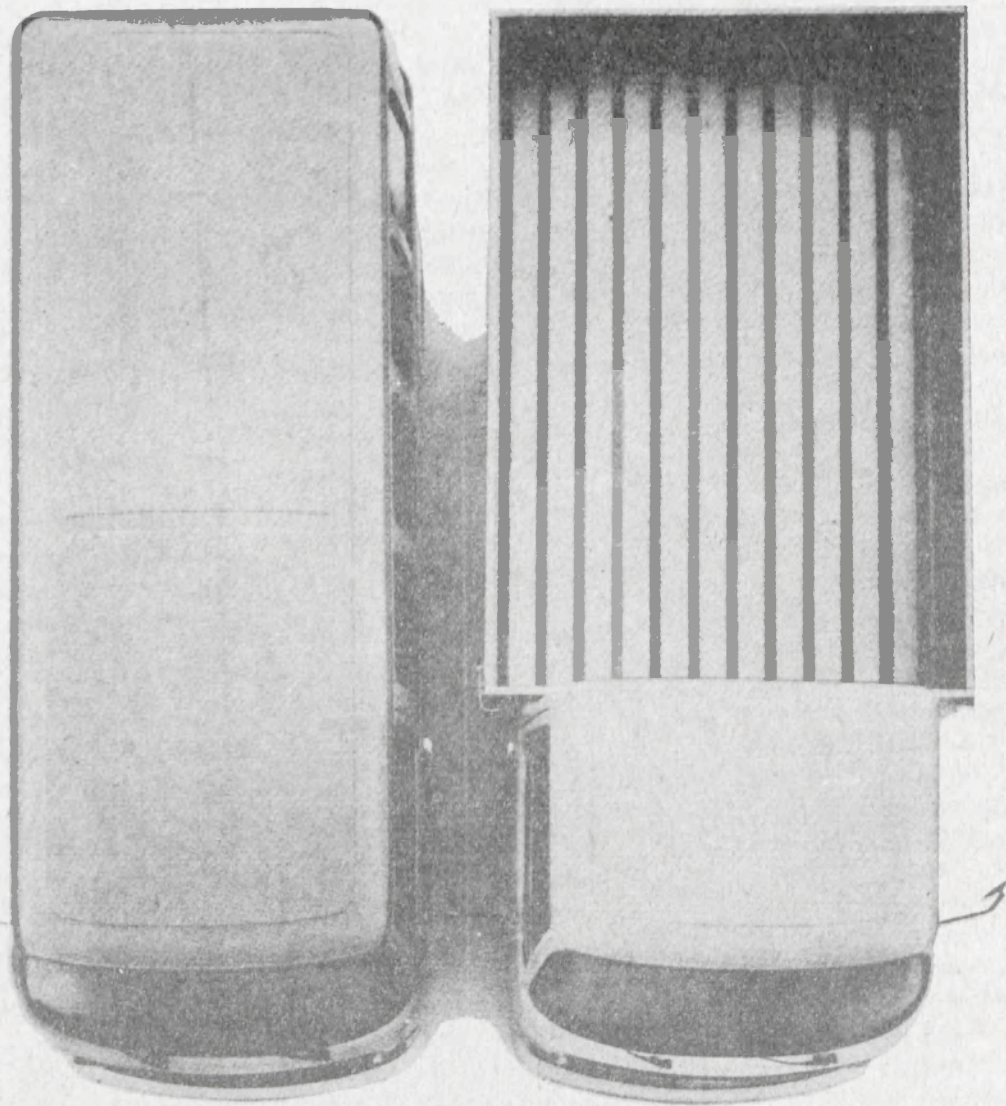
comunique-se com o grupo executivo

 816 1 tronco — 6 ramais	 829 2 troncos — 10 ramais
 849 4 troncos — *10 ramais	 860 6 troncos — 30 ramais

CESAR Comércio e Representações Ltda.
RUA DR. BARATA, 209 — CX. POSTAL, 71 — FONES: 222-8490 E 222-8491 — NATAL-RN.

Uma notícia tão grande quanto a Kombi

FINANCIADO EM 24 MESES



A Kombi continua generosa. O prazo para pagamento, tanto da Kombi Standard como da Kombi Furgão e da Kombi Pick-up, é de um ano e meio. Um ano e meio que você pode ir e vir transportando até uma tonelada de carga, e tendo o maior lucro.

Você sabe o quanto a Kombi é econômica, ágil, resistente,

potente. Aproveite agora para entrar na sua. Venha ver os planos de pagamento. Temos a maior variedade. Inclusive com o seu carro usado bem avaliado entrando no negócio.

Venha ver de perto a Kombi que melhor vai dar conta do seu recado.

E, pela sua grande escolha, aceite o maior abraço.



REVENDEDORES
AUTORIZADOS

MASPAS S.A. Av. Tavares de Lira, 159 — Fone: 222-0140
Rua Presidente Sarmento, 592 — Alecrim

Dis. de Automóveis SERIDÓ S. A. Rua Nascimento Castro, 7600, FONE: (084) 223-4566
NATAL-RN - 59.000

BANCÁRIOS MUDAM DE ORIENTAÇÃO

*A oposição elege o novo presidente
da associação de classe*

Com 36 votos de maioria (322 contra 286) a chapa oposicionista, denominada "Oposição", liderada pelo bancário Horácio de Paiva Oliveira, derrotou a chapa situacionista, chamada "Construção", apoiada por Vicente Cabral de Brito, que há 16 anos presidia o Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Norte. Vicente Cabral é acusado pelos oposicionistas de nunca ter feito nada em prol da classe, chegando mesmo a desarticulá-la. Confirmando a veracidade da acusação, seus opositores cotejam o número de bancários (5.000) com o número de associados ao Sindicato (800).

Ressentindo-se com o esvaziamento de sua entidade representativa, a qual, gradativamente, vinha retrocedendo em sua missão histórica de defender e lutar pela classe, um grupo de bancários liderado por Horácio Paiva, resolveu partir para a luta, lançando assim a chapa "Oposição", tendo como lema a "Reconstrução e Renovação Sindical". A chapa tem como Presidente o próprio Horácio (BB) e como Vice, Dilson Dias Pereira (BNCC). Nos demais cargos estão: Maria Ivete Medeiros (BANDERN) - primeira secretária; Elias Cabral Maciel (BB) - segundo secretário; e Gileno Fer-

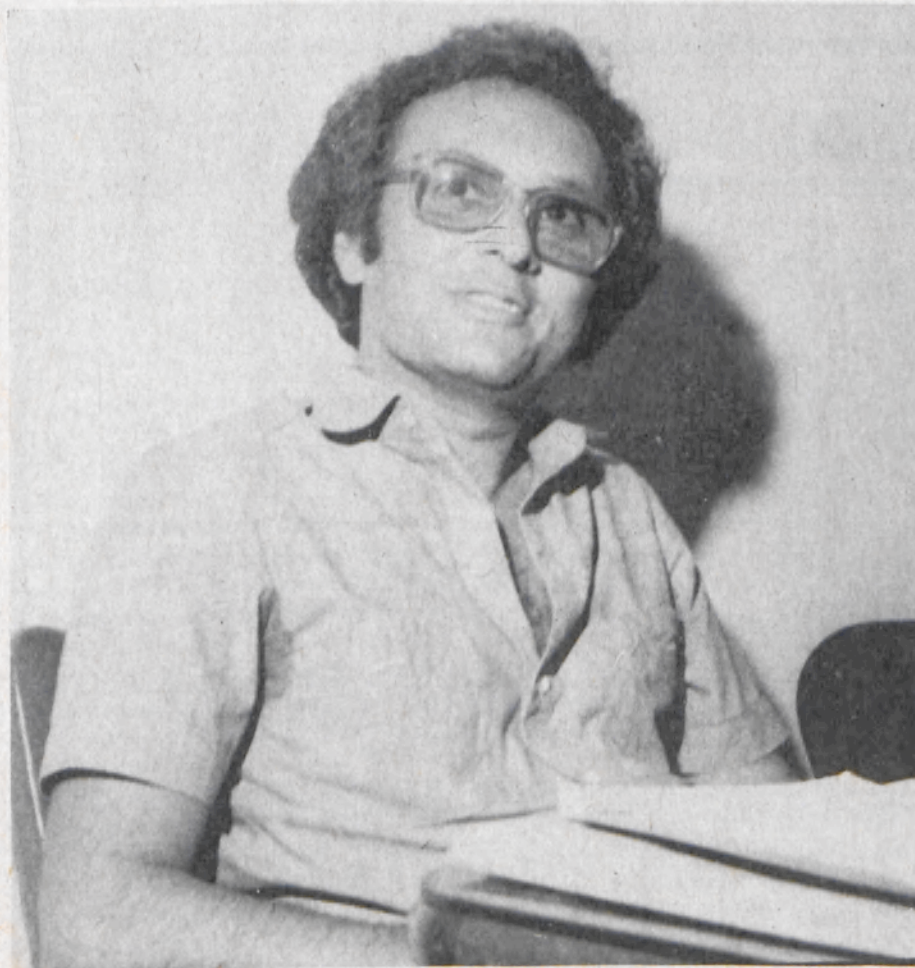
nandes Villar (BANDERN) - tesoureiro.

16 ANOS — Vicente Cabral desde 1964 estava à frente do Sindicato dos Bancários, quando naquela época de exceção fora nomeado Interventor. O longo período no posto, como não poderia deixar de ser, deu a Vicente Cabral de Brito a postura de "dono" do sindicato. Os seus opositores afirmam que ele teria também utilizado o Sindicato em benefício próprio, fazendo muitas vezes o jogo dos patrões, conforme publicação da Imprensa.

Por outro lado, Cabral teria procurado cercar o movimento dos bancários oposicionistas, chegando, por exemplo, no dia das eleições (12/3/80) a tumultuar o ambiente eleitoral na Sede do Sindicato. Naquele dia, ele impediu a presença dos fiscais nas urnas, permaneceu na sala de votação (o que era proibido), como também agrediu, juntamente com sua secretária, jornalistas que cobriam o evento.

Mesmo com todos esses "incidentes" ou "acidentes", afirma Horácio Paiva que após 64 essa foi a primeira eleição livre do Sindicato dos Bancários: *"A nossa satisfação não é simplesmente por termos vencido a eleição, e sim por termos retirado de ação uma pessoa que, dirigindo nossa entidade classista, nada fez em prol dos seus poucos associados"*.

A QUE SE PROPÕE — Com a diretoria já eleita e empossada (a posse verificou-se dia 18 de abril, na AABB), os componentes da chapa "Oposição" já traçaram suas metas de trabalho. A primeira atividade será iniciar uma ampla campanha, sindicalização, e ao mesmo tempo denunciar o aviltamento da profissão, principalmente em relação à jornada de trabalho e aos salários aquém da realidade regional. São também planos cobrar dos patrões o cumprimento do pagamento de horas extras trabalhadas e evitar demissões em massa em épocas de aumentos ou reajustes salariais. Será denun-



Horácio Paiva, atual presidente do Sindicato dos Bancários

ciada a discriminação que atualmente vem ocorrendo com a mulher, quando esta engravida.

Explicando as proposições, Horácio afirma que formará comissões sindicais junto aos bancos, procurando assim conscientizar aos bancários da necessidade da sindicalização. O aviltamento da profissão transparece na própria jornada de trabalho dos bancários conforme explica Horácio: *"A CLT prevê e determina que um bancário tenha uma jornada diária de trabalho de seis horas, admitindo-se o prolongamento de até duas horas. Aqui em Natal esse dispositivo legal não é obedecido, já que os bancários trabalham normalmente dez horas por dia"*.

Após falar sobre a jornada de trabalho, o Presidente do Sindicato dos Bancários fez questão de enfatizar os salários aviltantes que atual-

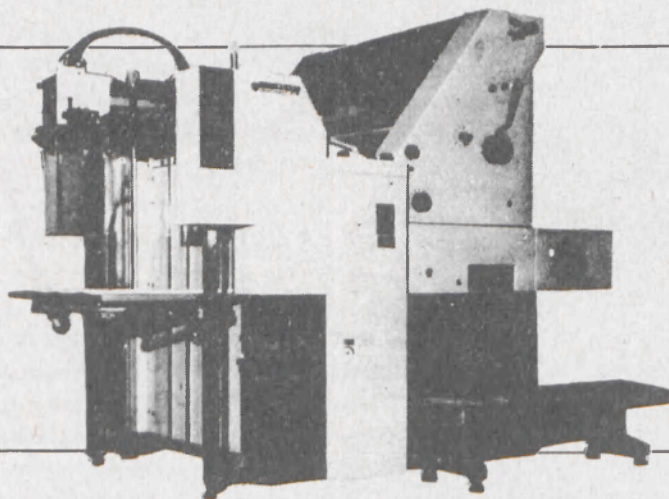


Vicente Cabral, ex-presidente

mente seus colegas percebem mensalmente, além das dificuldades de se receber o pagamento das horas extras trabalhadas. Em relação à discriminação da mulher, garante Horácio que *"é um perigo uma bancária engravidar, pois automaticamente perde o emprego. Esses tipos de comportamento vêm sendo posto em prática pelos Bancos, principalmente os particulares"*.

É interesse da atual presidência do Sindicato denunciar as constantes demissões nas épocas dos aumentos ou reajustes salariais. *"Antigamente essas demissões ocorriam uma vez por ano. Agora, como o salário é reajustado a cada seis meses, nesse intervalo de tempo vários bancários são jogados na rua. Essa é mais uma manobra dos patrões furtando-se às suas obrigações impostas pelo Governo perante seus Empregados"*, - finalizou Horácio.

RN-ECONÔMICO INDÚSTRIA GRÁFICA



Quem procura qualidade, prazo e preço já sabe que a Gráfica RN-ECONÔMICO oferece vantagens que nenhuma pode oferecer. Além do mais moderno equipamento off-set, ela também dispõe de uma completa seção de tipografia, realizando desde cartazes coloridos, livros e jornais, até simples cartões de visita. Consulte sempre a Gráfica RN-ECONÔMICO.

Rua Dr. José Gonçalves, 687 Natal-RN
Fones: 231-1873, 231-3576, 231-5157 e 231-5201

NATAL POSSUI A MELHOR FROTA DE ÔNIBUS DO NORTE-NORDESTE

Com total apoio do Sindicato das Empresas de Transportes Coletivos do Rio Grande do Norte, os empresários do ramo, gradativamente vêm melhorando a prestação de seus serviços à comunidade norterio-grandense e com especialidade à de Natal.

Numa capital que cresce em população cerca de 7% ao ano, não é fácil administrar, nem tampouco oferecer aos usuários, um bom sistema de transportes de massa. Surgem problemas de toda ordem: os constantes aumentos nos preços dos derivados de petróleo; a má distribuição de tráfego e o piso da cidade; as greves de motoristas; os incidentes com pseudos-estudantes, por sinal os que mais contribuem para a defasagem no capital das empresas de transportes coletivos. Diante de tantos e tantos problemas, entretanto, o Sindicato das Empresas de Transportes Coletivos do Rio Grande do Norte, presidido pelo empresário Teodório Passos Sales, através da mediação, do diálogo e da compreensão vem conseguindo assegurar um padrão de serviço razoável à população, e tem lutado para encontrar um denominador comum para satisfazer aos seus associados, aos funcionários das empresas e, sobretudo ao usuário.

Tendo no último dia 20 de abril completado seu primeiro ano de administração, Teodório Sales lembra ter iniciado a Presidência do Sindicato sob um clima de tensão. Naquela época, os derivados de petróleo e particularmente o óleo Diesel, como também peças de veículos, acusaram um aumento assustador. Comprometendo mais ainda a situação, motoristas e cobradores de ônibus deflagraram uma greve. Atuando como Entidade classista, o Sindicato das Empresas, frente ao impasse, serviu como mediador da situação nos contatos entre empregador e empregado. Como resultado da intervenção, as negociações foram feitas, o que valeu um aumento salarial para os grevistas em torno de 80%.

As Empresas, em virtude daquele brusco e vultoso aumento tiveram seus capitais abalados, mas graças a uma conscientização seguem a filo-



Teodório - primeiro ano de administração

sofia de "quem está na chuva tem que se molhar". Frente a esse esforço, Natal hoje pode orgulhar-se de possuir a melhor frota de ônibus do Norte e Nordeste do Brasil, e nossas Empresas (Guanabara, Cidade do Sol e Trans-Natal) garantem estar preparadas para acompanhar o desenvolvimento da Capital, desde que hajam algumas modificações no sistema.

ALGUMAS MODIFICAÇÕES — Para que as Empresas de transportes coletivos de Natal acompanhem o desenvolvimento da Capital são mister algumas modificações, cujas negociações serão feitas com a Prefeitura Municipal de Natal, além de outros Órgãos.

O pleiteio de uma concessão para exploração das linhas da cidade (hoje existe a permissão de cinco anos); um novo reestudo na Lei que obriga

a vende dos 180 tickets a estudantes; a melhoria, a curto prazo de um piso condigno; o reescalonamento de horário de trabalho nas repartições públicas, empresas privadas e colégios são alguns dos assuntos pautados na agenda de Teodório Sales. Essas modificações, conforme explicou, será reevertida em prol do Empresário e, sobretudo da comunidade, conforme explica:

"Atualmente a Prefeitura não fornece concessão para a exploração das linhas pelas empresas de transportes coletivos. Concessão, como se sabe, é uma autorização permanente. A Prefeitura limita-se a dar a permissão pelo prazo de cinco anos, e após essa data a renova se quizer. Está certo que até agora isso nunca aconteceu, mas se acontecer a Prefeitura não renovar a permissão? Imagine só, cada Empresa do ramo possui uma média de cem carros e nenhum desses veículos custa menos de Cr\$ 1 milhão. E se a permissão não for renovada?"

Deixando estas perguntas no ar, Teodório lamenta a falta de segurança para os empresários. *"Se compramos hoje um ônibus por Cr\$ 1 milhão e 250 mil esse investimento só terá retorno, daqui a cinco anos, época em que se finda a permissão, enfatizou.*

A LEI DOS TICKETS — Acreditando que o Prefeito José Agripino venha a se sensibilizar diante das justas reivindicações do Sindicato das Empresas, Teodório propõe um reestudo na Lei municipal que obriga a venda de 180 tickets num período de 30 dias a cada estudante. *"O que nos abala não são os reais estudantes, e sim os pseudo-estudantes. Difícilmente (é quase impossível) um estudante utilizar 180 tickets em 30 dias. Normalmente os compra e distribui para o pai, o irmão, o tio e até mesmo vende aos vizinhos. Após essa Lei, a quantidade de "estudantes" que viajam nos ônibus aumentou percentualmente de 30% a 45%".*

Indagado se não era missão do cobrador exigir a identidade estudantil do passageiro que estivesse com o tickets, Teodório respondeu: *Teoricamente isso seria o correto, mas imagine num horário de "rush" o cobrador exigir a carteira de cada estudante. Uns diziam estar no fundo da bolsa, outros diziam que esquece-*

ram; a exigência provocaria atritos constantes. O que o Sindicato pretende é a venda de 60 tickets, e se o estudante, mediante documentação, comprovar frequentar o Colégio mais de uma vez por dia, então lhe venderíamos as 120 passagens", concluiu.

PISO RUIM — Em Natal rodam regularmente 280 transportes coletivos, distribuídos em 30 linhas. Os carros são novos, com idade média de três anos. Infelizmente sua vida útil não vai além de 5 anos, ao invés de oito anos, média normal nas cidades mais bem urbanizadas, em virtude do péssimo piso da cidade. São buracos em cima de buracos. Em relação ao problema, afirma Teodório que acredita numa solução, pois o Prefeito prometeu adquirir uma Usina de Asfalto para, obviamente, melhorar a pavimentação da cidade.

Entre outras reivindicações e solicitações, será pleiteado o reescalonamento de horários nas repartições públicas e colégios. Nessas Unidades coincidem o horário de entrada e saída, o que dá consequência a uma super lotação dos ônibus na hora do "rush" e a uma capacidade praticamente ociosa em outros horários.

Como solução para o problema, a exemplo de outras Capitais, diz Teodório que as repartições municipais poderiam iniciar suas atividades às 7 horas e encerrar às 11. Retornar às 13 e findar às 17. Enquanto isso as Estaduais poderiam iniciar o expediente uma hora mais tarde. Os Colégios arranjariam uma solução, conforme suas conveniências. Essa modificação, no mínimo, contribuiria para o usuário não "andar sufocado" dentro dos ônibus.

CARROS NOVOS — Fazendo questão de frisar que "Natal dispõe da melhor frota de ônibus do Norte e Nordeste", Teodório falou a respeito do recente Convênio celebrado com a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, EBTU, FINAME e BDRN, de onde conseguiu-se um financiamento de Cr\$ 40 milhões, quantia esta repassada às empresas para a compra de carros novos.

A Empresa Guanabara, a Cidade do Sol e a Trans-Natal, conjuntamente, oferecem 1.500 empregos diretos e mais de seis mil indiretos. São pessoas devidamente registradas, e a



Os ônibus: a melhor frota do Norte e Nordeste do Brasil

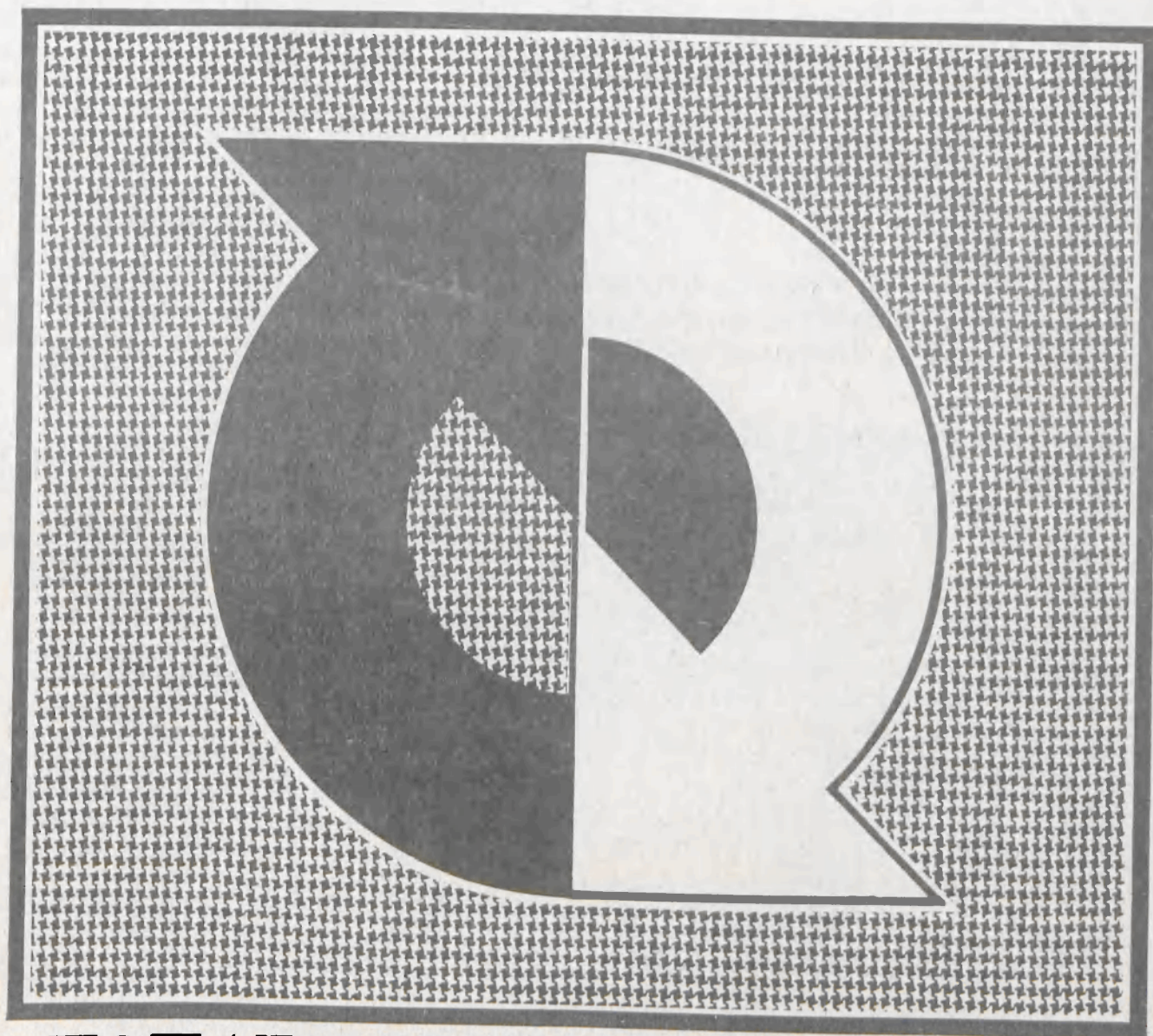
folha de pagamento de pessoal é nunca inferior a Cr\$ 3 milhões por mês. Um motorista percebe hoje mais de Cr\$ 7 mil, contrastando com o salário pago há um ano que era de Cr\$ 2.600,00. Enquanto isso um cobrador percebe mais de Cr\$ 3.500,00 e antes recebia na casa de Cr\$ 1.500,00.

Como o Sindicato também filia as empresas intermunicipais e as interestaduais, num total de 24, garante o Presidente Teodório que motoristas e cobradores dessas atividades também estão ganhando salários compatíveis com suas funções.

DIGNOS DE APOIO — "Motoristas e cobradores de transportes coletivos são profissionais dignos de

nosso apoio e respeito. São eles que nos levam de ida e volta para o trabalho e para o passeio. São homens que têm sobre si a responsabilidade de dezenas de vidas, quando sentados ao volante", asseverou o presidente do Sindicato.

Embora seja uma atividade difícil de se administrar, as Empresas de transportes coletivos do Estado e, particularmente as da Capital, na medida de suas possibilidades vêm melhorando o atendimento ao público, principalmente com a aquisição periódica de carros novos. Para que alguns problemas sejam contornados são necessárias negociações com a Prefeitura e mais algumas Unidades a quem de direito. A sensibilidade, a mediação e a compreensão serão a chave desses problemas.



ESTA MARCA ACOMPANHA A EVOLUÇÃO DO TEMPO

Quando surge uma nova marca, o público passa um pouco de tempo para reconhecê-la associando-a à empresa que lhe deu origem. Com esta marca a coisa vai ser diferente. Ela é o cartão de visita do novo Grupo Lázaro que resultou da associação das Empresas Ivanilson, Equipadora Lázaro, Presentes Lázaro e Serviços Lázaro que, agora juntas, vão estar

melhor condicionadas a atender aqueles que estão avançando no futuro.

Todas aquelas pessoas que não estão paradas no tempo vão segui-la na direção do sucesso.

Você que progride e que está sempre à frente não terá dificuldades para guardar este símbolo porque também estará com ele.

Agora que você está apresentado, tenha mais prazer conhecendo-a de perto.



**GRUPO LAZARO
COMERCIO E
REPRESENTAÇÕES
LTDA.**

Av. Deodoro, 431 Fone - 222-0284 - Natal-RN.

PROJETO CAMARÃO AJUDARÁ A FAMÍLIAS DE PESCADORES

A tecnologia formada no Projeto Camarão será transferida para núcleos familiares de pescadores, objetivando apoio econômico à sua subsistência.



“O pescador terá um faturamento bruto anual de 500 mil cruzeiros”, antecipa Tupan Ferreira, coordenador do Projeto

O Banco Mundial deu “sinal verde” para que fosse iniciado o sub-projeto de cultivo semi-intensivo de camarões, cujo investimento será da ordem de 3,9 milhões de dólares. Com esses recursos serão implantados 500 hectares de viveiros à margem direita do rio Potengi (em Natal) ou no município de Canguaretama, o que corresponderá a uma unidade para produção de cem milhões filhotes de camarões (Post-larva). O dinheiro também servirá para a aquisição de um barco para cap-

tura de fêmeas ovadas. A iniciativa objetiva transferir tecnologia de criação do crustáceo às famílias, preferencialmente de pescadores, para que elas melhorem seus padrões de vida produzindo e comercializando o camarão.

O Projeto, que será encampado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN), prevê a construção de 500 hectares de viveiros divididos em lotes de cinco hectares para cada

família. Essas famílias serão devidamente treinadas, absorvendo assim a tecnologia da criação. Para cada hectare explorado espera-se um rendimento em torno de quatro toneladas/ano. Esse produto, depois de comercializado representará um faturamento bruto em torno de 500 mil cruzeiros para cada família.

PIONEIRISMO — Dizendo ser este um projeto pioneiro no Brasil e afirmando desconhecer sua implantação em outros países, Tupan Ferreira de Souza, Coordenador do Projeto Camarão, fez questão de frisar que o Projeto de cultivo semi-intensivo de camarões trata-se de uma iniciativa voltada para beneficiar pessoas de baixa renda, e em particular aos pescadores.

“Embora não esteja ainda definida a área de implantação, o Projeto será localizado às margens do Rio Potengi ou em Canguaretama. Essas Regiões, como se sabe, absorvem a mão-de-obra pesqueira que, geralmente, sobrevive de pescar um peixinho aqui e outro acolá. Se o Projeto prevê a construção de 500 hectares de viveiros e se cada cinco hectares serão dados a uma família, se conclui que cem famílias serão beneficiadas”. - esclarece Tupan Ferreira de Souza.

O coordenador do Projeto Camarão vai mais adiante visualizando os resultados do programa: *“É previsto também, conforme estudos, que cada um dos cinco hectares, por ano, produza quatro toneladas do produto. Se o quilo de camarão hoje custa Cr\$ 200,00, pode-se calcular que o pescador terá um faturamento bruto anual em torno de Cr\$ 500 mil, o que para ele representa uma alta cifra”.*

O projeto está atualmente em fase de elaboração, ao encargo da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola - CEPA. A fase inicial do projeto envolverá uma produção comercial de camarões “Peneideos” em viveiros estabelecidos ao longo da

costa. Essa etapa dos trabalhos envolve subsídios para a compra de um barco camaroneiro para o estabelecimento de uma unidade produtora de post-larvas com a captura de fêmeas ovadas.

MÉDIO PRAZO — Embora considerado um projeto de altas repercussões sociais, ao que tudo indica a parte prática das atividades não será realizada agora. Na verdade já se tem assegurado o financiamento pelo Banco Mundial de 3,9 milhões de dólares. No início de junho virá a Natal uma missão do referido Banco com o objetivo de verificar, em termos de projeto, o que já se tem feito. Nessa oportunidade serão dadas sugestões como também feitas algumas ressalvas e considerações. Em agosto espera-se nova visita dos emissários do Banco quando eles

Cada hectare cultivado produzirá quatro toneladas/ano de camarão

levarão o projeto para Roma (sede do Banco) a fim de apreciá-lo.

Finalizando, disse Tupan que, embora a parte prática do Projeto seja para o próximo ano, pode-se conscientizar que *"muita coisa se conse-*

guiu com a certeza do financiamento de 3,9 milhões de dólares".

A viabilidade do projeto é evidente. Aos efeitos econômicos somam-se os benefícios sociais a uma categoria profissional quase marginalizada. Tecnologia é só o que não falta ao "Projeto Camarão". Resta agora tão somente a libertação dos entraves burocráticos, a superação da fase projetista, para afinal o pleito de financiamento se concretizar e o programa se realizar.

Aliás, projetos dessa natureza, - segundo opinião de um pequeno empresário - deveriam ser extensivos também à iniciativa privada, na faixa das pequenas e médias empresas: *"O retorno do dinheiro estaria garantido pela viabilidade econômica da atividade selecionada e pela amortização a longo prazo"*.

Nós estamos preparados para prestar os melhores serviços de contabilidade e auditoria à sua empresa.



Para isto, formamos uma excelente equipe de técnicos com longa experiência em contabilidade comercial e industrial e em auditoria. Assim, podemos garantir bons serviços aos nossos clientes. Consulte-nos.



AUDIENSE

AUDITORIA E CONTABILIDADE S/C LTDA.

Rua Juvino Barreto, 200

Fone 222-6569 - Natal-RN

Bacharéis Responsáveis:

**FRANCISCO COSME DA SILVA * ALMIR AVELINO DE FREITAS
HERMANY COSTA DA SILVA * AMARILTON VERAS DE SENA**

Olho vivo acertou ...

... quando previu que Dinarte Mariz bagunçaria o coreto do grupo palaciano. Além da consolidação do prestígio do "velho" entre os convencionais do PDS, Vingt Rosado garante o cacife do grupo dissidente na Comissão Executiva. Estimulados pelo sucesso da predição, arriscamos outro palpite: o Governo vai abrir vagas para que os dissidentes indiquem seus candidatos a algumas secretarias. Muita cabeça e muita água vai rolar debaixo da ponte ...

Desdobramento da crise

• Caro redator de Olho Vivo:

Peço que encaminhe ao excelentíssimo governador Lavoisier Maia, as seguintes observações - para reflexão - a respeito da crise do Hospital Walfredo Gurgel.

1) a Universidade mantém o Hospital das Clínicas, para onde poderia carrear os recursos destinados ao HWG, sem prejuízos para a comunidade e até com vantagem para os quadros docente e discente da UFRN;

2) o médico nomeado pelo Governador é professor da UFRN, com mais de vinte anos de serviço. Compete ao Reitor acceder ou não em colocar dito profissional à disposição do Governo do Estado - com todo respeito à decisão do Dr. Bulhões, que no caso de aceitar a nomeação jogaria com prejuízo de sua própria estabilidade;

3) essa estória de Pareceres técnico-jurídicos me pareceu uma redundância e uma bobagem, pois todo mundo sabe que o HWG é jurisdicionado do governo do estado. Importante mesmo - e inteligente - era ter dado mais sutileza ao elefante. Afinal, não custava nada a deferência à UFRN, pelo menos por sua condição de mantenedora, em participação majoritária do HWG. Quer dizer que manter pode - agora, na hora de nomear o dono sou eu, não é mesmo?

Um abraço respeitoso e cordial do Conselheiro Avelino.



Maquiavel potiguar

• Em política tudo se sabe, como diria um inefável cronista mundano. E quando não se sabe, se inventa - arremataria um cinico. De uma forma ou de outra, o *causo* que vamos contar é uma bomba.

Uma velha raposa politica, em disponibilidade, telefonou p'ra gente, excitadíssimo: "*Já descobri porque o Lavoisier dá tanta mancada*". O começo era animador e porisso pedimos explicações.

"*Ora, meu amigo, nenhum homem público, por mais despreparado para o exercício de funções públicas, comete tantas asneiras quanto lhe creditam*". E deu pertinência a sua lógica: "*Cada governante possui um staff a quem atribui um alto nível, que o inibe nas formulações desastrosas*".

Concordamos e pedimos fatos que tornassem mais concreta a análise do velho político. "*Fatos? Espere ainda um momento. Não terminei o raciocínio*".

Concordamos.

"*Quando um governante comete um erro atrás de outro, algo está podre no Reino da Dinamarca. Das duas, uma: ou o governante é excessivamente centralizador e autoritário, ou sua equipe o conduz ao erro. Não há uma terceira opção*".

Novatmente concordamos e cobramos os fatos. Mas o nosso interlocutor queria alinhar sua análise.

"*Veja bem! Se o governante é dado a delegar atribuições - chegando até mesmo a passar o governo com frequência ao seu substituído imediato - é sua equipe que não funciona... ou funciona a todo vapor, no sentido do desgaste do chefe.*

Correto?" Certo. Certo. Mas vamos aos fatos. Do outro lado da linha veio uma

gargalhada de triunfo.

"*Agora, os fatos: o vice-governador do Estado, Geraldo José de Melo, tem interesse no desgaste do governador, por motivos óbvios.*

O choque de uma descoberta inesperada e terrível descarregou adrenalina no sangue - aproveitando uma imagem utilizada pelos escritores policiais. Pedimos uma prova e o sibilino analista não se fez de rogado:

"*Primeiro, observe que quando o vice assume o governo, tudo sai certo. Se você apurar bem os ouvidos para as revelações palacianas, já sabe que o mentor intelectual do governador é o próprio Geraldo Melo. Ora, se é essa a eminência parda por trás do governador, parece que ele só reserva para o governador as decisões que comprometam sua imagem de administrador e político, certo?*"

As provas, homem, as provas.

"*O caso do Hospital Walfredo Gurgel. Não foi uma decisão do vice, prestigiada e "assumida" pelo governador? O desdobramento da crise interessa de perto ao vice, na sua escalada política.*

Conte ai nos dedos: Lavoisier não conta com Dinarte nem com os Rosados e nem poderia, porque Geraldo romperia com ele, (se lembra das declarações dele: ou Tarcísio na presidência, ou ele fora do PDS. O alvo era o esfacelamento de uma possível aliança com Dinarte) deixou de contar com Aluizio, com Luiz Antônio ... e agora, perderia Diógenes da Cunha Lima. Quer melhores motivos para o povo desacreditar no homem?"

Era terrível, mas fazia sentido.

Nada mais foi dito - nem perguntado. E era preciso?



Leão tem dente? Então morde!

A Secretaria da Receita Federal não engana ninguém com essa história de que o leão é manso. (O leão, no caso, é o Imposto de Renda).

O leão - indomável rei das selvas - botou logo as garras de fora e arreganhou os dentes. A serviço do governo federal, instituiu um empréstimo compulsório de dez por cento sobre os rendimentos não tributáveis, auferidos em 1979, superiores a 4 milhões de cruzeiros. O empréstimo é pelo prazo de dois anos e será devolvido, sem correção, apenas remunerado a uma elevada taxa de juros de 6 por cento ao ano.

Chico Anísio, mediante da Globo, propôs um negócio ao governo - aliás, automaticamente endossado pela iniciativa privada: alterar os fatores e o produto - ao invés de dois anos, seis meses de prazo; ao invés de seis por cento, doze por cento - só que os trinta e dois bilhões previstos para arrecadação, não seriam abocanhados pelo leão, mas emprestado à iniciativa privada, para consolidação dos seus negócios.

Pelo menos é mais justo do que exigir correção e juros elevados nas obrigações fiscais em atraso e se propor a pagar módicos juros, sem correção, num empréstimo compulsório pelo prazo de dois anos, ao mesmo contribuinte.

A saída, onde está a saída?

A SIC (Secretaria de Indústria e Comércio) quem se lembra dela?

Para os muito esquecidos, a SIC era aquele órgão do governo estadual com um formidável aparato burocrático, que pretendia, modestamente, mudar a face do RN. Para alcançar esse objetivo, seus dirigentes ensaiaram, com provetas e pranchetas, mil e uma fórmula e projetos redentores para a economia estadual. Modestamente, também, seu último Secretário, quando se olhava no espelho, via a imagem de um delfim tipo econômico.

Não faz tanto tempo assim.

Tem até alguns amigos, desses eternos cobradores das coisas, que sempre perguntam por algumas das promessas, do tipo: por que não se atrai nenhuma indústria nova para o RN? Por que não



existem projetos do RN na SUDENE? Por que só empresas de fora ganham as concorrências promovidas pelo Governo do Estado? Por que não sai o Distrito Industrial? Por que não se criam mais empregos? Por que o carro-chefe da SIC, o CETRECON foi arquivado?

Perguntinhas embaraçosas, não é mesmo? Respostas com o atual Secretário, Getúlio Nóbrega.

Câmera rápida

• O jornal de maior tiragem no Estado do Rio Grande do Norte é o "Guararapes 2.000", de propriedade de Confecções Guararapes S.A. O mensário é composto e impresso pela Editora RN/Econômico Ltda. e circula com 8.500 exemplares, em quatro Estados brasileiros.

O governo do Estado declarou a inconstitucionalidade do ato que protegia as empresas locais em concorrências públicas. Pois não é que agora, pressionado pelos empresários, até que achou bem constitucional a medida. Tanto é assim que o Secretário da Fazenda declarou à imprensa que pretende editar uma lei mais abrangente que o próprio ato do governador Cortez Pereira. Coerência é isso...

A esta altura do campeonato, dois secretários do governo - Iberê Ferreira e Manuel de Brito - ainda acreditam na manutenção da aliança Maia/Alves. Vão ter fé assim no Vaticano!

O Seminário sobre o Desenvolvimento do Nordeste promovido pela Universidade Federal do RN, foi o motor de partida para a efetiva integração da comunidade universitária norterio-grandense na problemática regional. O sucesso foi absoluto. A imprensa Universitária vai editar os Anais do Seminário, divulgando as reflexões da UFRN sobre a temática abordada nas conferências.

Pedro Simões acaba de publicar uma tese subordinada ao tema Salário e Bem Estar Social. O livro foi lançado na Universidade, informalmente, entre seus alunos. O autor pretende provar que é possível redistribuir a renda, através de salários justos e de sua implementação, por parte do Estado, através do que ele chama de "Bens de Salários". Propõe ainda a Democracia como forma de governo e sistema político, capaz de evitar confrontos que resultem em radicalismos à esquerda ou à direita. O livro é vendido através da Cooperativa da UFRN e Livraria Opção. Brevemente estará em todas as livrarias da cidade.

OS MUNICÍPIOS NA CONJUNTURA SÓCIO-ECONÔMICA NACIONAL



Hamilton Santiago, Prefeito de São Gonçalo: "a centralização transformou as prefeituras em pedintes"



Silvan Pessoa, Prefeito de Macaíba: "Para conseguir alguma coisa é preciso submeter-se a um verdadeiro teste de paciência"

A política de centralização econômica imposta pelo governo da União aos municípios, provocou grande esvaziamento nas Prefeituras, ocasionando sérios prejuízos às suas administrações. Apelos são feitos no sentido de uma mudança na atual política, especialmente no que diz respeito às dívidas originárias de encargos sociais, que representam, na maioria dos municípios, mais de 50% dos seus orçamentos.

QUADRO ATUAL — Desde 1967, com o advento da Reforma Tributária e vigência de nova Constituição, os municípios perderam sua autonomia. Para aumentar ainda mais suas desgraças, o Governo Federal resolveu centralizar a política de investimentos, numa espécie de planejamento integrado nacional, retirando do município a faculdade de decidir o que considerava prioritário em matéria de investimentos, uma vez que esse critério passou também a ser definido pelo Governo Federal.

Por outro lado, o município é a unidade da Federação que mais se aproxima da comunidade. O Prefeito é, por excelência, o administrador que se situa numa escala de maior proximidade com o povo. Como não poderia ser diferente, passou a ser o maior prejudicado pela centralização, vez que os reclamos de obras - segundo critérios particulares de utilidade ou prioridade - passaram a ser exigidos pelos membros da comunidade, sem que ele pudesse atender, uma vez que os critérios passaram a ser definidos pelo Governo Central.

POLÍTICA PREJUDICIAL — "A política de centralização imposta pelo Governo Federal simplesmente transformou as prefeituras em meros dependentes e pedintes"

- assim explica Hamilton Rodrigues Santiago, Prefeito da Cidade de São Gonçalo do Amarante, que vai além em suas explicações: "Com os municípios dependentes da forma como estão, tornam-se presas fáceis e objetivos vulneráveis a todo tipo de pressão do governo. Neste jogo, os prefeitos são prejudicados, tornando-se simples fantoches a depender da vontade do Governo do Estado".

O Prefeito Antenor Neves de Oliveira, do Município de Eduardo Gomes, concorda com as colocações do colega, mas ressalta ainda o fato de que além de tudo, o prefeito ficou tolhido para cumprir as promessas feitas ao povo e de resolver os problemas encontrados na sua administração, "cujas soluções são apontadas e vistas, mas não existe a condição real para trazer ao povo e à cidade tudo que estão precisando, nada restando senão esperar pela vontade do governo, que não conhece "in loco" a problemática dos municípios".

Silvan Pessoa da Silva, Prefeito de Macaíba, aponta outro fato, além do exposto pelos outros prefeitos: o excesso de burocracia. "Para se conseguir um mínimo possível em benefício do povo e do município, é preciso antes de tudo submeter-se

a um verdadeiro teste de paciência, e ficar à espera de que alguém, farto talvez dos inúmeros apelos feitos e muitas vezes da presença constante do prefeito acompanhando os processos, resolva atendê-lo, até para se livrar do incômodo". De mão em mão, o processo acaba por ser definido, mas a demora foi tanta que os problemas enfocados já se sujeitariam a uma revisão - o que prejudica o pleito original.

COMO REALIZAR? — Em meio a tantos problemas, os prefeitos têm ainda, de qualquer forma, que realizar obras que possam servir ao povo, ao município e a ele próprio, como marco de sua administração. Para executar essas obras é preciso ser "santo e artista", como definiu um prefeito interiorano. Para o prefeito de Eduardo Gomes, é um esfor-



"Um projeto leva tanto tempo para ser apreciado que quando é aprovado, está desatualizado", desabafa o Prefeito de Eduardo Gomes, Antenor Neves.

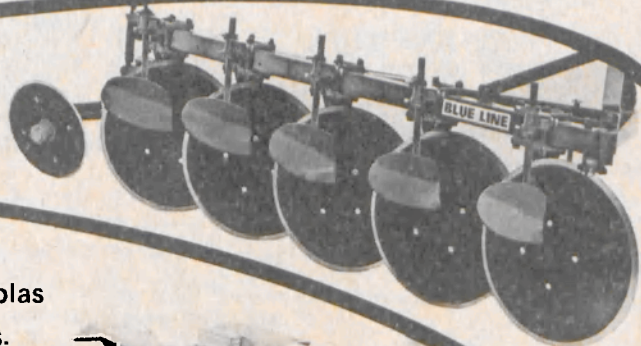
ço sobre-humano onde somente o desejo de servir ao povo supera todos os obstáculos que surgem: falta de recursos, burocracia bancária, condições pessoais, corte de verbas para determinados serviços, e muitos outros. A maioria das obras às vezes são iniciadas e não complementadas, em decorrência de entraves burocráticos que impedem a liberação de recursos. Citando um exemplo, o prefeito Antenor Neves complementa: "Um projeto de eletrificação feito no ano passado, orçado em Cr\$ 3 milhões e 140 mil, junto ao Banco do Nordeste, entre a aprovação e a liberação do financiamento levou tanto tempo que ao tentarmos iniciar o projeto, somente no reajuste para atualização de preços, teríamos que pagar Cr\$ 6 milhões, o que tornou impossível a realização do mesmo".

Granorte Veículos e Peças Ltda.

Av. Sen. Salgado Filho, 2810 — Fones: 231-3097 — 231-4272 — Natal-RN.
Departamento de Tratores.

ARADO FIXO

* Grande Robustez e Eficiência.



TRATOR FORD 4600

* O Trator de Múltiplas Aplicações.



PEÇAS,
ASSIST.
TECNICA

* O Apoio contínuo.

SERVIÇO
DE PROTEÇÃO
AO CLIENTE

* Garantia de sua Tranquilidade.



Na opinião do Prefeito de São Gonçalo do Amarante, Hamilton Santiago, *“apesar de tudo, o prefeito terá que se desdobrar para executar pelo menos uma razoável administração, daí precisando apelar para inúmeros financiamentos bancários, criar novos tipos de impostos e taxas, buscar insistentemente ajuda do governo e esperar bom tempo, para atender os mínimos anseios do povo. Se ficar parado e esperando apenas pela ajuda do governo, termina o mandato e não fez nada”*. Até o esperado (para muitos municípios) Fundo de Participação dos Municípios (FPM), está cada vez menos eficaz e em muitas prefeituras seu montante não dá sequer para pagar o pessoal que trabalha na Prefeitura.

“A situação é realmente difícil - afirma o prefeito de Macaíba, Silvan Pessoa. - As prefeituras estão presas de tal forma a um ínfimo orçamento que não permite tirar um centavo sequer para aplicações em obras que iriam beneficiar a cidade. É por esta razão, que o progresso dos municípios é praticamente nulo, passando anos e mais anos sem qualquer mudança em sua estrutura física. Uma cidade que você visita hoje, daqui a 10 anos permanecerá da mesma forma, com as mesmas ruas, mesmas praças e prédios, pois não existe liberação, de verbas para aplicação em obras, a não ser muito especiais”.

PRECARIEDADE DE RECURSOS — Em função da precariedade de recursos, as prefeituras se ressentem de quase tudo que é necessário para cumprir seus objetivos, argumenta Hamilton Santiago, prefeito de São Gonçalo do Amarante, adiantando: *“Para nós, falta tudo: pessoal capacitado para execução dos serviços, por força de uma remuneração inferior que recebe; verba para educação, para obras, e até para material de expediente, o que pode tornar uma administração operacional, não por falta de capacidade*

O restabelecimento do federalismo, complementado, na prática, por ampla autonomia financeira, é a melhor solução para as Prefeituras.

O excesso de burocracia termina por desanimar os Prefeitos no encaminhamento de projetos do município

de quem dirige, mas por falta de meios necessários para o desempenho de uma boa administração”.

Antenor Neves, de Eduardo Gomes, também é de opinião que todos os problemas existentes e insolúveis por parte das prefeituras, são originários de falta de condições mínimas para que se possa trabalhar em benefício do povo e do próprio município.

Conforme explica Silvan Pessoa, de Macaíba, até os convênios geralmente não trazem muitos benefícios para a prefeitura, pois em sua maioria, notadamente para execução de obras, a percentagem do município

é inferior a 30%, para cumprir todas as exigências contratuais, administrando e executando os serviços, e em certos casos, originando até mesmo prejuízos.

É por falta de recursos que outros problemas se tornam evidentes, comprometendo sobremaneira o trabalho do prefeito, como é o caso dos encargos sociais que oneram bastante o pequeno orçamento municipal. A pobreza dos habitantes da região do município e a diminuta arrecadação de tributos e taxas também são fatores ponderáveis.

SOLUÇÕES — Solucionar o problema dos municípios é praticamente impossível, mas algumas sugestões aqui são oferecidas por quem vive de perto toda a problemática municipal.

O Prefeito de Macaíba, por exemplo, acredita que o mais viável seria partir de uma orientação técnica feita através de órgãos responsáveis, para um ordenamento administrativo dos municípios, num planejamento gratuito ou compatível com a receita e despesa do município.

Na opinião de Antenor Neves, Prefeito de Eduardo Gomes, o aumento considerável das cotas distribuídas pelo Governo Federal seria uma solução viável, a curto prazo, para incrementar as administrações.

A adoção de medidas pelo Governo no sentido de amenizar as dívidas das Prefeituras para com a Previdência, facilitaria muito as coisas para os Municípios, que têm nestes encargos, um grande peso.

Entretanto, a maioria dos prefeitos advoga o restabelecimento do federalismo com conseqüente reformulação da política tributária - até porque, autonomia sem recursos compatíveis para exercitá-la equivaleria a uma federalização inócua.



COMO NATAL ENFRENTA UM PROBLEMA ACIMA DE SUAS FORÇAS

O crescimento de Natal gerou, nos últimos anos, um problema tão grande, que a Prefeitura tornou-se pequena para resolvê-lo.

O Problema da sub-habitação, das favelas.

Problema traduzido hoje numa população de 60 mil pessoas vivendo em condições de marginalidade. E fora dos programas habitacionais do Governo.

A Prefeitura estava consciente de que sozinha não poderia solucionar problema tão grande. Mas sabia que somente com a sua participação viria uma ação correta.

Porque só a Prefeitura conhece os problemas localizados. Tem a dimensão das implicações sociais.

Entende a realidade local. Sabe onde está localizado o mercado de trabalho dessa gente e onde existem terrenos nas suas proximidades.

Para enfrentar essa realidade, era necessário um novo programa, onde se unissem os esforços do

Governo Federal - mudando os critérios de atuação do BNH -, Governo do Estado e Prefeitura. Cada um fazendo a sua parte. Todos juntos buscando os mesmos objetivos. Isso é o PROMORAR. Por enquanto, um primeiro passo. Um exemplo que Natal dá ao Brasil.



PREFEITURA DA CIDADE DO NATAL



ALGODÃO: APESAR DA CONJUNTURA AINDA É UMA CULTURA VIÁVEL

Apesar da desassistência e - talvez porisso - da improdutividade, o algodão ainda pode ser considerado como cultura viável para o Rio Grande do Norte, segundo a maioria dos dirigentes da política agrícola do nosso Estado.

Outras culturas agrícolas, tais como a mamona e o sisal, continuam sendo trabalhadas com grandes vantagens para a economia do Estado. Mas elas não têm condições de substituir o valor quantitativo que o algodão tem na economia do RN.

Apesar da desassistência e - talvez porisso - da improdutividade, o algodão ainda pode ser considerado como cultura viável para o Rio Grande do Norte, segundo a maioria dos dirigentes da política agrícola do nosso Estado.

Outras culturas, tais como a mamona e o sisal, continuam sendo trabalhadas com grandes vantagens para a economia agrícola do Estado. Mas elas não têm condições de substituir o valor quantitativo que o algodão tem na economia do Rio Grande do Norte.

CULTURA VIÁVEL — O algodão é considerado uma cultura viável no Rio Grande do Norte? Esta pergunta tornou-se uma constante entre todos os que se interessam pelo problema da agricultura no nosso Estado.

O Delegado Federal da Agricultura no Rio Grande do Norte, agrônomo Geraldo Bezerra de Souza, acha a cultura totalmente viável: *"Sendo a cultura básica da economia potiguar, o algodão luta pela sua condição de viabilidade no Estado. Fatores aleatórios de ordem climática e uma constante carência de recursos tecnológicos não aplicados às atividades da agricultura, completam o binômio responsável por uma viabilidade que se situa aquém dos*



Geraldo Bezerra: o algodão herbáceo vem tendo uma produção muito boa.

parâmetros normais de uma exploração agrícola racional".

Segundo o Delegado, a cultura do algodão está tão arraigada no nosso meio rural que seria demasiado perigoso buscar uma permuta ou alternativa, a curto ou médio prazo, de uma outra cultura que economicamente viesse a substituir o algodão, mesmo

considerando suas facetas de frustrações periódicas e baixa produtividade.

Adianta ainda Geraldo Bezerra: *"Quando olhamos o algodão em nossa economia não devemos considerá-lo somente sob o prisma de sucesso econômico. É fundamental que se analise o aspecto da conveniência da cultura com o homem que a explora. É imprescindível que se pondere a vocação natural das terras onde o algodão seridó resiste aos impactos inclementes do clima e às estiagens frequentes em seu habitat".*

Para o Delegado Federal, é oportuno lembrar o zoneamento natural do herbáceo e do arbóreo significativamente seletivos em termos de comportamento econômico-vegetativo.

"Daí, não nos restam alternativas imediatas que justifiquem considerar o algodão inviável no solo potiguar".

NINGUÉM DISCORDA — Para o Secretário da Agricultura do Estado, Antônio Ronaldo de Alencar Fernandes, não existe motivo para se dizer que o algodão não seja uma cultura viável para nós: *"As variações dentro do nosso Estado no plantio do algodão é que vêm tornando um problema, o plantio do algodão. O algodão arbóreo, chamado vulgarmente Mocó, se localiza na região do Seridó, mas não dispõe de um ambiente total de adequação. O algodão herbáceo, todavia, cultivado na região do Trairi, vem tendo uma produção muito boa e está em plena expansão na nossa agricultura com grande procura. O Seridó, devido aos constantes problemas climáticos que sofre o Estado, não vem dando boa produtividade e seu rendimento é muito baixo. Apesar disso, o algodão continua firme na nossa economia, dele dependendo muito não só os agricultores, como o próprio Estado".*

"O algodão é realmente uma cultura viável para o Rio Grande do Norte" - afirma Roberto Sílvio Frota de Holanda, Presidente da EMATER. Com dados em mãos, ele tem uma explicação: *"O algodão arbóreo con-*

centrado nas regiões semi-áridas do Estado, onde existem melhores condições para o seu desenvolvimento, originando uma fibra longa de alta qualidade, representa aproximadamente 42% da área cultivada com as demais culturas exploradas no solo potiguar e 38% do valor bruto da produção agrícola estadual. No aspecto social, a cotonicultura se destaca pela elevada ocupação de mão-de-obra do setor agrícola, especialmente na época da colheita. O herbáceo, também é imprescindível à sua cultura, pois constitui para a região Agreste e alguns municípios da microregião Serrana norteriograndedense, uma das principais atividades econômicas da população rural ali circunscrita".

Ainda na opinião do presidente da EMATER, embora esta atividade seja economicamente viável para o Estado, alguns pontos devem ser observados, a fim de que, a referida cultura possa apresentar um melhor desempenho no seu plano de exploração agrícola: "Se não forem solucionados os problemas, cada dia mais elevados, a tendência é estagnação ou até mesmo o fim da cultura do algodão no Estado".

O QUE DEVE SER FEITO —

Diante dos problemas surgidos no setor algodoeiro do Estado, várias soluções vêm sendo postas em prática, numa tentativa de parte do Governo, para aliviar a situação atual.

Para o Secretário da Agricultura do Estado, Antônio Ronaldo de Alencar, as providências já vêm sendo tomadas: "O Governo do Estado vem se preocupando muito com o setor agrícola e todas as soluções viáveis serão dadas, a curto prazo, para evitar que a crise esboçada no setor algodoeiro atinja um ponto crítico". A Secretaria da Agricultura, informa o Secretário, já está executando com pleno êxito, há algum tempo, o programa de sementes selecionadas, ofertando 500 toneladas ao agricultor, visando principalmente a expansão do algodão herbáceo, que tem uma excelente adaptação em nosso solo. Além disso, técnicos especializados continuam em constantes pesquisas visando conseguir,



"O governo federal não mediria esforços para ajudar a agricultura" - afirma Ronaldo Alencar, Secretário da Agricultura

por meios científicos, uma maneira adequada de maior produtividade para o nosso algodão Seridó.

Roberto Sílvio Frota, Diretor-Presidente da EMATER, aponta as soluções que se deve oferecer para incremento do setor algodoeiro do Estado. Para ele, se torna necessário atacar de imediato os pontos vitais dos problemas. E aponta o que deve ser feito para isso: "1º.) Intensificação dos trabalhos de pesquisa, objetivando, principalmente, dentro da maior brevidade possível, a definição de Sistemas de Produção, que assegurem o uso da tecnologia capaz de elevar os atuais níveis de produtividade da cultura do algodão; 2º.) Implantação, a nível de Estado, de um plano de produção de sementes fiscalizadas de algodão, capaz de fornecer aos cotonicultores sementes de alta linhagem, para o plantio dessa malvacea; 3º.) Que seja procedido

no Estado, um zoneamento agrícola, visando contemplar a distribuição espacial da cotonicultura, delimitando zonas separadas para o algodão arbóreo e herbáceo; 4º.) Fortalecimento do Setor Cooperativista, visando aumentar a participação dos cotonicultores no processo de comercialização do algodão através de cooperativas; 5º.) Fixação dos preços mínimos de acordo com os reais custos de produção da cultura".

CRÉDITO E SEMENTES — Um ponto uniforme é visto pelas autoridades agrícolas do Estado, como de partida para solução do problema maior: sementes selecionadas. O Delegado Federal da Agricultura em nosso Estado, Geraldo Bezerra de Souza também adota a semente selecionada como ponto de partida. Diz ele: "Devemos continuar o trabalho de há muito iniciado, tanto na

empresa privada como nos serviços públicos, buscando fixar a semente de boa qualidade, os recursos da moderna tecnologia no manejo da terra, aplicação racional dos defensivos agrícolas, juntamente com o uso do fertilizante, assegurando assim a constante fertilização do solo, muitas vezes exaustivamente explorados sem o retorno dos elementos nutritivos das plantas".

A utilização disciplinada do crédito de custeio, no entender do Delegado Federal da Agricultura, deve ser também considerada. A atual inovação de um percentual compulsoriamente destinado a aplicação de insumos modernos, pode parecer, a princípio, estranho e intempestivo, mas, é a grande, oportuna e racional maneira do sistema financeiro fazer com que o agricultor vá se familiarizando com o uso da boa semente, do defensivo para a sua lavoura, assim como do fertilizante, todos responsáveis diretos pela melhoria da produtividade agrícola.

ALTERNATIVAS — No entender de muitos, a agroindústria continua sendo a melhor alternativa econômica para o desenvolvimento do Estado, notadamente para algumas espécies agrícolas e sob determinadas condições.

O Secretário de Agricultura, por exemplo, acha que a agroindústria é a melhor alternativa para a economia, a partir do aproveitamento da matéria-prima de qualquer espécie, até mesmo a conseguida junto ao mar, como a planta avascular conhecida como alga.

Também é de opinião favorável à agroindústria como alternativa econômica para o Estado, o Delegado Federal da Agricultura, Geraldo Bezerra, quando afirma: *"Observando o Rio Grande do Norte de um ângulo mais amplo, veremos um processo natural e seletivo de vocação da terra e de implantação de culturas agrícolas diversas, onde as atividades oferecem retorno econômico compensador. A exploração agrícola está tão aparente que pouco tem que modificar para estabelecer o zoneamento agrícola definitivo. Por isso, considero a agroindústria de grande*

valia para o desenvolvimento deste Estado".

Nas circunstâncias atuais de crise de algodão, várias foram as tentativas de se encontrar, de pronto, outras culturas que pudessem substituir o algodão, até que a situação pudesse ser normalizada. Dentre estas culturas, a mamona e o sisal foram as mais indicadas.

O Delegado Federal da Agricultura acredita nestas culturas, que, juntamente com a cana-de-açúcar, o caju e outras culturas agrícolas já instaladas em zonas distintas, poderão servir de apoio para suportar a crise que o Estado vive no setor algodoeiro: *"Cabe à empresa privada, como já vem procedendo, incrementar essas culturas, oferecendo oportunidade de sua transformação através da agroindústria, de estímulos e garantia de mercado".* Entretanto, elas não são substitutas capazes de sanar a crise que o algodão trouxe para o Estado, conforme explica o Delegado: *"Não acredito*

que essas culturas venham, mesmo com um surpreendente incremento, substituir o valor econômico que representa o algodão em nosso Estado. Este ocupa grande parcela das áreas exploradas que são áreas vocacionais do algodão, onde outras culturas estariam deslocadas se fossem tentadas".

Uma outra cultura que paulatinamente já penetra no Estado é o sorgo, gramífero e forrageiro. No entanto, sua performance difere das outras. É uma cultura totalmente mecanizada, envolvendo preparo do solo, plantio, tratos culturais, e colheita, com uma vantagem: o despovoamento dos campos pouco influi na exploração do sorgo, face ao seu alto índice de mecanização.

Na Emater, segundo informações do seu Diretor Presidente, a mamona e o sisal já estão fazendo parte de um planejamento atual, abrindo novas perspectivas para estas culturas, como alternativas para o setor agrícola. *"A cultura do sisal que se*

BOMBAS SUBMERSAS PARA FAZENDAS, INDÚSTRIAS E RESIDÊNCIAS

e'com **CYRO CAVALCANTI**



**ÁGUA
DE ONDE
ESTIVER
PARA ONDE
VOCÊ
QUISER**

- VENDAS
- INSTALAÇÃO
- PERFURAÇÃO
- ASSISTÊNCIA

CYRO CAVALCANTI
Av. Duque de Caxias, 170 - Fone 222.7072, 222.2234
Ribeira-Natal

encontrava praticamente em Estado de falência, está ressurgindo com a crise do petróleo. Os preços de comercialização começa a despontar e os incentivos governamentais já estão assegurando ao produto, o crédito e o preço mínimo, que variam de acordo com o tipo de fibra a ser comercializada".

No que se refere à mamona, o potencial de clima e solo do Estado é muito grande, com muita vocação para esta cultura. Tanto é assim que novos incentivos estão sendo oferecidos pelo Governo para a cultura da mamona, que tem mercado aberto, de grande aceitação e bom preço.

CANALIZAÇÃO DE RECURSOS

— A dificuldade de canalização de recursos financeiros para o setor agrícola do Estado é um problema sentido por todos. A exploração da propriedade como um todo, fugindo da prejudicial monocultura, é uma tentativa do Governo no sentido de canalizar recursos diversos para o setor.

No ponto de vista de Geraldo Bezerra, a maior força de atração de recursos para o setor agrícola é a familiarização do nosso homem do campo com os recursos tecnológicos da moderna agricultura, além de ser instruído a usar racionalmente e de modo disciplinado o crédito agrícola. *"Não vamos pensar que somente os médios e grandes produtores têm oportunidade de alcançar os requisitos da agricultura moderna. O pequeno e o mini-produtor, com mais razão, têm condições de tirar o maior proveito daquilo que lhes seja possível utilizar".*

"Negociar projetos e programas para o Rio Grande do Norte - na opinião do Secretário da Agricultura Antônio Ronaldo de Alencar - é uma boa maneira de se conseguir maior canalização de recursos financeiros para o setor agrícola do Estado". Para ele, preocupado como está com o problema da agricultura brasileira, o Governo Federal, através de projetos e programas bem elaborados, *"não medirá esforços para fornecer à agricultura, a oportunidade de alcançar pelo menos uma situação de maior tranquilidade para os que dela dependem".*



Para Roberto Frota, diretor da EMATER, as providências deverão ser imediatas ou o algodão se acabará no Estado

APOIO AO HERBÁCEO — No setor algodoeiro, onde a crise é realmente sentida em maior escala, no ponto de vista técnico do Diretor-Presidente da EMATER, Roberto Sílvio Frota, para se conseguir maior canalização de recursos, é preciso refletir sobre determinados fatos: *"No Rio Grande do Norte se cultivam os algodoeiros herbáceo e arbóreo. O último, embora de fibra longa, apresenta produtividade inferior ao primeiro e, dada a sua rusticidade, não responde economicamente à adubação química. O algodoeiro herbáceo, como também as variedades locais, possui maior potencial genético de produção e seu rendimento médio atual no Estado é superior a 300kg/ha, portanto, em mais de 100kg/ha por igual área cultivada, em relação ao arbóreo.*

Baseado nestas considerações e nos resultados preliminares de pesquisas feitas pela EMATER-RN, deve ser aumentada imediatamente a fronteira agrícola do algodoeiro herbáceo no Estado. O primeiro passo, inclusive, já foi dado este ano e novas pesquisas de competição de variedades deverão ser realizadas

para definir o cultivo certo para cada região produtora.

"Considerando o potencial genético mais produtivo do herbáceo, sugerimos um estudo em profundidade da nutrição mineral desta cultura, pois, dados de ensaios conduzidos pela EMATER-RN, revelaram resultados atraentes da adubação química que deverão ser postos em prática no próximo ano na microregião homogênea do agreste potiguar" - conclui Frota.

As práticas simples de conservação do solo merecem também, na opinião dos setores ligados à agricultura, uma prioridade por parte do Governo, tendo em vista que o uso inadequado da terra destrói a sua fertilidade natural, repercutindo negativamente na produtividade e, conseqüentemente, na renda dos produtores.

São pequenos fatos isolados que, juntos, certamente demonstram muito, ou representam grandes proporções. Corrigidos isoladamente, no final, somando cada um, teremos na soma de todos, uma canalização de recursos que muito contribuirá para o desenvolvimento econômico do nosso Estado.

INFORMAÇÃO ECONÔMICA

* Correção de salários

A lei nº 6.708/79, que dispôs sobre a correção automática dos salários e modificou a política salarial, foi regulamentada pelo Decreto nº. 84.560/80, editada em março passado.

Há dois aspectos no decreto regulamentador que merecem ser analisados:

1º) o **acréscimo de produtividade**, principal fundamento do aumento dos salários, diz respeito apenas ao aumento de produção decorrente do melhor desempenho do trabalho. Não há qualquer medida ou parâmetro que sirva para uma avaliação funcional. A produtividade teria um caráter físico;

2º) a partir de 1º de janeiro de 1981, **poderá ser estabelecida periodicidade diversa da semestral**, o que implica em afirmar que a correção dos salários poderá ser trimestral, anual, ou qualquer outra periodicidade que o governo federal entenda conveniente.

* ORTN

A Portaria nº 45, de 06 de março de 1980, fixou em 56,686 o coeficiente a ser utilizado no mês de maio, para as Obrigações do Tesouro Nacional - tipo Reajustável (ORTN) e em Cr\$ 566,86 o seu valor.

* SFH só para construtoras nacionais

As entidades integrantes do Sistema Financeiro da Habitação — SFH — somente poderão realizar operações de empréstimo, financiamento ou repasse destinados à realização de empreendimentos imobiliários ou de obras de infra-estrutura urbana, a empresas construtoras sob efetivo controle nacional.

Nos casos de obras que, por suas características tecnológi-

cas, exijam a participação de empresas controladas - direta ou indiretamente - por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, essa participação deverá ser submetida previamente ao BNH que poderá, ou não, aceitar a participação.

* Dirigentes sem FGTS

A Circular nº 05, de 04/03/80, baixada pela Coordenação do FGTS, torna inadmissível recolhimentos ao FGTS sobre os rendimentos de diretores de sociedades de economia mista, empresas públicas e autarquias.

Quaisquer das entidades que efetuaram ou ainda estejam efetuando tais depósitos, deverão suspendê-los e solicitar a devolução dos anteriores ao BNH.

A única exceção para a inadmissibilidade do recolhimento respeita ao empregado que passa à condição de Diretor, hipótese em que o depósito para o FGTS continua obrigatório.

* Prorrogação de créditos refinanciados

Através da Carta-Circular nº 419, de 12/03/80, o Banco Central comunicou às instituições financeiras do Sistema Nacional de Crédito Rural que, a partir de então, caberá aos próprios agentes financeiros decidir sobre os pleitos de prorrogação de créditos refinanciados, independentemente de qualquer consulta. Todavia, exige do postulante a comprovação da incapacidade de pagamento em consequência de: a) dificuldade de comercialização dos produtos; b) frustração de safra, por fatores adversos; c) eventuais ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento das explorações.

Pessoas físicas — empréstimo compulsório

— Decreto-lei assinado no dia 17/04/80

“Art. 1º. É instituído, na forma deste decreto-lei, empréstimo compulsório para absorção temporária de poder aquisitivo. Art. 2º. O empréstimo será exigido, pela União, da pessoa física que tenha obtido, a título de ingressos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, pela legislação do Imposto de Renda no exercício financeiro de 1980, ano-base de 1979, importância total superior a Cr\$ / / 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros).

Art. 3º. O valor do empréstimo é equivalente a 10 por cento da quantia que exceder o limite estabelecido no artigo anterior. Art. 4º. O empréstimo deverá ser realizado em 10 (dez) parcelas iguais, mensais e sucessivas, a partir de 1º de julho de 1980.

Art. 5º. O produto do empréstimo permanecerá indisponível junto ao Banco Central do Brasil até sua restituição. Art. 6º. O empréstimo será restituído em 10 (dez) parcelas iguais, mensais e sucessivas, a partir do mês de julho de 1982, sem correção monetária e acrescido de juros de 6 por cento ao ano. Art. 7º. Cabe ao secretário da Receita Federal praticar os atos necessários à execução deste decreto-lei. Art.

8º. A falta de realização de qualquer parcela do empréstimo, nos prazos fixados neste decreto-lei, implicará automática inscrição em dívida ativa do total ou do saldo remanescente, acrescido da multa de 100% (cem por cento), para efeito de imediata cobrança executiva.

Art. 9º. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

INFORMAÇÃO ECONÔMICA

DECRETO N° 1.700 DE 14 DE ABRIL DE 1980

Concede isenção do imposto sobre a renda às empresas de pequeno porte e dispensa obrigações acessórias.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto n° 83.740, de 18 de julho de 1979, que instituiu o Programa Nacional de Desburocratização,
DECRETA:

Art. 1° A pessoa jurídica ou empresa individual, cuja receita bruta anual, inclusive a não operacional, seja igual ou inferior ao valor nominal de 3.000 (três mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) fica isenta do imposto sobre a renda, nos termos deste Decreto-lei, a partir do exercício financeiro de 1981, ano-base de 1980.

§ 1° Para efeito de apuração da receita bruta, será sempre considerado o período entre 1° de janeiro e 31 de dezembro do ano-base.

§ 2° O limite previsto neste artigo será calculado tendo por referência o valor nominal da ORTN no mês de dezembro do ano-base.

§ 3° A pessoa jurídica ou empresa individual isenta na forma deste artigo fica desobrigada, perante o fisco federal, de escrituração contábil e fiscal relativa ao imposto sobre a renda, bem como da correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido.

Art. 2° A isenção referida no artigo 1° não se aplica à empresa:

- I — constituída sob a forma de sociedade por ações;
- II — em que o titular ou qual-

quer dos sócios seja domiciliado no exterior;

III — que participe do capital social de outra pessoa jurídica, ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais anteriores à publicação deste Decreto-lei;

IV — cujo titular, sócios e respectivos cônjuges participem, com mais de 5% (cinco por cento), do capital de outra pessoa jurídica;

V — que realize operações relativas a:

a) importação de produtos estrangeiros;

b) compra e venda, loteamento, incorporação, locação, administração e construção de imóveis;

c) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;

d) câmbio, seguro e distribuição de títulos e valores;

e) publicidade ou propaganda.

VI — Prestadora de serviços profissionais de médico, engenheiro, advogado, dentista, veterinário, economista, contador, despachante e de outros serviços que se lhes possam assemelhar.

Parágrafo Único. Na hipótese prevista no inciso IV deste artigo, a pessoa jurídica ou empresa individual não perderá o direito à isenção se a soma das receitas brutas anuais de todas as empresas interligadas for igual ou inferior ao limite estabelecido no artigo 1°.

Art. 3° A isenção instituída neste Decreto-lei não se estende aos rendimentos auferidos pelas pessoas físicas sócias da pessoa jurídica ou titulares da empresa individual, as quais continuam sujeitas à legislação vigente e serão tributadas de acor-

do com critérios fixados pelo Ministro da Fazenda.

Art. 4° A pessoa jurídica ou empresa individual compreendida na isenção prevista no artigo 1°, que promova, exclusivamente, saídas de produtos industrializados sujeitos ao regime de alíquotas zero de que trata a legislação do imposto sobre produtos industrializados, fica dispensada de escrituração fiscal e do cumprimento das demais obrigações acessórias relativas a esse tributo, devendo, apenas, manter arquivados os documentos referentes a entradas e saídas de produtos acabados ou semi-acabados, matérias-primas, produtos intermediários, materiais de embalagem e de uso e consumo, ocorridas em seu estabelecimento.

Art. 5° Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

* Empréstimos ou confisco?

Os cinco maiores escritórios de advocacia do Rio de Janeiro impetrarão um mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal, contra o empréstimo compulsório sobre a renda de bens não-tributáveis, instituído recentemente pelo governo federal.

Entendem os juristas que, ao lado da permissibilidade constitucional da modalidade de empréstimo sobre o contribuinte, remanesce, em oposição à constitucionalidade pretendida, o princípio segundo o qual seria impossível decretar tributos retroativos. Essa sutileza transparece a real forma de decretação, que teria características de confisco - segundo os advogados. (VEJA - 30/04/80)

SETOR INDUSTRIAL DO RN (3)

PROPOSTAS E JUSTIFICATIVAS PARA UMA POLÍTICA DE APOIO À INICIATIVA PRIVADA DO RN

ROOSEVELT GARCIA



1) SISTEMA DE APOIO AO SETOR PRIVADO — Essa idéia nasceu do fato de que a Secretaria de Indústria e Comércio não coordena, a nível de política e programação, os órgãos do Governo do Estado que atuam no financiamento ao setor privado da economia estadual. Sabe-se que o Estado de Minas Gerais adotou, com sucesso, uma formulação dentro dessa idéia. Algumas razões justificam a proposição: a) os órgãos da administração são criados para atenderem determinados objetivos de política econômica e social. Com efeito, a lei, os regulamentos e/ou os estatutos, que regulamentam seus objetivos, não indicam a sua ação programática, ficando esta etapa ao encargo dos instrumentos técnicos, por exemplo, programas, orçamentos, fluxos de caixa, entre outros. Desse modo, tendo em vista as alternativas que o espaço do campo econômico oferece, pode um órgão atuar visando fomentar a expansão da produção sem que a sua atuação seja representativa das prioridades pelo Governo; b) por outro lado, tendo em vista a necessidade de manter-se uma coerência entre política e execução, parece inconveniente que cada órgão interprete a sua finalidade, o seu campo específico de atuação, a forma e o destino da alocação dos seus recursos.

Existem também outras razões que poderiam justificar tal idéia: a) são os setores econômicos, vinculados à SIC, notadamente o industrial e a mineração, que, ao lado de abrigarem as perspectivas mais ricas de modificação da natureza do desenvolvimento econômico estadual, encontram-se fortemente defasados em relação à maioria dos Estados da região, no que diz respeito à absorção de incentivos fiscais e financeiros. Essa constatação deve ser considerada como verdadeira, sem que venha a substituir outras prioridades eleitas pelo Plano de Governo; b) existem inversões em infraestrutura industrial substancialmente elevadas - distrito industrial - que precisam de utilização; c) existem, igualmente, programas do Governo Federal, pelos menos em dois níveis, que necessitam, para a sua viabilização, de uma intervenção clara e eficiente do Governo do Estado. De um lado o aproveitamento industrial das matérias primas que serão produzidas pelo projeto Baixo Açu e, de

outro, os novos programas que deverão ser lançados pelo Governo Federal através dos seus Ministérios e demais agências de fomento econômico.

2) PLANO DIRETOR DE CRÉDITO — As principais razões que fundamentam a proposição encontram-se na proposta anterior. A idéia é a de que um Sistema de Apoio ao Setor Privado, na área dos financiamentos, opere através de uma programação nos moldes de um orçamento monetário de aplicações. Participariam da sua elaboração as Secretarias de Finanças e Planejamento sob a coordenação da SIC. Propõe-se a SIC pelo fato de conhecer comparativamente melhor as necessidades dos setores voltados para a produção estadual.

A nível operacional, sugere-se a criação de um Plano Diretor de Crédito que estabeleça linhas de atuação por órgão financeiro e por atividades produtivas a serem atingidas, assinalando recursos nos moldes de um orçamento monetário e de aplicações. Na mesma linha, o programa compatibilizaria as operações financeiras ao BDRN, BANDERN e RIONORTE.

3) RECUPERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE EMPRESAS — A SIC pretendia criar um Programa de Consolidação Industrial do Estado - PCI - com o objetivo de acelerar a implantação dos projetos em atraso e recuperação de empresas em dificuldades. A idéia de recuperar empresas em situação crítica é perfeita. No entanto, não parece prudente fazê-lo, em termos de um programa oficial estruturado com normas e recursos. Em princípio, a linha de atuação deveria assemelhar-se à desenvolvida pelos bancos oficiais. Isto é, analisa cada caso e adota solução conjunta e uniforme com outros órgãos envolvidos no problema. Essa atividade, se formulada a nível de programa, apresentaria dificuldades práticas muito grandes. A primeira, situa-se na dificuldade de estabelecer os limites entre uma empresa em crise e recuperável, e uma empresa em crise e cuja recuperação ofereça problemas intratáveis. Como perceber e julgar essas posições? Como se sabe, os fatores da crise têm origem diversa, desde os que se localizam na capacidade gerencial àqueles de ordem conjuntural, locacional, tecnológica, financeira, etc. A segunda dificuldade,

diz respeito à disponibilidade de recursos adequados a essa situação pois, nesses casos, os recursos adequados são os de capital de risco. As linhas normais de financiamento se ajustam às empresas em operação. A transferência do controle acionário é providência frequente, exigida, pelos órgãos financiadores quando se dispõe a reescalonar e ampliar os financiamentos vencidos e vencedos. Cumpre salientar que, para os projetos do sistema FINOR existe em funcionamento o Programa de Recuperação de Empresas, administrado, naturalmente, pelo Departamento de Industrialização da SUDENE. Este programa tem operado com a mais absoluta parcimônia, além de contar com forte oposição de setores técnicos do órgão.

Sugere-se que a SIC, oportunamente, desenvolva uma atuação, em primeiro lugar, na linha de acelerar a implantação de projetos em segundo lugar, na linha de recuperação, na medida em que casos apareçam, mesmo assim, de forma prudente e discreta. De outro lado, deverá agir sempre e solidariamente com outros organismos envolvidos e interessados na formulação de uma solução e, ainda, que dentro do esquema adotado participem todos os órgãos de acordo com suas responsabilidades proporcionais no problema.

4) PRIORIDADE PARA A AGROINDÚSTRIA — O objetivo dessa proposta é de avaliar as possibilidades de desenvolvimento de uma agroindústria, com base no aproveitamento das matérias-primas produzidas pelo setor primário estadual. Sugere-se, não apenas, que sejam acelerado os estudos do programa de desenvolvimento agroindustrial a cargo da CEPEDE, como também, procure se enfatizar, a nível de avaliação e perspectivas, a agroindústria atual que é tradicional e problemática. Outro ponto que não precisa ser ressaltado, por que é objeto do estudo, refere-se ao aproveitamento industrial das matérias-primas que serão produzidas pelo projeto do Baixo Açu.

5) PRIORIDADE PARA O PLANO DIRETOR DE MINERAÇÃO — O Plano Diretor, que envolve as áreas de geologia e mineração, é importante sob todos os aspectos, se

não bastasse o de avaliar as riquezas mineiras do subsolo. O de hidrogeologia é também igualmente importante, porque deverá inventariar as águas do subsolo de uma região predominantemente semi-árida. Parece recomendável que ambos façam parte de um programa único, aproveitando mutuamente as informações e ajudando a formular uma política adequada.

6) MELHORIA DO SISTEMA DE INCENTIVOS FISCAIS — A política de incentivos fiscais e financeiros concentrou-se, basicamente, em uma única fase de vida da empresa: sua implantação. A empresa nova dispõe, realmente, de um elenco de estímulos que se inicia com o financiamento para a elaboração do projeto, distritos industriais, participação acionária, financiamento à integralização do capital próprio, e incentivos fiscais para os seus primeiros cinco anos de vida. Para as empresas existentes, além dos financiamentos a preço de mercado, sem subsídio, não há nenhum outro estímulo voltado para a sua expansão. A filosofia atual é restritiva para as empresas que se caracterizam pelos fatos de que a) existem, b) tenham similares, e, c) não utilizem matéria-prima local. Assim, o crescimento da produção através de ganhos de produtividade e da expansão da área física não merece, pelos mecanismos atuais, qualquer incentivo. A legislação abre exceção para os casos de nova linha de produção sem similar no Estado. Outra limitação que a legislação atual oferece é com relação ao uso de remessa para as necessidades de capital. É fato reconhecido, que a maior carência da indústria nacional situa-se na disponibilidade de recursos para o giro. Quem com que argumentos, pode contestar tal afirmação? As empresas, frequentemente, retiram do seu giro, recursos para imobilização. Inúmeras razões explicam esse procedimento.

Os financiamentos para imobilização demandam frequentemente estudos a nível de projeto, que sofrem as análises técnicas minuciosas e necessárias, atravessam os estágios de contratação com análises de cadastro, avaliação de garantias, avais, etc. Esses procedimentos demoram meses, que representam perdas para o empresário. Enquanto isso, o mercado está a exigir um novo produto ou uma melhoria no existente, a concorrência está operando a custos mais baixos porque racionalizou ou substituiu tal etapa da produção, etc. E, dentro desse clima, os recursos em caixa parecem disponíveis e a imobilização ocorre. É preciso compreender-se que as forças da livre concorrência não se manifestam por etapas, conforme as conveniências dos cronogramas oficiais. A saúde de uma empresa é uma função da sua capacidade de expansão. O capitalismo industrial é eminentemente expansionista, porque esta é a forma de sobrevivência. Isto não significa o extremo da liberação, pois a empresa está obrigada a apresentar planos de aplicação. Significa que situações exigem recursos para imobilizar, e outras recursos para o giro.

Argumenta-se que quando o Estado con-

cede o incentivo, a empresa está dando uso alternativo a um recurso que poderia ser utilizado em obras do interesse público. Não é verdade. O Estado não tem os impostos sem a empresa e, também, o empresário não está obrigado a implantar um projeto. A ação do incentivo objetiva, em primeiro lugar, atrair o empresário e então se estabelece um acordo entre as duas partes, que é mais ou menos assim: venha implantar o seu projeto que lhe concederei os incentivos fiscais. Se o empresário constrói a empresa, o outro requisito do contrato foi atendido. Então, com os incentivos concedidos e a empresa realizada, o contrato está perfeito e acabado. Como explicar que o Estado perdeu o uso alternativo desses recursos se esses recursos nasceram de um acordo?

Sugere-se que a filosofia que preside a concessão dos incentivos seja modificada, não apenas no seu conteúdo, mas que a sua elaboração reflita o pensamento do Governo consoante as suas prioridades.

7) REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA — A participação acionária, que o Governo atualmente faz em projetos novos, tem por objetivo complementar o esforço do empresário, no que diz respeito aos recursos próprios e, hipoteticamente, à capacidade de mobilizar mais recursos de incentivos para o projeto que, por essa razão, pode ter o seu tamanho aumentado para outras escalas de produção. A experiência da aplicação desse incentivo demonstra que esses objetivos não têm sido alcançados. De um lado, porque as inversões sofrem reajustes elevados entre a etapa que compreende a aprovação do projeto pela SUDENE e a conclusão com início da operação. Um projeto de grande porte pode demandar um período entre quatro e seis anos para a sua implantação. A parte do capital que é de responsabilidade do Estado ou não é corrigida e termina insignificante ou, sendo atualizada, torna-se inviável face às pequenas disponibilidades financeiras.

Sugere-se que essa linha seja dirigida para pequenos e médios projetos, cujo prazo de execução não exceda a três anos. E, ainda, que a participação acionária seja efetuada na fase complementar do empreendimento, de modo a que o Estado se assegure de que a sua implantação não corre riscos. Esse cuidado eliminará a possibilidade do empresário iniciar o seu projeto baseado, fundamentalmente, nos recursos gerados pela contrapartida do capital integralizado pelo BDRN por indicação da SIC.

8) CAPITAL DE GIRO PARA O COMÉRCIO — Sugere-se a criação de um programa de apoio financeiro ao capital de giro das empresas comerciais localizada nas grandes cidades do Estado.

Essa idéia sugere um uso alternativo para os recursos financeiros aplicados no curtíssimo prazo. O BDRN disporá de um instrumento financeiro adequado a esse tipo de operação que é a RIONORTE. Essa fórmula conciliária: alto rendimento, segurança e movimentação de recursos dentro do próprio Estado.

CASA PORCINO

TRADIÇÃO EM PRODUTOS
PARA ESCRITÓRIOS



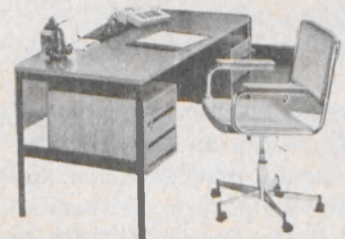
Cadeiras e
Birôs GIROFLEX.



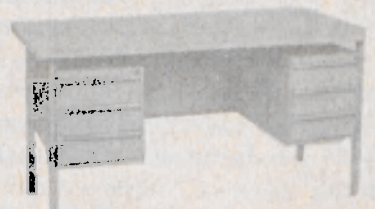
Máquinas para escritório OLIVETTI



Telefones e Centrais ERICSSON.



Cadeiras de
Palhinha e Birôs FLORENSE.



Móveis de Aço AÇOMÓVEIS.



CASA
PORCINO

A LOJA SEM LIMITE.

Rua Princesa Isabel, 641 — Tel.: 222-0235
Natal-RN.

Rua Cel. Vicente Sabóia, 162 — Tel.:
321-1133 — Mossoró-RN.

POUCAS MUDANÇAS NO CRÉDITO BANCÁRIO...

... embora a iniciativa privada tema a recessão de crédito, aliás comprovada pela redução no crescimento dos empréstimos e financiamentos.

As últimas medidas governamentais contidas principalmente nos atos que o Ministro Delfim Neto apelidou de "Pacotes Econômicos", praticamente em nada mudaram o sistema financeiro, segundo as opiniões dos dirigentes dos principais estabelecimentos creditícios natalenses. A expectativa da diminuição de taxas de juros não aconteceu e existem diferenças entre as operações realizadas com bancos particulares e com bancos oficiais, uma vez que estes últimos operam com juros menores. Os créditos destinados à agricultura, entretanto, deixaram de ser privilegiados e sofrem agora, além do corte de subsídios, correção monetária.

PACOTE ECONÔMICO — Depois de divulgado o "pacote econômico" do fim do ano passado, até o momento, praticamente nada mudou no sistema financeiro nacional.

O Presidente do BANDERN - Banco do Estado do Rio Grande do Norte, Ernani José de Melo, afirma que "não houve efetivamente mudanças", mas unicamente com relação às taxas de juros é que o Governo determinou baixar em alguns casos, em até 10% sobre as taxas normalmente cobradas. "Por esta razão - explica Ernani Melo - o BANDERN passou a ter a menor taxa de juros da praça".

"Isto ocorreu com relação aos estabelecimentos oficiais", informa o Sub Gerente do Banco do Brasil, Nazionel Pereira da Costa acrescentando: "Nos estabelecimentos creditícios particulares, não houve interferência direta do Governo



Ernani Melo, Presidente do BANDERN acha que a única mudança foi na redução das taxas de juros.

com relação ao assunto, mas indiretamente, sim, pois se os bancos oficiais baixam os juros cobrados, logicamente que os estabelecimentos creditícios particulares também o farão, embora talvez em proporções menores".

Para o gerente do BRADESCO, João Antônio de Almeida, o pacote econômico não influenciou nas diversas operações bancárias, e apenas as taxas de juros que foram reduzidas nos bancos oficiais, por força até mesmo da concorrência bancária, tiveram que sofrer também redução nos bancos particulares, embora cada um dentro do seu sistema, e

dentre eles o BRADESCO que continua com uma taxa de juros bastante competitiva.

TAXA UNIFORME — A princípio muito se falou numa taxa uniforme para ser aplicada por todos os estabelecimentos bancários, tanto da rede oficial quanto da rede particular.

No entender de Ernani Melo, Presidente do BANDERN, o Governo só pode definir taxas de juros para bancos oficiais e semi-oficiais, mas para a grande rede particular, não há condição de ser imposta uma taxa uniforme.

Com essa opinião também concorda João Antônio de Almeida, Gerente do Bradesco, que adianta ainda: "Os bancos oficiais, devido aos privilégios que têm como integrantes do Governo, não têm as mesmas despesas operacionais que os bancos particulares, daí, ser praticamente impossível a uniformização das taxas de juros".

O Gerente do BNB - Banco do Nordeste do Brasil, em Natal, Expedito Gondim Rocha, tem sua opinião formada de que, apesar de ter o Governo determinado redução nas taxas do crédito geral, não existe taxa obrigatória. "O que existem são limites fixados para as diversas linhas de crédito comercial. Mas os bancos oficiais, via de regra, já operam abaixo desses tetos. Aliás, esta falada alteração que decorreria do pacote econômico anunciado pelo Governo, seria feita através de uma reforma bancária ou reforma de estrutura do sistema financeiro, o que ainda não ocorreu".

CAPITAL DE GIRO — A esperança de muitos empresários estava contida no anunciado aumento de recursos para empréstimos de Capital de Giro, todavia, isto não foi concretizado.

O BANDERN, por exemplo, afirma Ernani Melo, dispõe apenas do que lhe permite a resolução 388 do Banco Central, que obriga a aplicação de 12% do depósito compulsório a ser recolhido pelo Banco Central, para aplicação junto às empresas do nosso Estado, a juros mó-

dicos e prazo de dois anos, sendo este o único recurso disponível para aplicação em empréstimos de capital de giro.

O Banco do Nordeste, que opera com a mais variada linha de crédito para qualquer tipo de empresa, seja na área industrial, rural ou comercial, segundo informação de seu Gerente, Expedido Gondim Rocha, continua operando normalmente os empréstimos para Capital de Giro, que não sofreram qualquer alteração.

Os bancos particulares também continuam suas operações normais para capital de giro. O BRADESCO, por exemplo, não sofreu qualquer alteração e as empresas continuam operando normalmente, assim como os créditos para aplicações em mercados de capitais.

AGRICULTURA — Os créditos subsidiados ou incentivados para a agricultura e a indústria, ao contrário do que se anunciou, não sofrerão redução, e pelo contrário, os juros foram até aumentados. Ernani Melo explica: *"Para a agricultura os créditos não são mais totalmente subsidiados; eles passaram a ter agora, correção monetária, onerando em média de 2 a 3%"*.

Com essa medida do governo, existiu um grande acréscimo nos juros cobrados ao agricultor, passando de 7% para 29% e variando de acordo com a sua finalidade: custeio, investimentos, etc.

Para Expedido Gondim Rocha, Gerente do BNB, a política adotada pelo Governo no que se refere ao financiamento para a agricultura nacional induz a uma expectativa de que os níveis de financiamento serão mantidos, e na medida do surgimento de novas fontes de recursos, poderão ser ampliados. Com o sistema de subsídio anterior era de se esperar que houvesse redução dos financiamentos, já que onerava muito a dívida do Governo, ao mesmo tempo em que não acontecia alteração para os empréstimos à indústria, uma vez que estes já vinham em sua maioria sendo baseados em ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional).



"O Banco do Nordeste continua operando normalmente os empréstimos para capital de giro", informa Expedido Rocha, gerente do BNB em Natal.

O BNB teve um incremento de 80,3% em seu saldo de financiamento às indústrias com relação ao ano passado.

"No setor agrícola, continuamos operando normalmente, sem alterações - afirma João Antônio de Almeida, Gerente do BRADESCO — "se houve modificações, até o momento elas não foram estabelecidas".

"Para a agricultura, os financiamentos continuam, agora com uma ligeira retração, após muita elasticidade nos últimos meses, notadamente no chamado período crítico por que passou a agricultura potiguar". É o que relata o sub-Gerente do Banco do Brasil Nazionel Pereira da Costa. Para ele, os bancos oficiais,

por solicitação do Governo, ampliam cada vez mais suas linhas de créditos destinados à agricultura.

PLANO DIRETOR — Anunciou-se nos meios governamentais, o pensamento do governo em adotar um plano diretor de crédito para o Banco Estadual. Indagado sobre o assunto, Ernani Melo foi taxativo: *"Não existe nenhum plano diretor. Pelo menos, não é do meu conhecimento. O que existem, no entanto, são prioridades dadas pelo Governo para determinados setores, como a agro-pecuária, com a reativação de carteira Rural do BANDERN que vinha operando precariamente, só com recursos do Banco"*.

Segundo afirma Ernani Melo, só com muito trabalho da atual Diretoria do BANDERN foi possível fazer com que esse Banco se tornasse um órgão financeiro do Banco Central, para repasse de créditos para o setor rural. Hoje, já tem liberado mais de Cr\$ 100 milhões em utilização e muito mais para ser utilizado.

Nos programas prioritários determinados pelo Governo foram aplicados Cr\$ 50 milhões no plano de emergência; Cr\$ 16 milhões no programa da bacia leiteira, com a importação de 800 cabeças de gado leiteiro de outros Estados para garantir não somente o aumento da produção do leite, mas garantir também a melhoria do rebanho leiteiro em nosso Estado; Cr\$ 20 milhões na compra de gado em exposição no Rio Grande do Norte; Cr\$ 100 milhões para aplicação em recursos hídricos, construção de açudes e poços tubulares.

RECURSOS DISPONÍVEIS — Pelos informes dos principais estabelecimentos creditícios da Cidade, existe realmente muitos recursos disponíveis para aplicação pela Indústria, Comércio e Agricultura.

O BNB, segundo informa seu Gerente, Expedido Gondim da Rocha, no ano de 1980 está elevando para Cr\$ 28,6 bilhões seu saldo de financiamento às indústrias regionais, com um incremento de 80,3% em relação ao ano de 1979. No âmbito geral, o BNB espera obter até o final deste ano, um saldo de financia-

mento da ordem de Cr\$ 20 bilhões, o que significa, 67,5% a mais que no ano de 1979.

O Banco do Brasil não tem limite fixado para operações às indústrias regionais, à agricultura e ao comércio. Afirma seu Gerente Nazionel Pereira da Costa, que os recursos são elevadíssimos e dependem da necessidade dos comerciantes, industriais e agricultores que poderão dispor destes recursos a qualquer momento.

No BANDERN, segundo Ernani Melo, dependendo do tipo de empresa, existe a linha de crédito especial para cada uma: RECOM, FUNDECE, e outros programas estão à disposição dos interessados com recursos ilimitados. Para a agricultura, o Banco que operou o ano de 1979 com Cr\$ 100 milhões, duplicou para Cr\$ 200 milhões no corrente ano. *"Basta citar que em apenas 10 meses o BANDERN elevou seus depósitos de Cr\$ 490 milhões para Cr\$ 1,3 bilhão e que serão totalmente aplicados no Rio Grande do Norte, com as nossas empresas"*.

Em se tratando de números, o BNB tem recursos alocados este ano, entre os diversos setores da economia do RN, nas seguintes proporções: Indústria: Cr\$ 1,8 bilhão; infraestrutura: Cr\$ 218 milhões; Crédito Geral: Cr\$ 360 milhões; Crédito Rural: Cr\$ 239 milhões. Estes números são importantes, pois totalizam mais de Cr\$ 2,6 bilhões só em 1980, quando em igual data, no ano de 1979, os empréstimos acusavam nesses setores pouco mais de Cr\$ 1,3 bilhão, expressando um crescimento nominal de 91% no período considerado.

No Banco do Brasil, informações extraoficiais indicam aplicações até o momento (março/80) de mais de Cr\$ 4,5 bilhões, quase duplicando as aplicações de 1979, quando em igual período haviam sido aplicados cerca de Cr\$ 2,6 bilhões.

Na rede de bancos particulares as informações se tornam mais difíceis, pois seus Gerentes não têm



Os créditos para agricultura sofreram uma ligeira retração, segundo **Nazionel Almeida**, sub-gerente do BB



Antônio Almeida, gerente do BRADESCO, justifica a onerosidade das operações dos bancos particulares, alegando maiores despesas para estes e menores facilidades para os bancos oficiais.

total liberdade de fornecer dados à imprensa. Mas, em termos extraoficiais, o BRADESCO chegou a aplicar na nossa Capital, cerca de Cr\$ 1,5 bilhão em 1979, estando no momento ultrapassando a marca dos Cr\$ 2,3 bilhões.

De um modo geral, pelos informes obtidos junto a rede bancária particular e oficial, o que não faltam são créditos especiais para indústria, comércio e agricultura, variando, logicamente, de proporções e de condições de banco para banco.

RECOMAPE TEM TUDO, ABSOLUTAMENTE TUDO PARA SEU ESCRITÓRIO



Cadeira "ESTIL" Linha Diretor



Máquinas de escrever "REMINGTON"



Mesa "ESTIL" Linha 90

RECOMAPE Revendedora Costa, Máquinas e Peças Ltda.



MATRIZ: Rua Dr. Barata, 242
Filial: Praça Augusto Severo, 91
Fones: 222-1467 e 222-4208

FILIAL EM MOSSORÓ:
Rua Cel. Gurgel, 266
Fone: 321-1330

Eis as razões de quem está ganhando a preferência do consumidor!



O grupo GALVÃO MESQUITA/CASA LUX está oferecendo o que existe de melhor em materiais de construção, produtos elétricos e industriais, tintas, presentes e utilidades para o lar.

São 30 mil artigos sempre em promoção, pelos melhores preços, à vista ou à prazo. E são exatamente seis endereços para a sua economia. Em lojas modernas e bem localizadas nos bairros da Ribeira, Cidade Alta e Alecrim, GALVÃO

MESQUITA/CASA LUX asseguram ao cliente o melhor atendimento e mais facilidades.



**Galvão Mesquita
Ferragens S/A**

Rua Dr. Barata, 217/219 - Fone 222-2968 e 222-2983
Rua Dr. Mário Negócio, 1451 - Fone 222-2149
Rua Segundo Wanderley, 651 - Fone 222-2850



Casa Lux S/A

Rua. Dr. Barata, 194/200 - Fones 222-0048 e 222-2785
Rua Amaro Barreto, 276 - Fone 222-1500
Av. Rio Branco, 643 - Fones 222-2841 e 222-3034

O PAÍS DOS NORDESTINOS

PEDRO SIMÕES NETO



A Universidade Federal do Rio Grande do Norte realizou um Seminário subordinado ao tema "A Universidade e o desenvolvimento do Nordeste", para o que organizou painéis que enfocassem a realidade político-econômica, educacional e tecnológica da região, convidando para conferencistas, personalidades diretamente envolvidas com cada setor específico.

O ministro da Educação, Eduardo Portella, foi um dos conferencistas, responsável pela abertura do Seminário. Aproveitando a oportunidade, ofereceu, na prática, um exemplo já esquecido por essas plagas: debateu democraticamente com manifestantes, logo à entrada da Reitoria, temas extra-seminário, inclusive amortecendo críticas ao próprio "Projeto Portella".

O seminário seguiu esse curso, crítico e democrático, revelando episódios inconcebíveis à luz da atual estratificação política, como o exemplo do Deputado Federal Paulo Lustosa (PDS/CE). O parlamentar, relator da parte econômica do programa nacional do Partido Democrático Social, expôs seu tema como o faria um exaltado integrante do PMDB - embora, a bem da verdade, suas críticas não o afastassem do ideário vigente.

A metodologia do seminário concebeu a organização de grupos de estudos compostos por professores da própria Universidade, direcionados aos diversos temas abordados, cuja equipe teria a responsabilidade de debater, analisar, refletir e propor a adoção de medidas porventura sugeridas pelos conferencistas, desde que elas provassem exequibilidade e se integrassem ao contexto de participação da comunidade universitária.

Aliás, o grande objetivo, sugerido pelas diretrizes do seminário, seria basicamente esse - o de proporcionar um posicionamento mais concreto para a Universidade desenvolver o seu Projeto Rio Grande do Norte. O Reitor Diógenes da Cunha Lima não arreda a idéia de transformar a UFRN em instrumental disposto a serviço do desenvolvimento do Rio Grande do Norte - sem prejuízo de seus objetivos institucionais - de associá-la ao esforço comunitário e principalmente de oferecê-la como centro cultural para a execução de qualquer projeto que objetive o desenvolvimento real do nosso Estado.

O TEMA POLÍTICO — Apesar do alto nível de todas as conferências (a do Professor Mário Moacir Porto foi das mais elogia-

das) a exposição do deputado Paulo Lustosa conseguiu motivar o plenário, não apenas para as discussões, mas para um melhor nível de reflexões, até porque o assunto focado era de natureza mais abrangente, sem contar com a lucidez do próprio parlamentar.

Apenas um detalhe pode comprovar o interesse da assistência na metade da exposição, faltou energia elétrica e o novo auditório ficou às escuras. Ainda assim, todo mundo aguardou pacientemente em seus lugares até que a energia fosse restabelecida. E mais: o conferencista foi aplaudido por muito tempo, além do tempo concedido às palestras desse nível.

O conferencista, num painel estatístico sobre a realidade econômica do Nordeste, avaliou o crescimento regional como resultado de políticas governamentais, desfez mitos sobre a incapacidade responsiva da região, teceu comentários sobre o que ele denominou de "expropriação e espoliação das riquezas nordestinas", para, afinal, propor opções para uma nova política de desenvolvimento regional.

Ficou bem registrado, entre os ouvintes, um novo estilo político - o desenvolvido pelo parlamentar cearense. À discussão econômica, sucederam enfoques políticos institucionais e, num trabalho sobre o concreto, a formulação de opções. Nem ufanista, nem derrotista, talvez idealista, mas de um idealismo exequível - à parte as questões de fundo, como oportunamente verificaremos.

OS DADOS DEMONSTRATIVOS —

Para fundamentar suas críticas, o deputado pedessista valeu-se de informes estatísticos elaborados pelo Banco do Nordeste - de onde foi diretor - uma fonte, segundo o próprio conferencista, acima de qualquer suspeita.

No cotejo desses informes, evidenciou-se para o plenário, as seguintes conclusões:

1) o Nordeste, apesar da sistemática expropriação de suas riquezas, por parte do governo central e pelo sistema econômico vigente, conseguiu crescer, nos últimos vinte anos, a uma taxa média anual de 7% ao ano. Essa constatação forneceu ao conferencista a comprovação ao argumento se-

gundo o qual, apesar de espoliado, desprezado e até expropriado em suas riquezas, o Nordeste provou ser viável economicamente;

2) e o Nordeste cresceu praticamente sem o apoio financeiro da União: segundo dados fornecidos pelo expositor, o governo federal investiu na região, nos últimos anos, cerca de 360 milhões de cruzeiros, considerando-se o confronto entre a receita produzida na região, devidamente transferida para o governo central, e o que o governo aqui investiu - saldo líquido de receitas. O deputado ainda informou que, em 1975, o valor das aplicações federais no Nordeste representou 0,89% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

3) a receita de exportações dos produtos nordestinos prevista para 1980 é de 2 bilhões de dólares, contra um gasto que se situa na faixa de 750 milhões a um bilhão de dólares. O Nordeste tem, portanto, saldo líquido na balança de pagamentos - o mesmo não se poderá dizer do país. Ainda baseado no conferencista, o Nordeste poderia ser membro da OPEP (se fosse um país), pois possui a maior reserva petrolífera nacional e é, em números absolutos, o maior produtor de petróleo. Ainda conta com dez ou vinte espécies minerais considerados imprescindíveis ao desenvolvimento de qualquer país.

O REVERSO DO UFANISMO — Ao lado dessa realidade animadora, coexiste uma realidade assustadora. A região conta com o maior contingente de famílias de todo o país, considerada pelos economistas como integrantes da faixa de pobreza absoluta: cerca de 54%. Aproximadamente 70% dos trabalhadores da região percebem igual ou menos que um salário mínimo regional. Mais ou menos 54% de todos os analfabetos do

país também se concentram em nossa região. Contamos, finalmente, com a mais baixa renda per capita da nação.

Nesse particular, faltou ao conferencista uma crítica mais contundente à própria conjuntura nacional, limitando-se a absorver essa realidade a nível apenas do Nordeste, como se fôra característica particular ao nosso subdesenvolvimento, o empobrecimento da sociedade.

Finalmente, contesta os critérios expostos pela maioria dos analistas econômicos, que tentam explicar a defasagem do Nordeste com relação ao resto do país, baseado no trinômio: a) pobreza relativa de recursos naturais da região; b) evolução pouco satisfatória dos mercados externos para os produtos primários; c) a atuação das políticas governamentais têm encontrado quase nenhum efeito responsivo em seus investimentos - consequência, exatamente, dos elementos anteriores, somados.

Recursos naturais, a região têm. As reservas minerais talvez não encontrem similares em qualquer outro país. O Nordeste já foi exportador líquido de alimentos. Se hoje os importa, tal fato se deve à política expropriatória do sistema econômico. Quanto à evolução pouco satisfatória dos mercados externos, os números falam por si: em 1980, a região terá um saldo positivo em suas exportações, de mais de 1 bilhão de dólares - que, certamente irão para a "caixinha" do governo federal, ajudar ao pagamento da dívida externa. O efeito responsivo aos investimentos é uma taxa de crescimento anual de 7%, maior que muitos países considerados "desenvolvidos" - apesar do governo central.

CONCLUSÕES — O deputado cearense conclui, clamando a sociedade civil para pressionar o governo federal no sentido de um tratamento justo para o Nordeste, considerando que qualquer benefício pretendido pela região outra coisa não seria senão a remuneração, uma compensação pelas riquezas que nos foram - e são - expropriadas. A pressão, através da sociedade civil - no entendimento do conferencista - seria legítima; mas logo se apressa em esclarecer que as reivindicações não poderiam ter coloridos ideológicos, para não subverter a ordem estabelecida. Pretende o expositor, que as mudanças ocorram dentro do sistema, por via da restauração do federalismo, preceito constitucional posto em desuso pelo governo da revolução(?).

Não obstante o subjetivismo político inserido na idéia de mobilização da sociedade civil, o conferencista tece idéias sobre o concreto, todas de caráter prático:

1) a possibilidade de criação de um federalismo regional, espécie de 4º. Poder da República;

2) definição de um programa desenvolvimentista regional, desvinculado dos programas nacionais;

3) reformulação tributária, transferindo aos Estados a competência para cobrança e utilização do IPI, assim como a transformação do ICM em imposto nítidamente sobre o consumo, atribuindo-se igualmente aos Estados sua gerência;

4) regionalização dos orçamentos, segundo critérios específicos de mensuração - p. ex: o Nordeste possui 30% da população do país, que então contasse com 30% dos recursos orçamentários da união;

5) ou, o estabelecimento de um percentual de aplicação de recursos captados no Nordeste, como contraprestação pela utilização desses recursos.

A Universidade participaria de todo esse processo de mudanças, como formuladora de uma consciência crítica e pela concepção de uma problemática regional, a partir de quando integrar-se-ia, como instrumento de transformações, a serviço da comunidade.

ANÁLISE DO GRUPO — Tivemos o encargo de coordenar o grupo de estudos que se vinculou à conferência do deputado Paulo Lustosa. Além de nós, integraram a equipe mais dois professores da Universidade, ambos do Curso de Direito: Carlos Roberto de Miranda Gomes, Procurador do Estado e José Taumaturgo da Rocha, Procurador da República. Juntos, avaliamos, discutimos e submetemos - em princípio - o "discurso" do deputado Lustosa e suas proposições a um espectro mais amplo: à própria conjuntura nacional, da qual somos dependentes e não podemos nos dissociar, pois somos federados.

Estabelecido esse pré-requisito, algumas idéias do combativo parlamentar, se não perderam o sentido, foram tomadas de assalto pelo gigantismo dos problemas conjunturais. Outras, no entanto, provaram ser válidas. E dessas últimas que cuidaremos, sem, contudo, abandonar questões de princípios que devem ser aclaradas para que a forma não seja prejudicada por problemas de fundo.

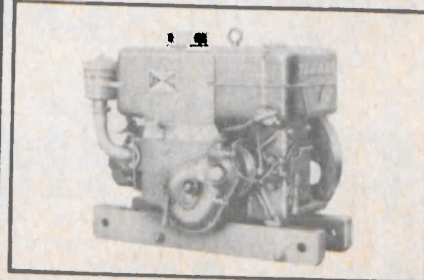
A partir da próxima edição, iniciaremos a abordagem analítica das questões apresentadas pelo expositor, para, em seguida oferecer um tratamento de proposição às opções viabilizadas, no nosso ponto de vista pessoal.



DUCAMPO

O Lojão da Agropecuária

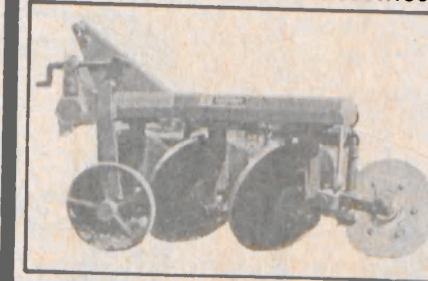
Motores "Yanmar"



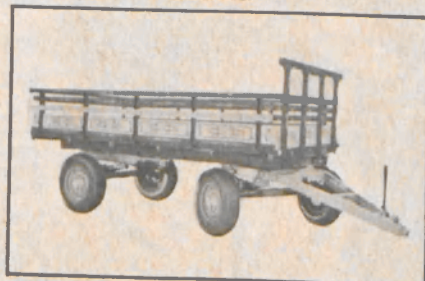
Batedeiras de Cereais "Laredo"



Arados "Lavromec"



Carretas "Fanavia"



FORAGEIRAS "Cremasco"



DUCAMPO — Agro Ind. e Com. Ltda.

MATRIZ: R. Frei Miguelinho, 127/129 — Ribeira

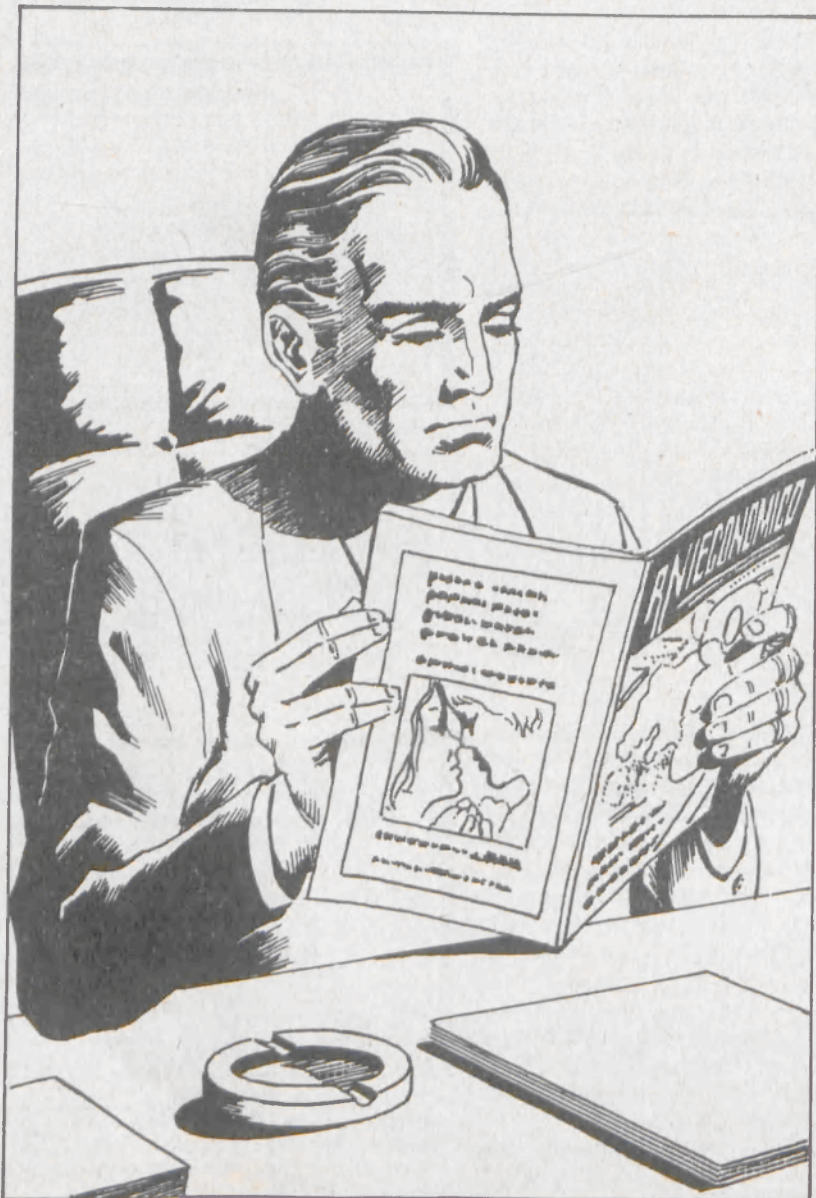
Telefones: 222-4590 — 222-5744 — Natal-RN

FILIAL: R. Dr. Mário Negócio, 1469 — Alecrim

Fone: 222-4557 — Natal-RN.

INTERIOR: João Câmara — Nova Cruz — e Calço

Empresa importante publica balanço em RN/ECONÔMICO



Quando você publica o balanço da sua empresa é porque você deseja que ele seja lido por quem entende. E quem lê RN-ECONÔMICO, entende de balanço! São milhares de leitores no Rio Grande do Norte, a maioria de comerciantes, industriais, investidores, políticos, administradores, profissionais liberais. Todos querem saber como anda a sua empresa. Por isso, programe RN-ECONÔMICO na hora de publicar balanço.

A REDUÇÃO DOS INVESTIMENTOS TERÁ REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

PAULO PEREIRA DOS SANTOS



Sobretudo depois da Revolução Industrial, em que a preocupação com o emprego recebeu dimensões maiores, o desemprego assumiu um lugar de destaque nas discussões dos grandes problemas das economias do mundo. Isto porque surgiram empregos em massa e desempregos também.

A partir daí, tanto os países desenvolvidos quanto os sub-desenvolvidos têm tido no bojo de seus sistemas econômicos esse pedacelo, que tanto preocupa as autoridades governamentais e os economistas. Na verdade, o desemprego como o sub-emprego, nas suas diversas formas de manifestações, geram problemas de ordem sócio-econômica bastantes sérios para as nações.

Conforme estatísticas do governo, o Brasil tem que crescer a uma taxa tal que possibilite atender à demanda de empregos, cujo número é de 1,5 milhão de pessoas por ano. Vê-se, com isto, que manter a expansão da economia para permitir uma oferta de emprego na altura das necessidades do país e, ao mesmo tempo, combater a inflação, não é fácil. A teoria moderna do emprego, defendida por Keynes e pela maioria dos economistas contemporâneos, afirma que quando a renda nacional aumenta, cresce também o nível de emprego; e, quando aquela diminui, este decresce. Então a opção do país é crescer para poder fazer frente a essa procura pelo mercado de trabalho.

Sabe-se que o maior determinante do crescimento econômico é o investimento, e que sem o concurso deste é impossível o desenvolvimento. Há poucos dias o Ministro do Planejamento, através de declarações na imprensa, admitiu que a política de combate à inflação exige uma redução do ritmo de investimentos. É claro que não se pode combater uma hiperinflação, sem a minimização do ritmo dos investimentos, mesmo que existam ainda unidades produtoras com capacidade instaladas ociosas. No caso brasileiro, em que a espiral inflacionária alcança as culminâncias, há maior razão para reduzir esse índice de crescimento. Contudo, é necessário que não esqueçamos de que a oferta de emprego diminuirá, forçosamente, com a redução da taxa de investimentos. A

dificuldade maior nisso é a aplicação de um mecanismo que possa conciliar, ao mesmo tempo, o baixo ritmo do desenvolvimento com a demanda de empregos e o combate à ascensão inflacionária. Principalmente em se tratando de uma problemática econômica como a do Brasil, onde o desequilíbrio do balanço de pagamentos e o fluxo crescente e vertiginoso dos preços dos bens e serviços vêm solapando os alicerces da economia.

Mesmo com essa redução no fluxo de investimentos, o Ministro do Planejamento não acredita que venha a ocorrer um aumento de desemprego, porque acha que o empresariado brasileiro procurará aproveitar o máximo da capacidade ociosa existente nos setores da economia, compensando assim o possível deficit no mercado de trabalho. Mas, como se sabe, essa ociosidade na capacidade instalada das empresas não é uma coisa já mensurada, que se possa assegurar, com tanto otimismo, que vá cobrir o deficit de empregos. Não acreditamos que o somatório dessas capacidades ociosas possa fazer face às necessidades diferenciais de empregos, provocadas pela minimização do fluxo de investimentos. Num país em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, sempre os resultados quantitativos dos investimentos são bem superiores àqueles, oriundos do aproveitamento da capacidade ociosa dos setores empresariais.

Então, admitir-se que essa ociosidade, direcionada para o incremento de produção, vai compensar ou neutralizar o desequilíbrio entre a oferta e procura do mercado de trabalho, parece-nos bastante precipitado.

Um outro aspecto a ser considerado é que, na situação econômica atual, os empresários podem estar desestimulados a diminuir a ociosidade de suas empresas, porque isso implicará no aumento de algumas inversões, especialmente, circulantes, o que pouquíssimas firmas podem fazê-lo no momento. Portanto, não é só se afirmar que os homens de empresas vão resolver o problema; todavia o governo precisa criar condições motivantes para que eles possam contribuir com sua parcela de sacrifício. Por outro lado, eles procuram, naturalmente, a maximização de lucro, que é o seu objetivo maior, e que não vão renunciar totalmente a isso. Razão porque aplicam seus recursos

no empreendimento que lhes proporcionar maior lucratividade.

Como o governo, atualmente, fiscaliza os preços dos produtos, principalmente os industrializados, os empresários se desestimulam na aplicação de capital nos seus próprios negócios, antevendo assim um retorno pequeno dos recursos aplicados pelo lucro auferido. E isto os leva, na maioria das vezes, a aplicarem esses recursos no mercado financeiro, que oferece um retorno mais rápido e lucrativo. Embora essa última opção seja vantajosa para os aplicadores e desvantajosa para a economia como um todo, porque gera lucros para aqueles mais rapidamente, sem haver um correspondente em produção para esta.

Vê-se assim que para se desaquecer essa guerra de interesses, é necessário uma compatibilidade entre a compreensão e os interesses de todos os agentes da economia. Sem isso será impossível um desenvolvimento mais justo para todos os brasileiros.

O desemprego tem sido, em toda época, um monstro que ataca os menos favorecidos e não os mais abastados da sociedade. Daí uma razão maior para o governo se preocupar com o problema. Pois, constitui, também um contingente de pessoas bastante significativo na composição populacional e na força de trabalho economicamente ativa.

Agora, não tenhamos dúvidas de que, com a redução dos investimentos, haverá o aumento de desemprego. E se uma das saídas do governo é diminuir o volume de recursos a serem investidos para reduzir a inflação, ele precisa, ao mesmo tempo, descobrir uma fórmula de criar um mecanismo, que forneça aos desempregados ganhos que supram as suas necessidades básicas durante o período de desemprego. Em quase todos os países desenvolvidos existe uma remuneração salarial para as pessoas que perderam seus empregos por questões estruturais da economia.

Já é tempo do governo brasileiro atentar para esse lado humano e social do problema. Isto nos parece uma das saídas mais condizentes para a sociedade brasileira.

GOVERNO ESTADUAL QUER ACABAR COM O ÊXODO RURAL

A solução seria a melhoria dos núcleos urbanos de apoio à atividade rural.

**O programa GERIR
construirá casas,
fornecerá água e luz e
fomentará o ensino. O
BNH já aprovou
recursos da ordem de
Cr\$ 94 milhões.**



Érico Amorim, do IDEC: "o negócio é prender o homem ao campo"

Nos últimos anos, o êxodo rural foi uma realidade assustadoramente crescente, no Rio Grande do Norte. Atentando para a solução desse grave problema, o Governo do Estado, com uma iniciativa pioneira no País, criou o "Grupo Executivo de Implantação do Programa Integrado de Melhoria dos Pequenos Núcleos Urbanos de Apoio à Atividade Rural - Gerir". Esse Programa, que é executado pela Fundação Instituto de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte - IDEC - pretende, inicialmente, implantar serviços básicos de educação, saúde, comunicação, água e luz em seis pequenos núcleos rurais, objetivando "prender o homem ao campo". Considerado um Projeto experimental, a iniciativa já tem assegurado do Banco Nacional de Habitação, BNH, recursos na ordem de Cr\$ 94 milhões. Caso o Programa surta efeitos plausíveis, mais 270 povoados serão beneficiados com um financiamento de valor igual a 7.700,061 UPCs.

Identificando como principal responsável pela escalada do êxodo rural as deficiências de serviços básicos nos povoados, o Programa Gerir pretende suprir essa carência, mobilizando entidades como a Companhia de Habitação Popular (COHAB), a Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte (COSERN), a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), além das prefeituras dos municípios em que forem executados os benefícios, para que cada um deles execute o que estiver na sua área de competência, em apoio às metas do Programa. As comunidades serão

beneficiadas de forma que as melhorias atendam indistintamente a toda população.

UM LEVANTAMENTO — Para que a primeira etapa do Programa Gerir fosse aprovada pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), como também pelo Banco Nacional de Habitação, o IDEC teve que realizar um minucioso levantamento com base no Diagnóstico Estrutural do Estado que, além de outras observações, constatou que até 1970, 61% da população norterio-grandense vivia na zona rural, enquanto em 1980 esse percentual caiu para 49%. Por outro lado, enquanto a população urbana crescia à razão de 5% ao ano, a rural aumentava somente em 1,2%. Concluiu-se também que, nos últimos dez anos, Natal recebeu 94 mil imigrantes, principalmente do Litoral Norte e da Zona Mossoroense, e que essas pessoas situavam-se na faixa de 20 a 39 anos de idade, exatamente a faixa etária mais habilitada para emprego da mão-de-obra.

Comprovada a demanda das pessoas do campo para a cidade através deste diagnóstico, o governador Lavoisier Maia resolveu tomar uma posição mais objetiva, determinando a execução de um programa que enfrentasse o problema, ao invés de adiá-lo.

O PROJETO — A primeira fase do Programa foi elaborada em três estágios. Primeiro, tentando sensibilizar o Ministro Mário Andreazza, do Interior, como também a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o IDEC empreendeu a elaboração de um documento preliminar delineando a filosofia do Programa. Nessa investida o Estado foi dividido em cinco regiões, que totalizaram, entre vilas e povoados cerca de 270 unidades.

As cinco regiões distribuíram-se da seguinte forma: a Região "1" denominou-se Litoral Oriental (83 vilas e povoados); a Região "2", como a dos Vales Ocidentais (69 Vilas); a Região "3" chamou-se Litoral Setentrional (40 Vilas); a quarta, Região Agreste (26 Vilas); e a última, a

Região do Sertão, com 21 Vilas e povoados. Na realidade, somando-se todas essas pequenas comunidades, o total não chega a 270, sendo esse número atingido com o acréscimo de algumas sedes municipais que apresentam características de grandes povoados.

Conforme explicações do Presidente do IDEC, Érico Amorim das Virgens, a divisão do Estado em Regiões foi o primeiro grande passo para a continuidade dos trabalhos. *“Essas Regiões foram divididas de modo que apresentem características homogêneas. Essa foi a idéia básica do Programa”* - explica ele.

À medida em que os trabalhos eram executados, desde o final do ano passado, os documentos paulatinamente, foram enviados à SEPLAN. Embora o IDEC tenha pleiteado financiamento para beneficiar todas as 270 vilas e povoados cadastrados no Estado, o BNH só aprovou a concessão de recursos de Cr\$ 94 milhões, a serem repassados pelo Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (BDRN). *“A assinatura do convênio entre Governo do Estado e BNH aconteceu na última visita que o Ministro Mário Andreazza fez a Natal, em 23 de janeiro passado. Se o Programa surtir efeitos positivos, fazendo com que, na realidade, o homem se fixe em sua propriedade rural, então o BNH financiará o restante do Projeto com recursos na ordem de Cr\$ 7.703,061 UPCs* - enfatizou Érico Amorim.

PROJETO EXECUTIVO — Como até a data da assinatura do Convênio o Programa se encontrava em sua fase embrionária, o Ministro Andreazza determinou que o IDEC realizasse os Projetos executivos dos primeiros seis povoados a serem beneficiados.

Os Projetos executivos foram concluídos num prazo inferior a trinta dias. Desta forma, *Carnaúbas*, em Senador Georgino Avelino; *Sítio e Coqueiro*, em Ceará Mirim; *Capim*, em Extremoz; *Mulungú*, em Pendências, e *Lagoa Nova*, em Martins, serão os primeiros seis povoados be-



A emigração do homem do campo para as cidades, cria uma série de problemas urbanos e desfavorece a produção agrícola.

neficiados com serviços básicos de educação, saúde, comunicação, água, luz, além de outros empreendimentos.

REGIÕES DISTINTAS — Um detalhe que merece fazer menção é o fato de que dentre os 270 povoados, os seis selecionados situam-se justamente em regiões distintas, disposição essa imposta pelos Órgãos federais. *“Cada região dessas apresenta uma realidade completamente diferente da outra. Para se sentir a viabilidade do Programa foi exigido que as comunidades deveriam ser selecionadas em regiões diferentes”* - disse o Presidente do IDEC.

O Programa, conforme informou Érico Amorim, não será posto em prática nos moldes das “frentes de emergência”. A iniciativa não selecionará trabalhadores, e sim beneficiará a todos os que residir nas áreas pré-determinadas. *“A COHAB construirá casas, além de beneficiar algumas já construídas. A COSERN e a CAERN, respectivamente, fornecerão água e luz para as pessoas indistintamente. Os núcleos de ensino a serem implantados beneficiarão a todos. Enfim, o negócio é “prender o homem ao campo”*.

A VIABILIDADE — Apenas com uma referência o Presidente do IDEC acredita na viabilidade do Programa:

“O próprio Ministro Mário Andreazza, ao tomar pé da filosofia do Programa, disse: “Isso é que é iniciativa. Com esse programa acredito que o homem não venha mais para a cidade”.

Ao longo de várias décadas tem sido notório o êxodo rural para os centros urbanos do Estado. Como prova disso, constatou-se que de 1978 a 1980, 94 mil imigrantes vieram para Natal, enquanto 57 mil se dirigiram para Mossoró. Como se sabe, essa gente, por não ter as mínimas condições de sobrevivência no meio rural, prefere, mesmo sem uma profissão definida, se largar para os grandes centros. Chegando na zona urbana, via de regra, irá se marginalizar em virtude do mercado de empregos não estar apto a absorver o seu trabalho. Em outras palavras, significa dizer que o êxodo rural é um problema social. Se as iniciativas tomadas pelo Governo do Estado atingirem seus graus de expectativas, muita gente deixará de se marginalizar, contentando-se com o exercício da agricultura.

INVERNO DUPLICA O PREÇO DO SAL

O sal - principal produto da área Mossoró-Grossos-Areia Branca, registrou nos primeiros dias de março, um aumento de 100 por cento no seu preço para aquisição na chamada zona do "Córrego". Os empresários do setor estão eufóricos com a nova situação. Antes do período de inverno, o sal estava sendo comercializado naquela área em torno de Cr\$ 150,00 a tonelada, conseguindo logo após o início das chuvas deste ano, chegar à casa dos Cr\$ 300,00. Os mais otimistas admitem que este preço deverá subir ainda mais.

LIVRARIA INDEPENDÊNCIA AMPLIA INSTALAÇÕES

O empresário **Antônio Gonzaga Chimbinho** concluiu em março a primeira etapa do projeto de ampliação da **Livraria Independência**, uma das integrantes do seu grupo, agora na Praça Vigário Antônio Joaquim. Com investimentos de alguns milhões de cruzeiros, foi complementada a primeira parte do projeto que prevê uma galeria até a rua Santos Dumont, em pleno centro comercial de Mossoró. À outra livraria do Grupo encontra-se instalada na Rua Coronel Gurgel. A segunda etapa do projeto da Livraria Independência poderá estar complementada até dezembro deste ano.

CENTRO DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Prossegue já sua etapa final a implantação do projeto do **Centro de Produção de Alimentos** que se localiza na RN-27, no caminho para a praia de Tibau. Este projeto é de responsabilidade da **Nilson Brasil Avicultura**, que espera colocá-lo em funcionamento dentro dos próximos dias. Sua especialização será a produção de frangos para corte e reprodução, além de ovos de granja para comercialização em toda a região Oeste. É um dos mais ousados projetos no setor avícola na área de abrangência do município de Mossoró.

PETRÓLEO DE MOSSORÓ PARA A FÁBRICA ASTOF

O poço de petróleo perfurado pela **PETROBRÁS** no perímetro urbano da cidade de Mossoró está fornecendo toda a sua produção para a fábrica de asfalto - **ASTOF**, em Fortaleza. Sua produção diária, em média, é de 45 barris, enquanto a empresa petrolífera brasileira prossegue o seu programa de prospecções na área. Inclusive, os projetos da **PETROBRÁS** em Mossoró estão de certa forma rendendo frutos positivos, a tal ponto que a empresa já contratou local para escritório aqui, inicialmente, pelo prazo de dois anos. Agora, os estudos geológicos e de prospecção estão se concentrando na zona rural do município.

NOVA CONSTRUTORA ATUA EM MOSSORÓ

O engenheiro **Zélito Nunes** e o economista **Elpídio Fernandes de Carvalho** acabam de fundar a mais nova empresa no setor da construção civil em Mossoró. Trata-se da **ECAN — Engenharia e Construções**. O primeiro grande projeto de sua responsabilidade já está em execução. Trata-se da quadra coberta para a prática de esportes na **Associação Atlética Banco do Brasil - AABB**, de Mossoró, com investimentos superiores a 3,5 milhões de cruzeiros. Além desta obra, já em execução, a nova construtora vai dar início à construção de um salão de vendas e exposições de automóveis, do empresário **Kerginaldo Forte de Amorim**.

FRANCISCO HERONILDES DIVERSIFICA INVESTIMENTOS

O grupo **Francisco Heronildes da Silva**, responsável desde há muito pela produção do café beneficiado na região Oeste do Estado, e vários subprodutos do milho, parte agora para diversificar seus investimentos. Além de se dedicar também à agropecuária, **Francisco Heronildes** informa que já está em pleno funcionamento a "**Indústria de Cal Boa Sorte**". A nova empresa do grupo, segundo seu diretor-presidente, já começou a produzir e a atender ao mercado da construção civil com cal hidratado e não-hidratado.

INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO



NEY LOPES DE SOUZA

Estabelece o artigo 163 da Constituição vigente, "verbis": Art. 163 - São facultados a intervenção no domínio econômico e o monopólio de determinada indústria ou atividade, mediante lei federal, quando indispensável por motivo de segurança nacional ou para organizar setor que não possa ser desenvolvido com eficácia no regime de competição e de liberdade de iniciativa, assegurados os direitos e garantias individuais".

NELY LOPES MEIRELLES (citado por JOSÉ NABANTINO RAMOS, in ob. cit. página 131) define intervenção do domínio econômico como: "todo ato de autoridade, fundado em lei, que restringe a iniciativa privada ou condiciona a atividade da empresa a determinada conduta de interesse público".

PONTES DE MIRANDA (in ob. cit. página 63) aduz que "o Estado contemporâneo, quando começou a ter de dar soluções a problemas que saíam do âmbito da manutenção da ordem e da defesa externa, teve de procurar informar-se e resolver controvérsias, ou afastar possíveis causas de perturbação ou inquietação pública".

O princípio da intervenção do Estado no domínio econômico não pode dissociar-se do artigo 153 § 2º., da Constitui-

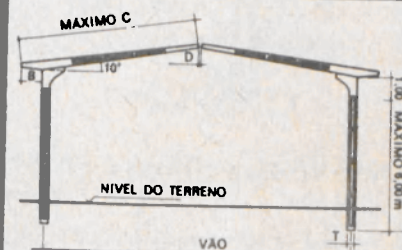
ção Federal, que prescreve: "Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei".

Essa vinculação, nasce de fato de que, sendo a regra do artigo 163 restritiva de direitos individuais, depende, fundamentalmente de lei material expressa para tornar-se eficaz, inclusive em relação ao monopólio de determinada indústria ou atividade.

A matéria contemplada no artigo 163, da Constituição positiva, abrange assunto de inteira complexidade na ordem econômica e social, suscitando em THEMISTOCLES CAVALCANTI a advertência oportuna de que inclui "não apenas as medidas de polícia, disciplinadoras das atividades privadas", mas também a assunção, pelo Estado, de serviços entregues anteriormente à atividade privada e de serviços industriais ou comerciais".

O conflito entre a regra limitadora dos direitos e garantias individuais do artigo 163 e a sua compatibilização com o artigo 153 e seus parágrafos da Constituição, resolve-se pela submissão do intervencionismo estatal no domínio econômico à lei material, preservando-se nessas regras ordinárias os interesses vitais do cidadão e da empresa no Estado de Direito.

NEGÓCIO CONCRETO SEMPRE TEM SUAS VANTAGENS!



O pré-moldado de concreto é um produto que dispensa manutenção, pintura ou acabamento especial, e que nunca se acaba. Por isto, é a escolha mais segura e econômica.



Galpões Industriais (vão livre de 11 a 18 m), Posteação, Estábulo, Cercas e Currais, podem ser construídos com pré-moldado POTYCRET, com grande economia de tempo. Britas de todos os tipos para pronta entrega. Peça informações e comprove!

POTYCRET

Quadra H, Parque - Quintas. Fones: 222-2408 e 222-4532. Natal-RN. Filial: Mossoró-RN.



PRIMAVERA FLORES E PEIXES

• A *Primavera Flores*, primeira empresa a acreditar no ramo comercial de floricultura de Natal parte mais uma vez na frente. Agora no mercado de peixes ornamentais. Em sua nova casa da Av. Deodoro, 541, *Margarida Cabral*, continua liderando o mercado das flores, e espera agora dominar também o mercado dos peixes ornamentais, contando com uma grande variedade de espécies, aquários e todo o material necessário para sua criação.

CLIMA — FILIAL

• *Carlos Lima*, abriu mais uma filial da *Clima Livraria e Papelaria*. Com a experiência adquirida no ramo de livraria e excelente comerciante, a nova filial de *Clima* está melhor estruturada para atender aos leitores, dispondo de uma variedade de títulos literários bem como de livros didáticos. *Clima Livraria e Papelaria* está funcionando desde o início do ano no C.C.A.B. loja 3.

KITCHENETT NA PRAIA

• A *APERNA* através do *ProCasa* vem colocando em nosso mercado uma nova versão das kitchenettes: o *Edifício NORMANDI*, na Praia do Meio, por trás do hotel dos Reis Magos. Os quarto-sala, dentro de um projeto funcional, deixa de ser como os já tradicionais, tornando-se mais amplo, com maior visão de espaço e funcionalidades necessária para quem deseja morar sozinho. O *Edifício Normandi* coloca a disposição dos futuros adquirentes 48 kitchenettes no melhor estilo.

NINO'S GALERIA EM NOVA FASE

Manuel Avelino de Brito Filho (Nino) começa a projetar a nova feição de sua loja - *NINO'S GALERIA*. A loja, localizada na Avenida Deodoro, é especializada em artigos para decoração e projetos de decoração de interiores. Essa característica será mantida, com acréscimo.: Nino pretende ampliar o espaço da loja, criando *shows rooms* e expandir o número de distribuições, tudo á base de estilo e sofisticação. Um empresário da construção civil de Natal propôs ao titular de Nino's Galeria uma associação de negócios e Nino estuda a viabilidade, considerando, principalmente a possibilidade de incorporação de seus materiais a unidades residenciais exposta à venda. Seria uma nova modalidade de comercialização de prédios residenciais: o adquirente teria á sua disposição, projetos alternativos para decoração e mobiliário, já incluídos no preço da venda do imóvel.



ZEZÉ JÓIAS

• Seguindo as tendências do mercado e aproveitando a febre internacional do ouro, *Maria José Siqueira*, instalou no CCAB a sua loja especializada em jóias e artigos finos para presentes - a *ZEZÉ JÓIAS*. As jóias encontradas em sua loja, são das melhores procedências, sendo todas limpas e do melhor quilate; os artigos para presentes são na sua maioria importados contando com uma grande variedade para satisfazer os mais exigentes gostos. *ZEZÉ JÓIAS* fica no CCAB loja 4.



PAX TURISMO

• *Iolanda Bezerril* inaugura a mais nova agência de turismo de Natal, a *Pax Turismo* empresa que se destinará principalmente a organização de excursões tanto para o país como para o exterior. Marcando início de funcionamento a *Pax Turismo* organiza a sua 1ª. excursão para Disneyworld, com partida prevista para o dia 29 de junho próximo e regresso 15 de julho. A *Pax Turismo* instalou a sua loja no Centro Comercial Aluizio Bezerra.

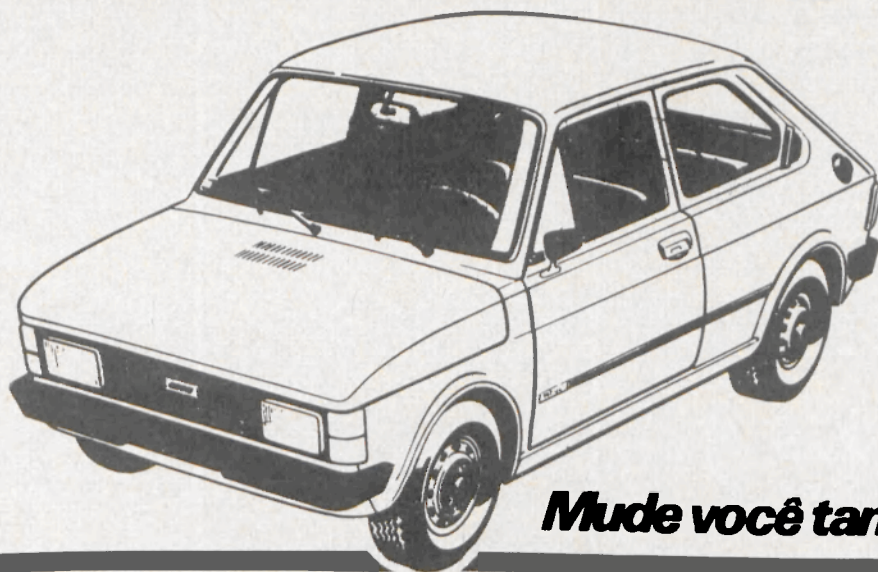
FIORUCCI EXCLUSIVA

• *Isa Pereira* detém agora uma faixa do mercado de confecções de Natal, a *Boutique ISABELA* de sua propriedade. Conseguiu, depois de alguns entendimentos no sul, a exclusividade da Fiorucci, contando agora com a linha de jeans podendo trazer até o consumidor natalense o que existe de melhor e mais moderno da Fiorucci. A *Boutique Isabela* fica na Rua Nascimento e Castro, 1900

FIAT EUROPA

• A Fiat lançou no mercado a nova versão 80, o *Fiat Europa*. Em Natal a *Navona Veículos*, está atingindo excelentes índices de vendas do novo modelo. A denominação "Linha Europa" deve-se às características europeias agora existentes no carro, para atender não só ao mercado brasileiro mas ao mercado comum europeu. O fiat conta ainda com as normas de segurança exigida pela França e Itália. A *Navona* coloca também em nossa cidade o "Panorama", a versão utilitária da Fiat.

Nada é sagrado. O Fiat mudou.



Mude você também.

*Você que já conhece o Fiat vai querer mudar como ele mudou.
Quem não conhece, vai mudar da mesma forma.
Venha conhecer de perto os novos Fiat linha Europa.
Vamos mostrar para você tudo o que está diferente
nos novos Fiat e, está claro, você vai mudar também.*



FIAT 147 QUALIDADE QUE DÁ VALOR AO SEU DINHEIRO

Navona Veículos

Av. SALGADO FILHO 3540 Fone: PABX 231-3848

Um símbolo de confiança!

A posição de destaque que Queiroz Oliveira alcançou no comércio de materiais para construção no Rio Grande do Norte não foi conquistada por acaso. É o resultado de uma longa e difícil caminhada de 18 anos, durante a qual a empresa tem



e social aos funcionários, e ainda de rigorosa correção para com o fisco. Estamos

em primeiro lugar em volume de recolhimento de ICM, entre as firmas do nosso ramo, o que significa dizer que estamos vendendo mais. Para nós, isto é

conseguido manter uma filosofia de profundo respeito ao consumidor, de lealdade aos fornecedores, de permanente assistência profissional

a confirmação de que estamos no caminho certo; e de que a nossa meta original de transmitir confiança está sendo firmemente alcançada.

QUEIROZ OLIVEIRA
Materiais para Construção Ltda.

CONFIANÇA A QUEM CONSTRÓI